

ESTADO E CLASSES TRABALHADORAS NO BRASIL (1930-1945)

Maria Hermínia Tavares de Almeida

Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Ciências So-
ciais da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Uni-
versidade de São Paulo.

Volume 1

-1978-

A memória de meus pais,
Dinah e Antonio Tavares de Almeida

para Sonia
e
João Manoel

Márcia
e
Valdir

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de algum esforço pessoal e da generosidade de muitos.

De meu orientador, Francisco Correa Weffort, recebi estímulo, idéias e total liberdade para pensar a favor ou contra. Além de preciosas lições de ciência política, com ele aprendi o significado exato de uma postura intelectual efetivamente democrática, onde o senso crítico e a firmeza de pontos de vista não exclui a disposição ao debate e o respeito pela opinião divergente.

Na Universidade Estadual de Campinas encontrei as melhores condições de trabalho, asseguradas, em todos os níveis, por uma concepção pluralista e generosa da vida universitária.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas vi a experiência -- tão rara em nossos meios acadêmicos -- do trabalho coletivo, alicerçado na afinidade de idéias. João Manoel Cardoso de Mello, Liana Aureliano da Silva e Sônia Miriam Draibe auxiliaram-me em todos os passos desta tese. A eles não cabe agradecer, são parceiros e cúmplices. Aprendi muito no convívio amigável com Carlos Estevam Martins, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Manoel Tosta Berlinck e Renata Coutinho. Wilson Cano arranjou tempo e paciência para ver comigo o que podia ser feito com dados precários e desconexos sobre salário e emprego. Antonio Carlos de Oliveira foi de um desprendimento fora do comum, cedendo-me todo seu material de pesquisa sobre o Estado Novo. Os colegas do Conjunto de Política arcaram com minhas tarefas docentes para que eu pudesse dedicar um semestre à redação deste trabalho. A discussão das idéias nele expostas, com meus alunos de graduação e de pós-graduação, foi de inestimável valia.

Com Luiz Jorge Werneck Vianna, debati e conversei muito. Divergindo ou concordando suas observações foram sempre pertinentes.

Celina Moreira Franco e Aspásia Brasileiro de Ca
CPDOC, com sua gentileza e camaradagem, facilitaram-me
a consulta aos arquivos de Getúlio Vargas e Agamennon Magalhães.
Rubens Murillo Marques tornou mais simples e agradável o levantame
mento do material existente na Biblioteca do Departamento Esta-
dual de Estatística. Todavia, a pesquisa necessária à elaboração
deste trabalho seria de todo impossível sem a colaboração inte-
ligente e responsável de Cisele Ortiz, que construiu tabelas e
compulsou toda a coleção do jornal "A Platéia".

Por dois anos recebi financiamento da Fundação
de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Mada e Terezinha, com simpatia e eficiência, en-
carregaram-se da datilografia final de meus desordenados origi-
nais.

Todos aqueles que, como eu, iniciaram-se na vida
acadêmica no final dos anos sessenta, têm uma dívida intelectual
com o CEBRAP, que nos ensinou que dignidade e espírito crítico
são sempre possíveis, desde que se esteja disposto a assegura-
los no exercício cotidiano. Embora jamais tenha pertencido a seus
quadros, foi para mim motivo de orgulho ter sido incluída entre
os que fizeram e mantêm um centro tão importante para o avanço
do conhecido sobre nossa realidade.

Célia e José Roberto Melhem, Maria e Carlos Cor-
bet, com amizade e bom humor, fizeram tudo mais fácil. Ana Bellu-
zo e Sulamis Dain emprestaram-me alegria e bom-senso, em meus
muitos momentos de confusão. Márcia Mendes de Almeida, minha ir-
mã e amiga, além da solidariedade incondicional e permanente, re-
viu pacientemente notas e citações. Valdir aguentou o pior e, nun-
ca, faltou com seu apoio e afeto.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO.	1
I PARTE: ESTADO E CLASSES DOMINANTES.	25
I. O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A REVOLUÇÃO DE TRINTA.	33
II. 1930-1937: A CRISE POLÍTICA.	52
III. CLASSES PROPRIETÁRIAS, BUROCRACIA ESTATAL E INDUSTRIALIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO NOVO.	94
II PARTE: ESTADO E CLASSES TRABALHADORAS	158
I. AS MASSAS TRABALHADORAS ÀS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO DE TRINTA.	165
II. O GOVERNO PROVISÓRIO E OS TRABALHADORES.	172
III. AS CLASSES TRABALHADORAS SOB O GOVERNO CONSTITUCIONAL.	196
IV. O ESTADO NOVO E AS CLASSES TRABALHADORAS.	236
BIBLIOGRAFIA	276

INTRODUÇÃO

Esta é uma tentativa de interpretação do significado da atuação das classes trabalhadoras urbanas brasileiras, no período que se estende de 1930 a 1945.

A literatura acadêmica que se ocupa da ação sindical e política dos trabalhadores no Brasil, por mais diversas que sejam suas coordenadas teóricas, converge na afirmação de que sua entrada na cena pública, na qualidade de ator político, deu-se sob a égide de populismo. O tema faz referência a fenômenos inter-ligados e que se põem de manifesto à raiz da desagregação do bloco sócio-político dominante e das instituições políticas vigentes durante a Primeira República. Ele designa, simultaneamente, um certo tipo de aliança política policlassista, um determinado pacto de dominação e um tipo específico de Estado que o expressa e, por fim, certas pautas ideológicas particulares. De tudo isso tratarei mais adiante.

Pensado do ângulo da manifestação coletiva das massas trabalhadoras urbanas, a vigência do populismo implicaria em heteronomia política. A subordinação a lideranças e projetos de algumas das forças sociais dominantes, a ausência ou debilidade extrema de organizações políticas próprias e independentes face à constelação social prevalecente e, por último, formas de atuação e organização sindicais dependentes e controladas por agências governamentais, tipificariam a presença dos trabalhadores citadinos como protagonista político da história brasileira, que se inaugura com a Revolução de Trinta e encerra-se em 1964.

Com efeito, os autores que trataram do tema, comparando, implícita ou explicitamente, os processos de constituição das camadas trabalhadoras e de sua inserção na arena política brasileira com aqueles verificados na Europa Ocidental e América do Norte, constataram diferenças básicas, que por-se-iam de manifesto em três níveis.

O primeiro e fundamental é o da ação política e das orientações ideológicas que as enformaram. Aí, o contraste derivaria de um fato notório e empiricamente constatável: o movimento trabalhador brasileiro participou dos embates políticos na

posição de parceiro menor daquelas forças sociais e elites governamentais comprometidas com diretrizes e projetos de industrialização. Esta forma de atuação, por seu turno, foi interpretada como expressão e resultado da adesão dos assalariados de base a ideologias de tipo nacionalista e populista que, longe de postularem a superação do capitalismo, propugnaram pela eliminação dos entraves -- reais ou supostos -- a seu pleno desenvolvimento.

O reflexo dessa maneira peculiar de inserção no jogo político sobre a organização política dos trabalhadores, constitui a segunda diferença assinalada. Neste caso, o que se constata é a inexistência de partidos operários de massa com algum tipo de programa socialista e a falta de lastro social dos agrupamentos que ergueram tal bandeira, vistas, uma e outra, como sintomas da ausência de um comportamento coletivo tipicamente de classe.

Finalmente, a terceira singularidade do movimento das classes subalternas no Brasil situa-se no plano da organização sindical. Por oposição ao sindicalismo europeu e norte-americano, o estudo das nossas entidades profissionais faz ressaltar seu perfil organizatório talhado segundo matriz corporativista, o grau elevado de controle sobre elas exercido pelo Ministério do Trabalho, sua baixa capacidade de aglutinação e mobilização, seu ínfimo poder de barganha direta com o patronato e um estilo de ação que erigiu a pressão sobre o governo em estratégia privilegiada de luta.

Essa caracterização é bem conhecida. E, em seus traços mais gerais, tem servido para descrever uma dada fase da história do movimento trabalhador não só no Brasil, mas, também, na maioria das nações latinoamericanas que conheceram um processo real de industrialização.

A explicação clássica para um comportamento político e para formas de associação tão radicalmente diversas daquelas que caracterizaram o movimento trabalhador e operário dos países capitalistas maduros, foi buscada nos efeitos das vicissitudes e particularidades do processo de industrialização das nações ditas "subdesenvolvidas" sobre a conformação das ca-

mas trabalhadoras urbanas e, particularmente, sobre a gestação de valores que deram forma e consistência a uma atuação não autônoma e reiteradora da ordem social capitalista. A literatura sociológica que, com diferenças de matiz, compõe esta vertente explicativa é razoavelmente vasta e conhecida (1). Por esta razão, em lugar de discutí-la obra a obra, prefiro reconstruir os eixos sobre os quais repousa seu argumento.

No fundamental, a ausência de uma prática coletiva de conteúdo classista e de poderosas organizações políticas que a manifestem e viabilizem é imputada a certos atributos do operariado, relacionados a sua origem e reforçados pelas condições de sua integração ao trabalho fabril.

(1) CARDOSO, Fernando Henrique - "Proletariado no Brasil. Situação e Comportamento Social", Mudanças Sociais na América Latina, São Paulo, DIFEL, 1969, pp. 189-220.

LOPES, Juarez Brandão - Sociedade Industrial no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1964.

- Crise do Brasil Aracaico, São Paulo DIFEL, 1967.

LOYOLA, Andrea R. - Les Ouvriers et le Populisme, Paris École Pratique des Hautes Études, 1973, (mimeo).

PEREIRA, Luis - Trabalho e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1965.

RODRIGUES, Leôncio Martins, Sindicalismo e Conflito Industrial no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1966.

- "Classe Operária e Sindicalismo no Brasil", (In) RODRIGUES, Leôncio Martins (org.), Sindicalismo e Sociedade, São Paulo, DIFEL, 1968

- Industrialização e Atitudes Operárias, São Paulo, Brasiliense, 1970.

- Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização, São Paulo, Brasiliense, 1974.

TOURAINE, Alain - "Industrialization et Conscience Ouvrière à São Paulo", Les Sociétés Dépendentes, Paris, Duculot, 1976.

WEFFORT, Francisco Correa, - Classes Populares e Política (Contribuição ao Estudo do 'Populismo'), tese de doutoramento, - São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, - 1968, (mimeo).

- "O Populismo na Política Brasileira", In FURTADO, Celso (org.) Brasil Tempos Modernos, Rio Paz e Terra, 1977.

- "Estado e Massas no Brasil", REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA nº 7, Rio, Civilização Brasileira.

De um lado, enfatiza-se a formação recente da camada operária, constituída de trabalhadores recém-incorporados à lides fabris, sem experiência prévia da rotina industrial, chegados, algumas vezes, diretamente das zonas rurais. De outro, chama-se a atenção para o fato de que o desenvolvimento industrial, sob a forma de substituição de importações, foi fenômeno relativamente limitado, não estendeu seu impacto modernizador sobre o conjunto do território nacional, preservou intactas as condições de vida e as relações sociais de produção no campo e, conseqüentemente, não reduziu, mas antes aprofundou, o abismo entre o mundo urbano e o mundo rural. Nestas circunstâncias, em que era dramático o contraste entre as oportunidades oferecidas pela cidade e o estalão rural de existência, a incorporação do novo operário à atividade industrial só podia ser por ele percebida como ascensão na hierarquia social. Destarte, o trabalhador recém chegado valorizaria a vida urbana e valoraria positivamente a ordem industrial capitalista, que lhe propiciava melhores possibilidades de trabalho, remuneração e usufruto dos benefícios da vida urbana. A comparação entre o presente e o passado recente produziria, pois, uma espécie de efeito de amortecimento, forte e suficiente para impedir que as relações na indústria fossem sentidas como relações de exploração. De mais a mais, o trabalho fabril seria encarado pelo assalariado migrante como um meio, que se desejava transitório, de fixação na cidade; nunca como projeto de vida. Nestas circunstâncias, a percepção da condição operária como degrau para a escalada da hierarquia social dificilmente poderia dar aso a uma visão do mundo operário, sobre a qual se fundassem práticas contestadoras do sistema social. Ao contrário, preparava o terreno para o enraizamento da vaça ideologia populista e para a aceitação da liderança política daqueles que a veiculavam.

Para alguns autores, esse comportamento político heterônomo seria, ademais, reforçado por certos traços de desenvolvimento industrial em países como o Brasil, que contribuiriam para dificultar a sedimentação de orientações classistas e o enraizamento de organismos sindicais e políticos que delas fossem portadores. Assim, uns chamam a atenção para o contí-

nuo renovar da camada operária, consequência necessária do ritmo espasmódico de um processo de crescimento industrial por surtos descontínuos. Outros, por seu turno, enfatizam o caráter minoritário da fração propriamente operária das massas urbanas e as desfavoráveis condições em que compete no mercado de trabalho, resultantes de uma expansão do emprego industrial insuficiente para absorver os contingentes de mão-de-obra, alimentados pelo rápido crescimento demográfico e pela urbanização acelerada.

Todavia, mesmo nestes casos a forma de inserção dos trabalhadores na estrutura produtiva e suas vicissitudes constituem apenas elementos de reforço. A determinação do comportamento político continua sendo buscada basicamente na origem do trabalhador.

Sintetizando, para as explicações sociológicas clássicas da heteronomia política dos trabalhadores brasileiros -- e latinoamericanos -- é crucial a relação entre as condições específicas de formação do operariado e as orientações valorativas que imprimem direção e sentido a sua prática coletiva. Segundo aquelas, repito, a experiência da migração rural-urbana, vivida e pensada como mobilidade vertical, e a existência de um projeto individual de ascensão, que apenas se iniciaria com o ingresso na fábrica, velariam a consciência das oposições de classe típicas da ordem industrial capitalista. A "nova" camada operária, quiada por sua vivência de mobilidade "ascendente", movida pela busca de vantagens individuais no meio urbano, marcada ainda pela tradição das relações "paternalistas" e personalizadas que conhecera no mundo rural, predispor-se-ia mais facilmente à tutela de governos relativamente sensíveis a seus reclamos ou de líderes paternalistas, do que a uma ação política, que implicasse na crítica radical e de classe à sociedade vigente. É, de resto, neste contexto que adquire significado o corte tradicional entre "velha classe operária", composta por imigrantes e portadora de uma percepção classista da sociedade, e "nova classe operária", com as características já assinaladas.

Acredito que o mérito maior dessa matriz ex-

plicativa foi ter chamado a atenção sobre a especificidade da conformação das massas trabalhadoras urbanas, em países como o nosso, e por ter tentado relacioná-la à forma concretamente as sumida pelo desenvolvimento industrial. Ao buscar a especifici dade da condição e do comportamento operário, as análises que dela partiram deram um passo a frente das interpretações que, abolindo a história, atribuíram à classe operária uma essência imutável, a partir da qual deduziam, urbi et orbi, o sentido revolucionário de sua prática social. Divirjo, todavia, da explicação anteriormente sumariada no que respeita a dois procedimentos metodológicos cruciais.

Em primeiro lugar penso, com Weffort, que es se tipo de análise passa "quase sem mediações de proposições de caráter estrutural sobre as posições ocupadas pelas classes na estrutura social a proposições de caráter psico-social que buscam caracterizar diretamente atributos da conduta individual". (2) E, mais do que isso, terminam por explicar o comportamento coletivo através daqueles atributos. Em outros termos, o sentido da prática coletiva dos trabalhadores é explicado pela configuração particular de aspirações e valores individuais que nascem da experiência de vida de cada trabalhador. Destarte, tu do se passa como se a conduta coletiva de uma força social fos se apenas a somatória de atitudes individuais orientadas por valores. Ora, a dinâmica dos movimentos coletivos é bem outra.

Entenda-se bem: não ponho em questão os fatos revelados pelas numerosas pesquisas sociológicas, levadas a cabo no Brasil e demais países latinoamericanos. Não duvido que os trabalhadores de origem rural recente julguem positivamente o emprego fabril recém-adquirido, a vida na cidade grande e as novas oportunidades que se lhes descortinam. Tampouco me é difícil aceitar que o deslocamento campo-cidade, seja per cebido como uma certa forma de "ascensão" social, ou pelo menos de melhoria das condições de vida. Concordo até mesmo com a afirmação de que essa forma de encarar a instalação na cida-

(2) WEFFORT, Francisco Correa, Sindicatos e Política, Tese de livre-docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1972, p. XI.

de pode dificultar a participação dos trabalhadores migrantes nas entidades de classe ou nas lutas coletivas. (3) Oponho-me, simplesmente, a um procedimento metodológico que implica extrapolar esses fatos, constatados e constatáveis no plano das atitudes e valores individuais, para o âmbito do comportamento coletivo, que está submetido a outras injunções mais decisivas do que as percepções e valores de cada um.

Em segundo lugar -- e essa é a objeção mais séria -- creio que o ponto mais frágil da matriz explicativa a que me refiro diz respeito a uma opção analítico-metodológica pela qual o comportamento político do operariado aparece como resultado de atributos da camada assalariada estruturalmente produzidos, sendo, portanto, definido fora do campo da política, do terreno das relações entre todas as classes, expressas e consagradas pelo Estado, em um dado momento. Penso, com efeito, que não é possível desvendar o sentido da ação coletiva de uma força social -- classe ou fração de classe, dominante ou dominada -- a partir da análise de sua condição particular, seja ela pensada em termos de origem dos indivíduos que a integram ou de sua inserção peculiar no sistema produtivo. Neste sentido, tem razão Cardoso quando afirma:

-
- (3) Este último é, de resto, um fenômeno constatado, ainda hoje, por aqueles que se dedicam às lides sindicais. A propósito, um líder sindical paulista, afirmava recentemente: "E há um negócio aí que só quem está por dentro percebe. Um trabalhador que está no Nordeste, ou mesmo no interior do Estado de São Paulo, trabalhando numa fabriqueta de fundo de quintal e entra numa Volkswagen, numa Ford, numa Mercedes, vai ganhar no início 10, 11 cruzeiros por hora, 200% mais do que ganhava, e então acha que está no céu. Ele tem assistência médica lá na empresa e tem banco para pagar a continha de luz dele, e um serviço social para emprestar dinheiro para ele. E recebe um livreto lá na empresa que diz que ele trabalha num lugar maravilhoso, e toma copo de leite de graça dependendo da função que tiver, um par de sapatos para trabalhar, e um macacão novinho. Então ele pensa: 'Os caras do sindicato são umas bestas, eu estava na pior até outro dia e ninguém falava em lutar, agora estou aqui numa boa e os caras querem que eu lute e perca o meu emprego'. Quando ele começa a perceber que na verdade está sendo explorado, passou um ano e meio, dois anos, um pouquinho mais, e a empresa manda ele embora e pega um outro tão ingênuo quanto ele era quando chegou". "A liberdade deve ser conquistada", ISTO É (58), São Paulo, Encontro Editorial, 1º de fevereiro de 1978, p. 8.

"(...) De novo o x do problema está em mostrar como se dá dinamicamente, em cada situação típica, a emergência da classe operária num contexto em que, por um lado, existem grupos e camadas, na base da pirâmide social, ligados, parcialmente, às formas anteriores de organização da produção, e por outro lado, nas condições em que se dá a industrialização latinoamericana -- para qualificar com uma só palavra: industrialização dependente -- como a classe trabalhadora se insere num contexto de 'sociedades urbanas de massa'. A resolução dessa equação não pode ser obtida, como se se tratasse de uma operação formal, pela dedução das formas possíveis de combinação entre fatores diversos. Ela vai depender do processo histórico de constituição da classe operária em cada país (ou região). Ao referir-se ao processo de constituição tenho em vista não apenas as 'origens' da classe operária -- rural ou urbana, migrante externa, proveniência ou não do artesanato, etc. -- mas seu relacionamento com as outras classes (absorvidas em enclaves estrangeiros, ligadas às empresas nacionais, vinculada a partes do setor nacionalizado da economia, etc.) e, principalmente, os aspectos políticos de como no jogo do poder a classe operária ou frações dela passaram a definir-se e a existir". (4)

No âmbito dos estudos sobre o movimento trabalhador brasileiro, coube a Weffort o mérito de redefinir a perspectiva de análise da intervenção coletiva dos assalariados de base, situando-a primordialmente no campo da política. (5) Esta é, também, a ótica pretendida por este trabalho, que se propõe

(4) CARDOSO, Fernando Henrique - "Classes Sociais e história: considerações metodológicas", in Autoritarismo e democratização, Rio, Paz e Terra, 1975, pp. 123-124.

Observação semelhante é feita por Pecaut em: PECAUT, Daniel - Política y Sindicalismo en Colombia, Bogotá, La Carreta, 1973, p. 14-15.

(5) WEFFORT, Francisco Correa, Sindicatos e Política, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, (mimeo), 1972.

a pensar como e sob que forma as classes trabalhadoras urbanas constituíram-se politicamente por e em suas relações com as demais classes.

Esta perspectiva, desde logo não abole a referência à conformação particular das diversas classes e de suas frações. Ao contrário, para contornar o risco das explicações "essencialistas", há que se partir da análise da feição concreta que assumiram, em virtude da especificidade do desenvolvimento de um certo capitalismo. Mas, não há que se deter aí. É necessário prosseguir tentando apreender a peculiaridade do relacionamento dessas classes e frações, numa fase determinada de sua existência.

No caso dos trabalhadores urbanos -- e do operariado --, qualquer estudo de sua transformação em personagem da política brasileira, no período pós-trinta, tem necessariamente de arrancar da constatação das condições concretas, que definiam seu perfil social naquele então. É necessário tomar em conta a inexistência de um mercado de trabalho nacionalmente unificado, produto da pouca articulação do sistema econômico nacional e do surgimento de parques industriais regionais, e que deixou marcas sobre o movimento trabalhador e as organizações proletárias da Primeira República, um e outras de caráter claramente regional. É preciso, também, atentar para a heterogeneidade das massas trabalhadoras urbanas, de suas condições de trabalho e de suas reivindicações, que espelhavam a heterogeneidade estrutural da economia urbana. (6) Cabe considerar, inclusive, as condições con-

(6) Como é sabido, o termo heterogeneidade estrutural alude à diferenciação profunda da estrutura produtiva quanto a padrões tecnológicos e produtividade e à conseqüente diferenciação do mercado de trabalho, em termos de qualificação, situação e condições de trabalho e salários, uma e outra derivadas da concentração do progresso técnico e da modernização em alguns setores da economia.

Cf. PINTO, Anibal - "La concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano", TRIMESTRE ECONOMICO 125, México, 1965.

FOXLEY, Alejandro & MUÑOZ, Oscar - "Políticas de em-

cretas do mercado de trabalho urbano, que, como já se mencionou, caracterizou-se por uma oferta sempre abundante de mão-de-obra.

Ninguém duvida que as vicissitudes do mercado de trabalho criavam condições pouco propícias ao surgimento de um movimento trabalhador voltado a barganha direta com o patronato, em torno de reivindicações de tipo "economicista", ao tempo em que solapava as bases de sustentação de poderosas entidades classistas. Da mesma forma, é mais ou menos óbvio que a diversidade de situações de trabalho, de problemas e reivindicações vividas por trabalhadores em grandes empresas ou em pequenos estabelecimentos fabris de funcionamento precário, em serviços urbanos modernos ou em atividades urbanas eventuais, dificultava a definição de temas e demandas capazes de unificar pela base a totalidade do movimento trabalhador. Por último, é lícito pensar que mercados de trabalho regionalmente insulados e com problemas específicos tenham tornado menos nítidos os nexos de interesse, capazes de dar fundamento a um movimento trabalhador de contornos nacionais. São essas verdades palmares que só podem ser desprezadas por aqueles que pensam que a capacidade de fazer frente aos setores proprietários, através da mobilização coletiva, unificada e politicamente autônoma, constitui atributo inerente às classes trabalhadoras, dado desde sempre e para sempre, e alheio às circunstâncias concretas de sua constituição e existência.

Todavia, desses traços, que definem a condição das classes trabalhadoras, não é válido deduzir um e único tipo

(continuação da Nota (6))

pleo en economías heterogeneas". REVISTA PARAGUAYA DE SOCIOLOGIA (38), Assunção, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, Janeiro-abril de 1977, pp. 81-100.

Para uma discussão mais detalhada sobre a heterogeneidade das camadas trabalhadoras em países latinoamericanos ver: TORRE, Juan Carlos, - Sindicalismo y Sistema Político en el Cono Sur (fragmentos de analisis). México, 1977, manuscrito.

Para um resumo das interpretações sociológicas sobre o comportamento operário a partir da heterogeneidade estrutural do sistema econômico ver:

JELIN, Elizabeth, - "Orientaciones e ideologías obreras en América Latina". ESTUDIOS SOCIALES (3), Buenos Aires, CEDES, (mimeo), pp. 15 a 21.

de ação política coletiva. A história mostra que, a partir de um quadro semelhante, podem ganhar corpo e expressão vanguardas políticas de tipo jacobino-blanquistas, dispostas a substituir, com sua intervenção solitária, poderosos movimentos de massa inexistentes; partidos operários politicamente autônomos que atuam de forma privilegiada nas instituições parlamentares, procurando compensar com sua gravitação sobre o sistema político, a relativa fraqueza do movimento de base; (7) comportamentos coletivos politicamente heterônomos, como aqueles a que alude a noção de populismo; enfim, uma variedade de alternativas de atuação, que dependem menos das características sociais das classes trabalhadoras do que das distintas possibilidades abertas pelo jogo político.

Pretendo, portanto, discutir como, no seu relacionamento concreto com os setores dominantes, promovido e arbitrado por agentes da burocracia estatal, massas trabalhadoras urbanas, com um perfil social particular, chegaram a adquirir uma certa identidade política, transformando-se em força nacionalmente unificada e politicamente subordinada. Por conseguinte, tratarei do reordenamento das relações entre as distintas classes e frações, no contexto da crise política dos anos trinta, do significado mesmo da crise e do caráter do Estado, que se constitui nessas circunstâncias. Privilegiarei a análise da nova forma estatal, percebida como expressão daquele reordenamento e daquela crise acima referidos.

A tentativa de caracterização do que me parece ser um Estado bastante singular está presente ao longo de todo o trabalho. Porém, julgo útil esboçá-la, neste momento, no que tem de mais geral e indicar no que me afasto e onde me aproximo

(7) Analisando o movimento operário italiano nas últimas quatro décadas, Pizzorno mostra como a inserção do PCI no sistema político garantiu expressão e certa força ao movimento sindical de inspiração comunista quando, nos anos que se seguiram ao segundo pós-guerra, o poder coletivo dos trabalhadores encontrava-se consideravelmente debilitado, dadas as dificuldades da economia italiana.
Cf. PIZZORNO, Alessandro - "I Sindacati nel Sistema Politico Italiano", (In) FARNETI, P. (org.) Il Sistema Politico Italiano, Bolonha, Il Mulino, 1973, passim.

das concepções esposadas por autores que me antecederam.

Em primeiro lugar, afasto-me das análises que, utilizando a noção de autoritarismo, formulada por Linz, limitam a discussão sobre o Estado brasileiro no pós-trinta à descrição da forma de regime, instaurada em fins daquela década .
(8)

Não se trata aqui de desqualificar a problemática de Linz, preocupado em distinguir toda aquela gama de regimes políticos, situados a meio caminho entre a democracia e o totalitarismo. (9) Em que pese as objeções feitas a sua imprecisão e formalismo, (10) a idéia de autoritarismo permitiu que se avançasse na descrição de um elenco de regimes políticos que no passado eram indiscriminadamente classificados como fascistas.

Minha objeção diz respeito ao procedimento através do qual a discussão sobre o Estado é reduzida à caracterização do regime. Essa redução permite -- e mesmo conduz -- a uma análise de tipo institucionalista e formal, onde se trata de agrupar regimes políticos a partir da semelhança entre suas

(8) Desse tipo de análise são exemplos os estudos de:
SCHMITTER, Phillip - Interest Conflict and Political Change in Brazil, Stanford, Stanford University Press, 1971.
ERICKSON, Kenneth - Labor in Brazilian Political Process, Ann Arbor, University Microfilms, Tese de PhD, Columbia University, 1971.

(9) No dizer de Linz são autoritários "sistemas políticos em que existe certo pluralismo, limitado, não responsável; onde não há uma ideologia elaborada e coerente, mas sim uma mentalidade bastante característica; sem mobilização política quer intensiva, quer extensiva, exceto em alguns momentos de seu desenvolvimento: e nos quais um líder (ocasionalmente em pequeno grupo) exerce o poder dentro de limites que, embora formalmente mal definidos, são, na verdade, bastante previsíveis".

LINZ, Juan - "An authoritarian regime: Spain", (In) ALLARDT, E. & LITTUNEN, Y (org.) Cleavages, Ideologies and Party System, Helsinque, The Academic Bookstore, 1964.

(10) Ver por exemplo LAMOUNIER, Bolivar - "Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan Linz", ESTUDOS CEBRAP (7) São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, jan-fev-março - 1974, pp. 67 a 92.

instituições políticas, independentemente das relações concretas de poder que os viabiliza, ou mesmo do regime social de produção dominante nas sociedades cujo sistema político se estuda. Em outros termos, o autoritarismo pode vicejar em sociedades capitalistas ou socialistas; em nações onde o capitalismo apenas engatinha ou já se mostre na plenitude de suas forças.

Este procedimento, legítimo nos marcos da teoria liberal -- a qual, de resto, filiam-se os estudos de Linz -- é de pouca utilidade quando o que se busca esclarecer são as formas de dominação social e política e a articulação peculiar entre Estado e classes sociais num momento determinado. Desta ótica, há mais semelhança entre o período do Estado Novo e o que a ele se segue, embora fossem diferentes os regimes políticos que os caracterizaram, do que entre aquele e os treze últimos anos da história brasileira, ainda que ambos possam ser classificados como autoritários.

Inegavelmente, a questão do regime é de importância capital para a análise política -- e o é, por conseguinte, no contexto deste trabalho, a ponto de marcar sua ordem expositiva e, mais do que isso, seu ponto final. Sendo resultado da luta política, a forma de regime, por sua vez, define "as regras do jogo", as possibilidades e restrições institucionais dadas aos representantes das forças sociais que se degladiam pelo poder.

Todavia, quando a análise se detém aí, a própria compreensão do processo político é obliterada. Ela supõe que se possa decifrar, em um momento dado, a natureza dos interesses que solidarizam ou opõem as classes sociais e suas frações, como os interesses conflitantes se traduzem em relações de poder e, finalmente, de que forma o Estado as expressa e assegura.

No campo teórico em que busco me situar, os estudos que utilizam a noção de "Estado de compromisso" ocupam me recida posição de relevo, seja pela influência que exerceram sobre a produção acadêmica recente, seja pelo mérito de tentarem captar a especificidade do relacionamento entre as classes sociais e destas com o Estado, em uma fase crucial do processo de

tes que o antagonismo, caracterizava as relações entre burguesia industrial e grupos agrários, ao tempo em que indicavam o caráter igualmente burgues dessas classes. Ao episódio revolucionário de 1930 atribuíram o significado de desmoronamento da hegemonia da oligarquia cafeeira, provocado pela atuação de segmentos das próprias classes agrárias e dos "tenentes", visto alternativamente como expressão da vontade política das camadas médias ou, apenas, como uma categoria funcional do aparelho de Estado. Perceberam o período pós-revolucionário como fase marcada pela crise de hegemonia, já que consumada a quebra do domínio dos grupos oligárquicos vinculados à economia agro-exportadora cafeeira, nenhuma outra classe -- e muito menos a burguesia industrial -- foi capaz de reorganizar o bloco dominante sob sua direção. Nestas circunstâncias, perceberam o surgimento de um Estado peculiarmente autônomo, uma vez transformado em mediador entre classes dominantes, cujas forças se equilibravam pela comum incapacidade de alçarem-se em eixo ordenador e dirigente do pacto de dominação. Esse o "Estado de compromisso" que, em virtude da própria ausência de hegemonia, era forçado a incluir, sob controle, as massas populares urbanas no novo acordo político. Nas palavras de Weffort:

"Depois de 1930, contudo, estabeleceu-se uma solução de compromisso de novo tipo, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias porque não possuem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação por que não se encontram vinculados aos centros básicos da economia. Em nenhum desses casos, os interesses sociais e econômicos particulares podem servir de base para a expressão política dos interesses gerais.

Nestas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas. É a única fonte da legitimidade possível ao novo Estado brasileiro.

(...)

Firmado em seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece o poder do Estado como instituição, e este começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira. Relativamente independente desta, através dos mecanismos de manipulação, passa a impor-se como instituição inclusive aos grupos economicamente dominantes. O Estado não deixa, porém, de ser solução de compromisso e de equilíbrio entre aqueles grupos. Contudo, como pode se legitimar através das massas, encontra naquele compromisso uma nova fonte de poder; passa à condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais. Encontra, portanto, a possibilidade de formular uma política econômica e social, -- muitas vezes contraditória e descontínua pois atende ao inevitável jogo das pressões dos interesses imediatos dos grupos dominantes (como se observa na política de defesa do café) -- que, não obstante, possui uma significação histórica que sobrepassa essas circunstâncias.

O substrato social dessa significação histórica se encontra nos mecanismos de aquisição e preservação do poder, que, em última instância, oferecem os suportes da legitimidade do Estado. Necessitados do apoio das massas urbanas, os detentores do poder se vêem obrigados a decidir, no jogo dos interesses, pelas alternativas que se enquadram nas linhas de menor resistência ou de maior apoio popular. Nestas circunstâncias, é as vezes difícil saber, diante de uma decisão particular do Estado (por exemplo, a legislação trabalhista) se ela corresponde primariamente, a uma política deliberada ou se é meramente uma decisão útil para ampliar as bases do poder.

O Estado encontrará, assim, condições de abrir-se a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Não é também o Estado tal como se forma na tradição ocidental. É um certo tipo de Estado de massas, expressão da prolongada

crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular". (13)

Creio que a grande virtude dos autores que trabalham com a noção de "Estado de compromisso" reside na tentativa de pensar a especificidade da formação -- e, em consequência, do relacionamento -- das classes sociais no país, o que os conduziu à percepção justa do surgimento de uma forma de Estado autônomo, a um tempo expressão e resultado da crise de hegemonia, aberta quando se rompe o pacto de dominação e as instituições políticas da Ia. República. Em última instância, seus estudos chamaram a atenção para o que parece ser uma característica própria do processo de formação do capitalismo no Brasil, qual seja, o fato de que a industrialização não é resultado, nem resulta, na consolidação da fração industrial burguesa como força dominante e dirigente das demais frações da burguesia e das classes subalternas.

A bem da verdade, a falta de capacidade hegemônica da burguesia industrial constitui, também, o cerne da problemática colocada por Werneck Sodré. Com efeito, esse autor empenha-se em explicar porque, após a Revolução de Trinta, a burguesia industrial não impôs seu predomínio político incontestado, não liquidou seus inimigos viscerais -- o latifúndio e o imperialismo -- mas, ao contrário, terminou com eles estabelecendo uma solução política de compromisso.

Todavia, em que pesem a convergência de preocupações e mesmo a semelhança superficial quanto a idéia de compromisso entre os grupos dominantes, as análises de Sodré e as de seus críticos apartam-se em questões fundamentais. E a divergência não se cinge à caracterizações diametralmente opostas do processo de formação do capitalismo brasileiro, e, em consequência, da natureza social dos setores industrial e agro-exportador, que explicaria a peculiaridade de seu relacionamento -- onde um vê oposição antagônica, os outros enxergam complementariedade de interesses. As duas linhas de análise desembocam em con

(13) WEFORT, Francisco Correa - "Estado e massas no Brasil", REVISTA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (7), Rio de Janeiro, pp. 142 a 144.

cepções muito diversas do caráter da articulação entre Estado e classes sociais no período pós-30. Enquanto para Sodré o Estado é sempre pensado como "comitê executivo" dos grupos dominantes, que agora incluem a burguesia industrial, seus críticos chamam atenção para o surgimento de uma forma estatal autonomizada em virtude de uma crise política particular: de uma crise de hegemonia, que em última instância resulta da especificidade da evolução do capitalismo no Brasil. Neste sentido, a interpretação aqui esboçada está mais próxima daquelas que fazem uso da noção do "Estado de compromisso", do que das análises mais recentes, que se socorrem da idéia de "modernização conservadora" ou "revolução pelo alto", cunhada por Barrington Moore ou de seu equivalente de inspiração marxista, a "via prussiana de desenvolvimento capitalista". (14)

Arrancando de paradigmas teóricos distintos tais noções, na sua acepção original, aludem a uma forma de constituição do capitalismo e a uma via específica de revolução burguesa. De um lado, indicam que a afirmação das relações capitalistas de produção não implicou na destruição, de forma abrupta e revolucionária, da grande propriedade fundiária de traços ainda feudais e na sua substituição pela pequena propriedade camponesa, mas, ao contrário, foi possível graças a transformação lenta e progressiva daquela em grande propriedade capitalis

(14) MOORE, Barrington - Los Orígenes sociales de la dictadura y de la democracia, Barcelona, Ediciones Península, 1973.

LENIN, V.I. - El Desarrollo del capitalismo en Rusia, 3a.ed. Buenos Aires, Ed. Estudio, 1973.

Três são os autores nacionais que inspiram-se em Moore ou Lenin, em que pesem as diferenças profundas de suas análises particulares e, mesmo, de suas conclusões: Luciano Martins, Otávio Velho e Werneck Vianna. Deles, apenas o último trabalha com a idéia de "via prussiana", desenvolvendo-a, em todas as suas implicações, com talento e solidez. As objeções apresentadas a seguir terão este autor como interlocutor principal.

MARTINS, Luciano - Politique et developpement économique: structure de pouvoir et svstème de décisions au Brésil, Paris, Tese de Doutorado de Estado, 1973 (mimeo).

VELHO, Otávio Guilherme - Capitalismo autoritário e campesinato, São Paulo, DIFEL, 1976.

ta. De outra parte, chamam a atenção para o fato de que essa transmutação gradual fez-se sob a égide de uma aliança de poder presidida pelos grupos políticos, que expressavam os interesses da grande propriedade rural. (15)

(15) Nas palavras de Lenin:

"Sobre a base econômica dada, la revolución rusa tiene dos caminos fundamentales, objetivamente posibles, de desarrollo y desenlace: O bien la antigua economía terrateniente, ligada por millares de lazos al derecho de servidumbre, se conserva, transformando-se poco a poco en una economía puramente capitalista, de tipo 'junker'. Y en ese caso la base del tránsito definitivo del sistema pago en trabajo al capitalismo, es la transformación interna de la economía terrateniente basada en la servidumbre; y toda la estructura agraria del país, al convertirse en capitalista, conserva aun mucho tiempo los rasgos de la servidumbre. O bien la revolución rompe la antigua economía terrateniente, destruyendo todas las supervivencias de la servidumbre y, ante todo, la gran propiedad terrateniente. Y en ese caso la base del tránsito definitivo del sistema de pago en trabajo al capitalismo es el libre desarrollo de la pequeña explotación campesina, que recibe un enorme impulso gracias a la expropiación de las tierras de los terratenientes en favor de los campesinos; y todo el régimen agrario se convierte en capitalista, puesto que la diferenciación del campesinado se realiza con tanta mayor rapidez, cuanto más radicalmente son eliminados los resabios de la servidumbre. En otras palabras: o bien se conservan la masa principal de la propiedad de los terratenientes y los principales pilares de la vieja 'superestructura'; y de ahí el papel preponderante del burgués liberalmonárquico y del terrateniente, el rápido paso a su lado de los campesinos acomodados, la degradación de la masa de campesinos, que no solo es expropiada en vasta escala, sino que, además, es clavizada por los distintos sistemas de rescate propuestos por los kadetes, y oprimida y embrutecida por el dominio de la reacción. (...) O bien son destruidos la propiedad de los terratenientes y todos los pilares principales de la vieja 'superestructura' correspondiente; y de ahí el papel predominante del proletariado y de la masa de campesinos, con la neutralización de la burguesía vacilante o contrarrevolucionaria: el desarrollo más rápido y libre de las fuerzas productivas, sobre la base capitalista, con mejor situación posible -- en la medida en que es posible, en general dentro de la producción mercantil -- de las masas obreras y campesinas".

LENIN, V.I. - op.cit, p. 20-21

Se "modernização conservadora", "revolução pelo alto", "via prussiana" fossem empregadas para indicar que, no Brasil dos anos trinta-quarenta, assistiu-se a um momento crucial do desenvolvimento capitalista -- e da industrialização propriamente dita, -- sem ocorrência de alterações substanciais da grande propriedade rural, nada teria a opor, embora continuasse me perguntando sobre a eficácia explicativa -- e não apenas descritiva -- daquelas noções. (16)

Não posso concordar, porém, com sua utilização para dar conta da articulação de poder que deu cabida e garantiu o processo de industrialização. Neste particular, Werneck Vianna, mais do que outros autores, é explícito. Não se trata de ausência de predomínio político entre as forças sociais dominantes e, tampouco, do surgimento de um Estado razoavelmente autônomo. Ao contrário, o sistema de poder teve por eixo os grandes proprietários rurais não exportadores, cujos interesses eram solidários com os da indústria, já que uns e outra beneficiavam-se da ampliação do mercado interno. (17)

Essa hipótese pode ser objetada no plano empí-

(16) A idéia de "via prussiana, tal como foi utilizada por Lenin é mais do que isso. Ela indica um dos caminhos possíveis de trânsito de uma economia de tipo servil a outra de caráter capitalista, bem como os efeitos sociais dessa forma específica de transição. De fato, são desvendados os mecanismos da lenta transformação do grande domínio rural, organizado sobre o trabalho servil, em grande propriedade capitalista, movida pelo trabalho assalariado, e da também lenta transformação do grande senhor que se apropria da renda da terra, ou do arrendatário, em grandes proprietários capitalistas que se apossam do lucro. O mesmo não acontece quando a referida noção é aplicada ao Brasil. Os que dela fazem uso não esclarecem qual a natureza concreta das transformações da grande propriedade rural, se é que existiram. Por conseguinte, "via prussiana" termina por ser uma forma mais sofisticada de afirmar a inexistência de revolução agrária.

(17) WERNECK VIANNA, L.J. - op.cit., p 154 a 174

rico, coisa que não farei aqui. (18) Penso que os reparos fundamentais são teóricos e dizem respeito ao próprio conceito de industrialização utilizado pelo autor.

Com efeito, Werneck Vianna -- e nisto não está sozinho -- não parece estabelecer diferença entre crescimento industrial e industrialização, o que obscurece os contornos do fenômeno a ser explicado, qual seja, o significado concreto da política industrializante implementada durante o primeiro governo Vargas, as forças sócio-políticas que a impulsionaram e os grupos sociais que dela se beneficiaram.

Explico-me. Penso, com Cardoso de Mello e Tavares (19), que o processo de industrialização não se resume, nem

(18) Se o que se tem em mente, ao afirmar tal solidariedade de interesses, é o fato de que a expansão das atividades industriais e urbanas delas decorrentes ampliava o mercado para os produtos agro-pastoris, uma primeira objeção pode ser feita a partir das próprias características da economia do Estado de São Paulo, onde, como é sabido, concentrava-se o núcleo fundamental da indústria brasileira. Os estudos existentes indicam que a diversificação da própria agricultura paulista, que se intensificou nos anos trinta-quarenta, marchou no sentido de diminuir a já reduzida dependência da indústria daquele estado do fornecimento de alimentos e alguns insumos agrícolas provenientes de outras regiões do Brasil. Por conseguinte, é difícil postular a existência de sólidos laços de interesse entre agricultura para mercado interno e indústria no Estado de São Paulo, ou entre agricultura para mercado interno e indústria, com exclusão do parque fabril paulista. Uma e outra alternativa parecem con figurar um lastro muito pouco sólido para uma aliança de poder supostamente tão duradoura e eficaz. Se, por outro lado, o que se deseja enfatizar é que a expansão das atividades agro-pastoris aumenta a demanda de produtos industriais -- o que é certo -- deixa de ter sentido a diferenciação entre produtores para mercado interno ou externo, pois ambos consomem bens industriais, sob forma de implementos agrícolas ou de bens de consumo.

Para uma análise das características da economia paulista ver: CASTRO, Antonio Barros de - "A herança regional no desenvolvimento brasileiro", Sete ensaios sobre economia brasileira, Rio, Forense, 1971, Vol. II, pp. 11 a 102.

CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1977.

(19) CARDOSO DE MELLO, João Manuel - O capitalismo tardio, Campinas, Tese de Doutorado, IFCH-DEPE, 1975, (mimeo).
TAVARES, Maria da Conceição - "Auge e Declínio do processo de substituição de importações". Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio, Zahar, 1975.

pode ser confundido, com a mera expansão industrial, particularmente, da produção de bens-salário. Ao contrário, o conceito de industrialização alude ao processo concreto e específico de constituição da base material indispensável à instauração da dinâmica inter-setorial típica de um regime de produção capitalista plenamente constituído. Ou seja, o conceito de industrialização faz referência ao surgimento do setor produtor de bens de produção (insumos básicos e maquinária), sem o qual aquela dinâmica não se configura. Por conseguinte, nem toda política de apoio à atividade industrial pode ser considerada, a justo título, industrializante. Ela o será, sempre e quando, tiver como meta a implantação daquele setor.

Será possível falar em política industrializante, no Brasil, durante a primeira gestão de Vargas? Sim, durante o Estado Novo, quando se tratou de implantar o núcleo fundamental da "indústria pesada" (a grande siderurgia, a indústria petrolífera, a química pesada, etc.). Essa política conviveu com o atendimento de muitos dos interesses e reivindicações dos setores industriais pré-existentes, mas a ele não pode ser assimilada. Muito pelo contrário, penso que existiu uma descontinuidade flagrante entre a política industrializante do Estado Novo e os interesses concretos imediatos da indústria já instalada no país. Com isso quero dizer duas coisas. Em primeiro lugar, que o impulso para a constituição da "indústria pesada" não brotava naturalmente das necessidades imediatas do parque produtor de "bens de consumo leves". Em segundo lugar, que a instalação da indústria de base constituía empresa que superava de muito as forças do empresariado nacional de então.

Na verdade, o estabelecimento daquele primeiro patamar do setor de bens de produção não era necessidade sentida como presente para um parque fabril que, desde seu nascimento, pudera se expandir e diversificar importando maquinária e insumos industriais. Não constituía, tampouco, alternativa de investimento viável ou rentável, a curto prazo, para os capitais privados. O longo período de maturação das inversões, as escalas de produção requeridas, o montante de recursos demandados, as dificuldades de acesso à tecnologia monopolizada por

grandes consórcios internacionais, implicavam em capacidade de acumulação e centralização de capitais e em poder de negociação com empresas e instituições estrangeiras, que estavam fora do alcance da iniciativa privada nacional.

Ora se isso é verdade, torna-se difícil perceber como e porque um governo, que expressasse a aliança entre setores agrários vinculados ao mercado interno e burguesia industrial -- com predomínio dos primeiros --, poderia vir a formular e implementar parcialmente uma política efetivamente industrializante. A partir da aceitação da existência de interesses compartilhados por uns e outros, é fácil explicar uma série de políticas -- creditícias, fiscais, cambiais e mesmo sociais -- de incentivo à atividade industrial existente e que constituíam demandas expressas pelos grupos industriais concretos. Mas, como interpretar projetos -- como o da grande siderurgia -- que estavam além do horizonte de consciência e das necessidades sentidas pelo empresariado fabril?

Essa objeção aplica-se, também, à interpretação da política industrializante, que decorre da idéia de "Estado de Compromisso". Nesse caso, a industrialização -- que também é confundida com crescimento industrial -- aparece quase como o resultado não previsto de uma ação estatal mediadora de interesses díspares ou como consequência, ainda imprevista, de opções por linhas de menor resistência ou maior apoio popular. Uma vez mais, não vejo como ver no ensaio de industrialização do Estado Novo uma decorrência extra das pressões descontraídas dos diversos grupos sociais, ajuizadas pelo governo, ou do apoio popular.

Em resumo, como todos os autores que me predederam, penso que explicar a especificidade do reordenamento das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, no Brasil do após-trinta, é explicar, também, como e porque aquele reordenamento abriu passo a uma forma específica de industrialização.

Por essa razão, estou convencida que as idéias de "via prussiana", "revolução pelo alto" ou "modernização conservadora", através das quais se procurou dar conta da peculiar

ridade de um momento da formação do capitalismo e do relacionamento entre as classes sociais, não permitem elucidar o processo em sua complexidade. Penso que a noção de Estado de compromisso" avança mais no entendimento da relação entre Estado e classes sociais, no momento crucial da constituição de uma certa ordem capitalista, ainda que não a esclareça cabalmente.

Como os que se utilizaram daquela noção parto da idéia de crise de hegemonia que dá passagem a um Estado mais autonomizado e que efetivamente transforma-se em árbitro e mediador de interesses díspares. Penso, todavia, que não se esgota aí a originalidade desta forma estatal. Sua liberdade maior face ao jogo de interesses presentes na sociedade, implica e abre espaço a uma gravitação particular de segmentos da burocracia estatal no jogo político e no processo de tomada de decisões sobre os rumos da economia e o destino das instituições políticas. A maior autonomia do Estado não é senão maior autonomia da burocracia estatal. No caso em pauta, ela significa a possibilidade de geração de políticas que não correspondem aos interesses imediatos e as demandas de qualquer setor de classe dominante. A política de industrialização, tal como foi definida anteriormente, é disto manifestação. As instituições corporativistas também o são, em certa medida.

Afirmo, por conseguinte, que, além de mediar as disputas sociais, governo e estratos da burocracia estatal, de uma certa forma, avançam à frente das classes e de suas frações e, ao fazê-lo terminam por alterar as condições de existência e o relacionamento entre as diversas forças sociais. Obviamente, essa autonomia não é absoluta. Ela tem limites precisos que terei de elucidar ao longo do trabalho. Mas, ela existe e sua consideração parece-me essencial à compreensão dos quinze anos transcorridos após a Revolução de 1930.

Concluo, reiterando que a interpretação do processo pelo qual as massas trabalhadoras urbanas transformaram-se em força política não pode prescindir da análise das condições sócio-econômicas e políticas, em cujos marcos redefiniram-se as relações entre todas as classes sociais. Essas condições são, também, as da emergência de um Estado bastante autonomizado, que acomoda interesses diversos, mas, também, os organiza e os transforma, em virtude da ação própria de setores de sua burocracia.

I PARTE - O ESTADO E AS CLASSES DOMINANTES

A Revolução de Trinta abre passagem à consolidação de um Estado articulado de maneira nova às classes sociais dominantes e subalternas. Se esse relacionamento inédito adquire feição nítida depois de 1937, é nos primeiros seis anos da década -- anos de crise política -- que se há de buscar os momentos decisivos de sua constituição, possível, em boa medida, pela crise econômica e pela forma como foi enfrentada; resultante do embate político que comoveu a sociedade por inteiro.

Concretamente, interessa-me indagar sobre as condições sócio-econômicas e políticas de surgimento e vigência de um Estado, cuja autonomia face a sociedade expressou-se em sua função mediadora e na capacidade facultada a seus altos escalões burocráticos de formular políticas econômicas e de impor modelos institucionais, que não correspondiam aos interesses concretos e manifestos de qualquer setor social. Procurarei, também, indicar os limites reais de uma autonomia assim concebida; limites estabelecidos, em última instância, pela capacidade revelada pelos distintos grupos sociais de afirmar seus interesses e desígnios.

Nesta primeira parte, tratarei do problema tomando em consideração, tão somente, os impasses e conflitos no interior das classes e frações dominantes. E essa não é uma opção arbitrária. Ao contrário, penso que a crise política, que permitiu que segmentos da burocracia estatal ganhassem margem de liberdade maior frente a sociedade, não se deveu a irrupção das classes subalternas, mas às dificuldades de recomposição de alianças de dominação estáveis. Por conseguinte, o estudo das condições de eclosão e do desenrolar daquela crise, assim como do novo relacionamento entre Estado e grupos dominantes, é condição para o perfeito entendimento da maneira como as classes trabalhadoras urbanas emergiram como personagem da política nacional.

Delimitado o âmbito da análise ao terreno em que se moveram as forças sociais dominantes, cabe aqui sublinhar alguns temas de importância para o entendimento dos capítulos seguintes.

A primeira diz respeito à especificidade da conformação das camadas dominantes, que ilumina seja o significado da crise que corroeu e terminou por fazer desmoronar o pacto de dominação e as instituições políticas da Primeira República, seja o sentido dos embates políticos posteriores a Revolução de Trinta, em meio aos quais o Estado se foi paulatinamente alcançando acima e à frente dos interesses imediatos dos grupos proprietários. Em outros termos, trata-se de perceber como um certo tipo de desenvolvimento econômico moldou uma estrutura social e uma trama de solidariedades e oposições determinadas, e como estas refletiram-se na cena política, nas diversas conjunturas.

Concretamente, penso que é crucial atentar para a inexistência de classes nacionais e para as relações, a um tempo, complementares e contraditórias que, em diversas áreas do país, soldavam e subordinavam as camadas industriais aos setores agrários e mercantis, cujos interesses se enraizavam em complexos econômicos de bases e limites regionais.

Com efeito, é sabido que a forma pela qual o país ligou-se à economia capitalista internacional, redundou em frouxa integração do sistema econômico nacional e, por consequinte, numa estrutura de classes espacialmente segmentada. A formação de complexos econômicos regionais debilmente interligados imprimiu feição também regional às classes proprietárias, cuja existência, interesses e possibilidades de fortalecimento, em muitos casos, dependeu mais de suas relações com o Exterior do que de seus nexos econômicos com outras áreas do país. (1)

De outra parte, como indicam Cano, Cardoso de Mello e Silva, (2) a indústria que surge no país, ainda no sécu-

(1) Cf. FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil. 11a.ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971.

(2) CARDOSO DE MELLO, João Manuel - O capitalismo tardio. Campinas, tese de doutoramento. DEPE/IFCH/UNICAMP, 1975 (mimeo). CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1977.

SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1976

lo XIX, é tributária do dinamismo das economias regionais agro-mercantis -- exportadoras ou não -- delas dependendo para expandir e diversificar-se. A esse tema voltarei no primeiro capítulo. Interessa-me aqui enfatizar que a natureza do relacionamento entre indústria e atividades agro-mercantis, definia o perfil social do empresariado fabril, como fração de uma burguesia de corte regional, que incluía, também, os segmentos agrários e mercantis, constituídos os três pelo desdobramento do mesmo capital social. Este fato não excluía os conflitos de interesses, mas ainda na década dos vinte atava os destinos da burguesia industrial à sorte da empresa agro-mercantil.

A complementariedade de interesses entre frações de classe regionais e a fragilidade dos nexos que as uniam, em escala nacional, demarcaram o terreno das alianças e da pugna política ao longo do primeiro período republicano e imprimiram sua marca às instituições vigentes, como se verá mais adiante. Constituíram, também, o fundamento daquela crise de hegemonia, que se pôs de manifesto no fim dos anos vinte e prolongou-se, sem solução, até bem mais tarde.

Com efeito, a crise política dos sete primeiros anos da década dos trinta, foi, simultaneamente, expressão da impossibilidade de reconstruir um pacto de dominação duradouro, ao estilo da República Velha, e da inexistência de uma classe política e nacionalmente unificada e capaz de realinhar o conjunto das camadas dominantes em conformidade com seus desígnios e interesses. Para ser mais explícita, quando as vicissitudes econômicas e políticas, tornam inviável a manutenção de uma aliança de poder sui generis, e alicerçada no predomínio das frações agro-mercantis da burguesia cafeeira, inexistia uma burguesia industrial, enraizada em escala nacional e constituída politicamente de forma autônoma. A Revolução de Trinta não foi decididamente obra sua, nem redundou na sua transformação em classe dirigente das outras forças sociais e detentora das rédeas do governo.

A segunda questão de importância no corpo deste trabalho relaciona-se aos mecanismos concretos através dos quais a raiz da crise de hegemonia, foram-se redefinindo as relações entre Estado e classes dominantes, e nesse processo, ampliando-

se as margens de atuação autônoma da burocracia pública. Aqueles mecanismos surgiram ao sabor e em virtude da luta política, em função da qual alinharam-se e realinharam-se os vitoriosos e os vencidos em Outubro de 1930. Disso cuidarei no segundo capítulo. Interessa aqui assinalar as linhas gerais do processo.

Em um certo sentido, a mudança do relacionamento entre Estado e classes coincide com a edificação paulatina do arcabouço institucional de um Estado centralizado e efetivamente nacional.

O processo de fortalecimento do poder central foi viabilizado pela criação de novas fontes de recursos para a alimentar sua atividade crescente. (3) E fez-se às expensas da autonomia estadual, drasticamente restringida do ponto de vista político, administrativo, econômico e militar. (4)

(3) Ampliam-se as fontes de receita tributária da União, anteriormente garantida com quase exclusividade pelos impostos de importação. Os impostos sobre o consumo e a renda, prerrogativa do governo central ganham peso. Em 1940, o imposto de consumo já tinha mais importância que o de importação, e o imposto de renda, que em 1931 contribuía com 6,0% da receita tributária federal, passava a constituir 11,5% da mesma.

Para uma descrição das fontes de receita tributária da União ver VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson - Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1973, pp. 185-186 e anexos: tabelas IV e V.

(4) Entre 1931 e 1934 e de 1937 a 1945, a autonomia política estadual é praticamente inexistente: as câmaras são dissolvidas e o governo exercido por interventores nomeados pelo presidente da República e controlados, a partir de 1939, por um departamento administrativo estadual, que aprovava os orçamentos e todos os decretos-leis elaborados pela interventoria.

Por outro lado, já o Código dos Interventores, de 28 de agosto de 1931, vedava aos estados: contrair empréstimos externos, emitir bonus, vales ou títulos destinados a circular como moeda, criar impostos novos, fazer concessões de minas ou de terras, conceder isenção de impostos, conceder subvenções ou auxílios pecuniários não fixados previamente no orçamento e chegava mesmo a fixar um padrão único de orçamento de receita e de despesa, e a estabelecer que a receita estadual deveria ser orçada sobre a "base média da renda apurada nos três exercícios anteriores". Finalmente, o mesmo código impunha limites à ampliação e equipamento das forças policiais estaduais.

Ao tempo em que se estreitavam as margens de manobra dos estados, o governo central começou a constituir órgãos seus, encarregados de discutir e definir políticas específicas, anteriormente traçadas no âmbito dos "interesses privados" e a nível regional. Assim os institutos e conselhos -- órgãos técnicos do executivo, de caráter corporativo -- foram , passo a passo, assumindo o controle centralizado das decisões de política econômica para os diversos setores da atividade produtiva. E, ao serem centralizadas no e pelo Estado, essas políticas tornaram-se nacionais. Já não se tratava de defender o café paulista ou o café mineiro, mas de levar em consideração, em graus variáveis, o conjunto dos interesses da cafeicultura, através de um organismo estatal especificamente voltado à resolução do problema. Não se tratava, tão pouco, de atender apenas os reclamos dos produtores de açúcar de São Paulo ou do Nordeste, mas de tomá-los no âmbito de uma política nacional para a agro-indústria açucareira.

O processo que leva à constituição do Departa-mento Nacional do Café constituiria um caso típico. Em abril de 1931, por iniciativa de São Paulo, firmou-se o Acordo dos Esta-dos Produtores de Café -- São Paulo, Minas, Espírito Santo, Es-tado do Rio e Paraná -- que redundou na fundação do Conselho Na-cional do Café, formado por representantes dos cinco estados e colaboradores do Ministério da Fazenda com o objetivo de suge-rir uma política de defesa do produto. Com isso, o Instituto do Café do Estado de São Paulo perdeu sua antiga importância e o CNC passou a ser um mediador entre os governos dos estados e o Executivo central, chegando, ao fim de certo tempo, a propor políticas ao governo federal.

Todavia, em fevereiro de 1933, o CNC foi dissolvido e, em seu lugar, surgiu o Departamento Nacional do Café to-talmente controlado pelo governo federal. Seus diretores eram nomeados pelo Ministro da Fazenda, enquanto os representantes da cafeicultura passavam a integrar o conselho consultivo, com-posto de um porta-voz das associações da lavoura de cada estado e um comerciante de cada uma das praças exportadoras: Rio, San-tos, Vitória.

Processo semelhante ocorreu com o setor agro-industrial açucareiro, quando da formação do Instituto do Alcool e do Açúcar, em 1933.(5) Da mesma forma, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931) e do Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), abriram-se espaços específicos para a discussão dos problemas da indústria, em âmbito nacional e para além de suas clivagens regionais.

Em todos esses casos, a centralização dos órgãos definidores de políticas setoriais na órbita do Estado implicou, também, na diminuição da capacidade decisória dos diversos grupos privados, em virtude da concentração dos mecanismos de controle sobre o traçado e a implementação de tais políticas em mãos da burocracia estatal. Os interesses privados continuaram a pesar, mas já não determinavam sozinhos os rumos da política econômica para cada setor.

Destarte, como resultado da luta política, cujas peripécias acompanharei mais tarde, começou a delinear-se uma nova maneira de articulação entre frações e classes dominantes, no interior do aparelho de Estado e por iniciativa das elites governamentais. Ela implicava, simultaneamente, no estabelecimento de parâmetros nacionais para a definição das políticas econômicas que afetavam cada setor, e no deslocamento do poder de decisão dos grupos privados para a burocracia pública.

Esse processo de reorganização das classes no Estado significou, por outro lado, o início da lenta separação política dos segmentos industriais -- especialmente os de São

(5) Em dezembro de 1931, foi organizada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, órgão de "cooperação dos usineiros e lavradores de cana, sob o patrocínio dos governos e dos respectivos estados, com aprovação e fiscalização da União", objetivando controlar a produção, através da fixação de quotas por estado. Todavia, em julho de 1933, a antiga comissão é substituída pelo Instituto do Açúcar e do Alcool que, a exemplo do D.N.C., passa a ser manejada pelo governo federal, através da Comissão Executiva composta por três delegados, respectivamente dos Ministérios da Fazenda, Agricultura e Trabalho, Indústria e Comércio; um delegado do banco com o qual se contratasse o financiamento da safra; e quatro delegados usineiros dos estados com produção superior a 200.000 sacas de açúcar por ano. No Conselho consultivo tomariam assento representantes de usineiros e plantadores de cada estado.

Paulo -- de seus irmãos xipófagos: os setores agrários e mercantis enraizados em diversos pontos do país. Ainda que o surgimento dos conselhos técnicos, por si sô, não eliminasse as condições objetivas da fragmentação por regiões da camada dos empresários fabris e de seu entrelaçamento com as frações agrárias e mercantis, ele implicava na constituição de um espaço específico, encrustrado no aparelho de Estado, para a manifestação dos interesses da indústria -- como um todo e em seus segmentos regionais -- conferindo-lhe, assim, uma certa identidade política, que não se podia definir no seio dos partidos "oligárquicos" estaduais.

Em resumo, penso que a armação corporativista das instituições estatais resultou e deu expressão a uma reorganização das relações sociais no âmbito da Nação, que se fazia na ausência de classes nacionais e dotadas de capacidade hegemônica, e que foi promovida e estimulada por setores ligados ao aparato do Estado. Nesse sentido, ela constituía uma tentativa de construir ao nível do Estado a unidade da nação, que não se podia fundar sobre a trama esgarçada das relações sociais. (6) Do ponto de vista substantivo, ela espelhou e deu vida a uma certa forma de autonomização do Estado face a sociedade e à nova gravitação da elite burocrática estatal, como mediadora das disputas sociais ou como formuladora de diretrizes que não correspondiam aos desígnios dos distintos grupos privados.

As instituições estatais cortadas segundo ma-

(6) Não podem ser mais explícitas as palavras de Oliveira Vianna quando diz: "Nos outros povos, esta transformação da massa-população em massa-nação foi um produto demorado de fatores históricos; no nosso -- como em todos os povos de formação colonial -- há de ser obra do Estado, realizando uma política nacional, racionalmente determinada, conscientemente deliberada. Obra porém de um Estado necessariamente forte, preponderante, traçando a todos os grupos locais as normas de sua orientação. De um estado manejado por uma elite desinteressada, de verdadeiros patriotas, dotados de sentimento de nossa comunidade nacional e, por isso mesmo, capazes de dar a nossa população destituída desses sentimentos, exemplos de desinteresse, abnegação e sacrifício pessoal em prol do bem comum da nação". OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de - Problemas de Política Objetiva, 3a.ed., Rio de Janeiro, Record, 1974, p. 68.

triz corporativista começaram a erguer-se desde o início dos anos trinta, embora só viessem a predominar com a Constituição de 1937. Até o Estado Novo elas conviveram com o sistema partidário herdado da República Velha, numa superposição de canais de expressão e de confronto de interesses igualmente disponíveis e utilizados pelas classes dominantes. Nenhuma determinação estrutural poderia indicar, de antemão, que o modelo corporativo deveria necessariamente prevalecer. Sua consagração com o golpe estadonovista, deveu-se a uma encarniçada luta política, na qual os velhos partidos esfacelaram-se sem que novos partidos fossem capazes de implantar-se.

Os sete primeiros anos da década foram, portanto, decisivos para a constituição de um Estado centralizado e de feição corporativista. Eles foram decisivos também, à gestação das condições econômicas e políticas, que permitiriam que, já no final da década, se formulasse pela primeira vez um projeto de industrialização à revelia e a despeito dos interesses privados pré-existentes.

Acompanhar esse percurso, que se inicia com os primeiros abalos do edifício político da Primeira República é o propósito das páginas que se seguem.

I - O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A REVOLUÇÃO DE TRINTA

Pensar as relações entre sociedades e Estado no pós-trinta nos conduz à indagação dos fundamentos econômicos e da feição propriamente política da crise que transbordou na Revolução de outubro. Sua compreensão cabal requereria um estudo mais aprofundado das significativas transformações econômicas e sociais e do agitado processo político que caracterizaram os anos vinte, o que foge às limitações desse trabalho. Interessamo-nos aqui delinear-las em seus traços mais gerais.

É possível afirmar que já na década dos vinte começam a se alterar as condições que viabilizavam o tipo particular de pacto de dominação característico da chamada "República Oligárquica".

Este constituía uma aliança sui generis entre classes e frações de classe dominante de expressão regional, já que regionais eram economias agrárias das quais brotavam. Tal compromisso, que se cristalizou na "Política dos governadores", (1), garantia o predomínio da burguesia cafeeira, cuja força provinha do dinamismo da economia capitalista apoiada no café. Mas, esse dinamismo e aquela força devem ser qualificados.

A economia exportadora capitalista cafeeira limitava-se a uma região do país e seu crescimento não criou vínculos orgânicos com os demais complexos econômicos regionais, dos quais não dependia de forma decisiva para seguir acumulando ou para realizar sua produção (2). Isto explica porque o domínio da burguesia do café, expresso no monopólio, raras vezes quebrado, do controle sobre o poder executivo central, sempre se constituiu numa forma precária de hegemonia. E, em duplo sentido. Objetivamente impossibilitada de dar conteúdo univer-

(1) - Para uma boa descrição ver: SOUZA, Maria do Carmo Campello de - O processo político-partidário na Primeira República. (in: NOTA, Carlos Guilherme - org. - Brasil em Perspectiva). São Paulo, DIFEL, 1968, p. 201 e seqts.

(2) - Para uma análise competente do problema ver: CANO, Wilson - Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1977.

sal a seus interesses particulares, ela foi precariamente hegemônica no interior do bloco de poder e com mais razão ainda, em frente ao conjunto da sociedade.

De fato, como é arqui-sabido, seu controle sobre o executivo central teve como contrapartida uma espécie de dispersão regional do poder do Estado -- a outra face da política dos governadores -- manifesta no federalismo acentuado da Constituição de 1891, que garantia ampla margem de manobra aos Estados, v.g. aos setores agro-mercantis aí dominantes. A Carta Republicana e Liberal de 1891 consagrou de fato, o debilitamento das instituições do Estado Nacional, enquanto tal, como única forma de compatibilizar interesses que pouco tinham que ver com os êxitos e vicissitudes da economia cafeeira.

É óbvio que a autonomia estadual foi uma condição necessária para garantir a vigência do pacto de dominação. Mas, não foi condição suficiente. Mesmo atendendo prioritariamente os reclamos da cafeeira, o Executivo central devia de alguma forma contemplar também, ainda que em menor medida, os demais interesses regionais, o que era feito basicamente através das políticas do gasto público (3). Essas as condições, ao nível do bloco no poder, para o exercício da "hegemonia" da burguesia cafeeira.

Por outro lado, é também por demais sabido como eram restritas as bases sociais de apoio da aliança dominante. Além das massas interioranas transformadas em currais eleitorais dos caciques políticos, seu grande sustentáculo era constituído pelas camadas médias citadinas, em particular seus extratos mais altos, atreladas à burocracia pública e/ou às atividades urbanas resultantes da expansão das economias agrário-exportadoras.

A coerção, pública ou privada, era o meio usual pelo qual se obtinha o "consentimento" das classes subalternas urbanas e rurais, em sua grande maioria privadas da ci

(3) - Para uma análise detalhada, ver - SILVA, Liana M.L. Aureliano da - No limiar da industrialização: 1919-1937. (Estado e Acumulação de Capital). Campinas, tese de doutoramento, IFCH-DEPE, 1976, (mimeo).

dadania e, portanto, excluídas do jogo político legal. O coronelismo, o voto de cabresto, a fraude eleitoral (4) eram o verdadeiro rosto dessa pretensa democracia liberal, onde o direito de sufrágio era privilégio de menos de 3% da população - (5). Eles indicavam os limites da capacidade hegemônica da burguesia cafeeira.

Antes de delinear o processo da crise da "República Oligárquica" é necessário situar o problema da indústria, figura de segundo plano, mas igualmente partícipe do drama que nos ocupa. Aqui nos interessa reter apenas algumas características da indústria brasileira, que parecem estar na base do comportamento político das frações burguesas industriais neste período.

No limiar da República a indústria nasce produtora de bens-salário para os diversos mercados regionais. Ela

(4) - Para um bom tratamento do problema do "coronelismo", ver LEAL, Victor Nunes - Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil. 2a.ed., São Paulo, Alfa-ômega, 1975

(5) - Tabela I - Eleições Presidenciais no Brasil, 1894-1945

Presidente eleitos e datas das eleições	Número de votantes (milhões)	Porcentagem população votante	Porcentagem votos totais do vencedor
Prudente de Moraes (1/3/94)	0,3	2,2 %	84,3 %
Manuel Campos Sales (1/3/98)	0,5	2,7 %	90,9 %
F.Rodrigues Alves (1/3/02)	0,6	3,4 %	91,7 %
Afonso Pena (1/3/06)	0,3	1,4 %	97,9 %
Hermes da Fonseca (1/3/10)	0,6	2,8 %	64,4 %
Venceslau Brás (1/3/14)	0,6	2,4 %	91,6 %
F.Rodrigues Alves (1/3/18)	0,4	1,5 %	99,1 %
Epitácio Pessoa (13/6/19)	0,4	1,5 %	71,0 %
Artur Bernardes (1/3/22)	0,8	2,9 %	56,0 %
Washington L.P.Sousa (1/3/26)	0,7	2,3 %	98,0 %
Júlio Prestes (1/3/30)	1,9	5,7 %	57,7 %
Eurico Gaspar Dutra (1/12/45)	6,2	13,4 %	52,4 %

LOVE, Joseph, L. - O regionalismo gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 125.

surge, aqui e ali, do ventre dos distintos complexos econômicos regionais -- exportadores cu não -- com eles compartilham do possibilidades e limitações. Na ausência de um departamento de bens de produção que assegure relações inter-setoriais típicas do capitalismo plenamente constituído, a indústria depende do dinamismo das economias regionais de base agrária para a acumulação, para a reposição da força de trabalho e para a realização de seus lucros. Como demonstrou Cardoso de Mello para o caso de São Paulo, a indústria nasce do próprio movimento de reprodução do capital cafeeiro, predominantemente mercantil e que se corporifica e se desdobra em atividades agrícolas, comerciais, financeiras e industriais, a indicar as distintas formas assumidas pelo mesmo capital social e, por conseguinte, as distintas frações de uma mesma classe

A posição de atividade complementar -- responsável por uma parte da reprodução da força do trabalho rural e do capital constante -- e subordinada -- pelo lado da acumulação e da realização -- ocupada pela indústria no interior do complexo exportador cafeeiro, conferia à burguesia industrial o caráter de fração de classe sem autonomia face às frações burguesas diretamente ligadas a economia do café. A subordinação e complementariedade de interesses não excluía a contradição, que, em vários momentos, transformou-se em conflito aberto (6) mas não davam cabida à relação de antagonismo, capaz de fundamentar uma crítica radical, por parte da burguesia industrial, da economia sustentada pela atividade agro-exportadora e da ordem sócio-política correspondente. Ao contrário, o caráter subordinado da fração industrial burguesa manifestou-se na ausência de autonomia política, expressa na inexistência de uma ideologia burguesa industrialista e de um projeto burguês de transformação radical da sociedade. E mais ainda, entre as distintas frações da burguesia industrial, re

(6) - DRAIBE, Sonia Miriam - Classes dominantes e industrialização na Argentina (Burguesia industrial e burguesia exportadora). Tese de Mestrado, Buenos Aires, FLACSO, 1975, (mimeo).

gionalmente enraizadas, não houve sequer a possibilidade de surgimento de uma consciência de "interesses corporativos" em escala nacional, já que inexistia uma base comum de interesses. A concorrência opunha mais do que unia os segmentos industriais produtores do mesmo tipo de bens para mercados regionais protegidos pelas distâncias e dificuldades de transportes.

Em conclusão, as condições específicas da indústria brasileira, nas três primeiras décadas do século, determinaram que as frações industriais burguesas não se manifestassem politicamente de forma autônoma e nacionalmente unificada. Ao contrário, elas foram politicamente caudatárias das forças sociais vinculadas às atividades do agro, que se expressavam através dos partidos estaduais dominantes.

Esta verdade cristalina, aliás, não escapou a observadores da época. Renato Jardim, ferrenho defensor da República "oligárquica", referindo-se a São Paulo observa:

"O P.R.P. é o partido das 'classes conservadoras' de São Paulo, e em São Paulo 'classes conservadoras' são a população mesma. É necessário ter vivido no interior do Estado e aí ter 'feito política' para bem compreender onde a força eleitoral que aqui faz os governos. O seu principal núcleo, o quase exclusivo eleitor paulista, é o lavrador de café. Em torno dele, em plena comunhão de interesses e aspirações, o negociante, o pequeno industrial, o artesão, o operário agrícola, socialmente tributários dele, e assim os elementos da chamada 'classe liberal', médicos, advogados, professores. A própria grande indústria, a despeito de tal ou qual divergência de interesses na política aduaneira, está nas fileiras do velho partido. Em última análise, a lavoura é a grande eleitora dos governos de São Paulo, e a manutenção da ordem pública e as realizações que consultam o interesse econômico são o que ela pede a esses governos. O P.R.P. que, por assim dizer, com o governo se confunde -- governo que tem elci

totalmente essa origem -- não é classificável como 'oligarquia'." (7)

O comportamento politicamente subordinado das frações burguesas industriais manter-se-á mesmo quando o pacto de dominação "oligárquico" e as instituições que o viabilizavam começam a demorçar. Em cada estado, elas acompanharão as forças sócio-políticas dominantes. E, num aparente paradoxo, a fração industrial mais avançada -- a burguesia industrial de São Paulo -- apoiará até o fim o regime cuja derrocada abrir-lhe-á novos horizontes e perspectivas. (8)

As instituições políticas da Velha República começam a manifestar sintomas de crise já nos primeiros anos da década de vinte. Sintomas de uma crise peculiar que não é provocada pela ação negadora das classes subalternas ou de uma nova classe dominante emergente, mas que resulta de fraturas ao nível do pacto de dominação e no interior do aparelho de Estado. De um lado, elas assumem a forma de tensões entre grupos regionais dominantes, a indicar a crescente dificuldade de manutenção do compromisso político que garantia a coesão das classes proprietárias regionais. De outro lado, elas se corporificam no descontentamento -- e na rebelião aberta -- de uma categoria funcional do aparelho de Estado: "os tenentes".

Ao longo da década, a crise aprofundar-se-á -- nestas duas direções paralelas, e, em certa medida, independentes entre si, até o momento em que seu encontro, em 1930, levará ao desmoronamento da velha ordem.

Na raiz das tensões políticas que vão paulati

(7) - JARDIM, Renato - A Aventura de Outubro e a Invasão de São Paulo, São Paulo, Sociedade Imprensa Paulista, 1932, p. 124. O grifo é meu.

(8) - Ver o apoio prestado pelos industriais paulistas à candidatura Júlio Prestes em FAUSTO, Boris - A Revolução de 1930 (História e Historiografia). São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 29.

namente solapando a Velha República estão o auge e as vicissitudes da economia cafeeira, vividas de maneiras diversas pelas distintas forças sociais em presença.

Em primeiro lugar a defesa da cafeicultura, - frente às ameaças cada vez mais presentes de crise, começa a demandar uma política econômica, consubstanciada na terceira valorização e na defesa permanente (9) ,, que vai se tornando progressivamente incompatível com o atendimento dos interesses dominantes dos outros complexos econômicos.

Essa dificuldade de compatibilizar interesses no nível de bloco no poder está na base do conflito aberto com a sucessão de Epitácio Pessoa, que, pela segunda vez, depois do estabelecimento da política dos governadores, cindiu a aliança entre os três grandes Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. E não é por acaso que a propaganda eleitoral da "Reação Republicana" capitaneada pelo Rio Grande do Sul em oposição a São Paulo e Minas, abria fogo cerrado contra o exclusivismo da política de defesa do café.

De fato verberava-se contra o imperialismo dos grandes Estados e denunciava-se a candidatura Bernardes como um arranjo político para garantir a continuidade de valorização do café, responsável pela elevação continuada dos preços, quando fazia-se necessário dar igual proteção aos demais produtos brasileiros de exportação e, ao mesmo tempo, implementar uma política econômica que garantisse a conversibilidade da moeda, o equilíbrio orçamentário e o controle da inflação, reivindicação particularmente cara aos produtores riograndenses do Xarcue (10)

O mesmo significado tiveram durante o governo Bernardes, os frequentes protestos dos Estados nordestinos contra o abandono dos planos contra a seca e dos riograndenses

(9) - Para uma exposição das políticas de defesa do café, ver: FAUSTO, Boris - Expansão do café e política cafeeira. (In FAUSTO, Boris - org. - História geral da civilização brasileira). São Paulo, DIFEL, Tomo III, 1975, v.1, pp. 197-248.

(10) - Cf. FAUSTO, Boris - Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945. São Paulo, CEBRAP, 1972, p. 24 e seqts. (Cadernos CEBRAP 10)

contra o recrudescimento da inflação.

Por outro lado, a utilização do aparelho de Estado para defesa dos interesses da cafeicultura, ao criar crescente mal-estar ao nível dos grupos dominantes, começou a exigir a restrição da autonomia federativa e uma intervenção crescente do Executivo central nos estados para silenciar pela força os focos de descontentamento regionais. Como é sabido, Bernardes governou quase todo seu mandato sob Estado de sítio e promoveu uma política de intervenção sistemática nos estados que haviam se reunido na "Peção Republicana".

Mesmo antes de sua posse, em maio de 1922 as tropas federais impuseram em Pernambuco a ascensão ao governo estadual do candidato dos bernardistas. Já no controle do Executivo, o novo presidente ordenou as intervenções no Estado do Rio para depor o governo nilista (1922) e no Rio Grande do Sul para garantir o fim da guerra civil e o Acordo de Pedras Altas, que significava um abalo no domínio incontestado de Borges de Medeiros (1923). E, finalmente, na Bahia (1924) as tropas federais asseguraram as vitórias dos adversários de J.J. Seabra. Também em 1924, a comissão de verificação de poderes da Câmara promoveu a "degola" dos deputados oposicionistas. O processo de limitação do federalismo culminou, ainda no governo Bernardes, com a revisão constitucional de 1926, que ampliava o direito de intervenção do Executivo central nos estados.

É bem verdade que esses conflitos ao nível das frações dominantes não significaram a definição de posições irreconciliáveis. Tanto é assim que, na eleição de Washington Luis, a tradicional "política dos governadores" voltou a presidir os arranjos "inter-oligárquicos", garantindo um pleito no melhor estilo da Velha República. Mas, de toda forma, eles apontavam para a crescente inviabilidade de manter coeso o pacto de dominação sob o predomínio da burguesia cafeeira, na medida em que o aprofundamento da crise da cafeicultura começava a exigir todos os recursos do Estado, relegando a segundo plano os demais interesses regionalmente dominantes. A unidade encontrada em torno da candidatura Washington Luis, será nova-

mente perdida, quando se coloca o problema de sua sucessão. E desta vez, atingindo a pedra angular do bloco do poder: a aliança São Paulo/Minas.

Essa nova ruptura no acordo político entre as frações dominantes apresenta uma característica diversa da anterior (1922) na medida em que revela uma cisão também entre as frações da burguesia cafeeira, expressa pela passagem de Minas Gerais para o terreno da oposição e pela importância assumida, em São Paulo, pelo Partido Democrático, fundado em 1926. Trata-se de uma dupla cisão -- entre os interesses do café mineiro e paulista, de uma parte, e no interior do próprio complexo cafeeiro paulista -- resultante da maneira como foi encaminhada a política de defesa da cafeicultura.

De fato, a política econômica sustentada por Washington Luis, nos primeiros anos de seu governo, representou a defesa dos interesses da cafeicultura paulista, deixando a economia cafeeira de Minas, mais frágil e com menores condições de competitividade, ao deus dará. Por outro lado, a partir do momento em que a política de valorização do café paulista passa a ser feita através do Banco do Estado de São Paulo, o antigo setor financeiro associado à cafeicultura sofre um rude golpe e com certeza vai engrossar as fileiras do Partido Democrático. (11)

(11) -O esforço de invalidação da hipótese que procurava vincular o Partido Democrático a supostos interesses da burguesia industrial, parece ter levado alguns autores, em particular Fausto, a uma identificação entre aquele partido e as "classes médias" não de todo convincente. É inegável que o PD canalizou o descontentamento das camadas médias, cujo mal estar crescia com a crise. É, também, muito provável que as "camadas médias" tenham fornecido o maior contingente dos quadros partidários, o que de resto é uma verdade válida para todos os partidos modernos de centro, esquerda ou direita, em qualquer parte do mundo. Entretanto, ausência de autonomia política desse setor social, fenômeno de resto reconhecido, pelos mesmos autores, torna estranha a caracterização do PD como organização típica das camadas médias paulistas. De outra parte, a presença entre seus quadros de homens tão ligados aos interesses cafeeiros, como o conselheiro Antonio Prado e outros, parece confirmar, pelo menos, a suspeita de que interesses de frações da burguesia cafeeira prejudicados pela política de valorização pudessem estar sustentando a nova organização partidária.

Não podiam deixar de ser bastante estreitos os limites da oposição das frações burguesas regionais à ordem econômica e o arranjo político que, até então, lhes assegurara uma espécie de dominação em condomínio. Criticavam, no fundo, a ruptura do compromisso no plano da política econômica e da ordem jurídico-institucional, sem ter qualquer outra proposta de reordenação econômica e sem exigir mais do que o cumprimento não da forma que já não lhes servia, mas do espírito da Constituição de 1891. Dessa maneira seus interesses imediatos foram-nas a desnudar, denunciar e rejeitar os mecanismos da sua própria dominação: a "democracia liberal" do voto descoberto, da fraude eleitoral, da vitória inevitável e indiscutível do situacionismo. A demanda de purificação do regime liberal não foi, assim, um mero recurso demagógico de retórica eleitoral. Juntamente com a bandeira da autonomia dos estados, ferida de fato e restringida de direito pela reforma constitucional de 1926, ela representou, para as frações agro-mercantis postergadas, a única via possível de redefinição das regras do jogo, cujo controle já lhes escapava.

A pregação liberal da renovação dos costumes políticos e da restauração das práticas democráticas não caiu no vazio. Ela encontrou terreno propício de propagação entre as camadas médias urbanas, que até então haviam se constituído em um dos esteios do bloco dominante.

De fato, a política de defesa do café na década dos vinte não apenas provocou fissuras entre as forças dominantes como erodiu e estreitou ainda mais suas bases de apoio, na medida em que o violento processo inflacionário (12)

(12) A evolução do custo de vida no país, durante a década foi a seguinte:

<u>BRASIL-Custo de Vida (1914 = 100)</u>			
<u>ANO</u>	<u>INDICE</u>	<u>ANO</u>	<u>INDICE</u>
1920	163,8	1926	260
1921	167,9	1927	267,4
1922	184	1928	263
1923	202,8	1929	261
1924	236,6	1930	237,3
1925	252,8		

Fonte: SIMONSEN, Roberto C.- Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Ed.Nacional-EDUSE 1973, p. 26.

significou uma deterioração real dos níveis de vida das camadas médias, particularmente de seus estratos inferiores, mas não só deles.

Estruturalmente incapazes de se exprimir como força política autônoma, dada a sua inserção na estrutura sócio-econômica e a heterogeneidade de interesses que dela deriva, as camadas médias urbanas insatisfeitas -- cuja expansão na década fora significativa -- formaram uma certa base de massas das campanhas e movimentos das frações dominantes dissidentes, que denunciaram a feição "oligárquica" do regime republicano. Da mesma forma que não deixaram de ver com simpatia as rebeliões dos jovens tenentes (13). A relação classe média tenentismo será retomada mais adiante.

A crise de dominação "oligárquica" que se manifestou nos conflitos entre as frações burguesas do bloco do poder, na erosão de suas bases sociais de apoio e no descontentamento generalizado entre as camadas populares urbanas em consonância no interior do próprio aparelho de Estado sob a forma das rebeliões "tenentistas".

São de todos conhecidos os episódios que estão na raiz do primeiro levante "tenentista" no Forte de Copacabana, em 1922: a ojeriza declarada de Epitácio Pessoa aos

(13) O estado de ânimo das camadas médias no período em questão é retratado de forma primorosa por Marques Rebelo na figura de Baltazar, personagem de Marafa: "Magro, boca rasgada, face terrosa e ossuda, é uma dupla personalidade. Entrado em anos, no escritório é infatigável, burro de carga da seção. E a atividade e a noção de responsabilidade que manifesta no trabalho, fazem-no severo, duma rispidez que frequentemente se confunde com a grosseria. Na rua é outro - desmanchado, loquaz, muito gentil, fazendo questão de pagar todas as despesas. Tem um fraco - a política, e o que entende por tal é manter-se numa posição sistemática, com epigramas mordazes aos que estão no poder. Para ele, três revoluções diárias ainda seria pouco; quatro horas que uma facção dominasse o poder era tempo bastante para desgostá-lo - não era o que ele pensava... E apontava erros, injustiças e rebalheiras -- uma súcia!"

REBELO, Marques - Marafa. Rio de Janeiro, Edições Ouro, pg. 42.

militares, que "tem a estulta pretensão de se arvorar em patrões da República" (14), que o levou a nomear civis para o Ministério da Guerra e da Marinha e a retirar do Senado um projeto de aumento dos soldos militares proposto por altas patentes do Exército e da Marinha; o episódio das "cartas falsas" durante a campanha de Artur Bernardes; a utilização das tropas federais para impor a vitória do candidato bernardista ao governo de Pernambuco. É também por demais conhecido o caráter localizado da rebelião dos 18 do Forte, assim como a limitação de seus objetivos: um ato de desafronta e de defesa da honra da corporação humilhada pelos políticos civis. (15)

Entretanto, para além dos conflitos tópicos que desencadearam o primeiro movimento de rebeldia, a persistência do irredentismo dos oficiais médicos e a sua progressiva transformação, através dos levantes posteriores, em "movimento tenentista", refletem o impacto da crise de um tipo de dominação sobre o aparato institucional que a assegurava.

De fato, enquanto segmento do aparelho estatal, os oficiais rebeldes vivem a crise como contradição entre um Estado que se pretende Nacional e a realidade da Nação regionalmente fragmentada, como contradição entre um Estado que se pretende defensor dos interesses gerais da coletividade e a realidade da imposição dos interesses particulares dos grupos agro-exportadores dominantes; como contradição entre o papel das Forças Armadas enquanto guardiãs do regime liberal consagrado na Constituição e a realidade do liberalismo "oligárquico".

Boa parte da literatura sobre o tenentismo está voltada à discussão do "conteúdo de classe" do movimento em termos de sua possível articulação com interesses e aspirações das camadas médias urbanas.

(14) FORJAZ, Maria Cecília S. - Tenentismo e classes médias urbanas na crise da Primeira República. São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH - USP, Departamento de Ciências Sociais, 1974, (mimeo), p. 32.

(15) Cf. Idem, ibidem, p. 52

Para os autores que encararam a crise da primeira República como expressão de contradição antagônica entre burguesia industrial e setores agrários os tenentes aparecem como uma espécie de vanguarda política dos setores médios, aliados seguros dos industriais. (16)

Já os autores que pensam a queda da República Velha como resultado da "crise da hegemonia oligárquica" a desembocar na constituição de um "Estado de Compromisso", enfatizam as limitações estruturais que circunscrevem a ação prática das camadas médias aos horizontes da ordem econômico-social "oligárquica", tornando-as incapazes de ir além da crítica à conspiração do regime liberal-democrático e formular um projeto econômico e político alternativo. Mas, ainda neste caso, a relação tenentismo-camadas médias urbanas se estabelece (17) e a indefinição programática do "tenentismo" aparece como expressão da dependência econômica, política e ideológica

- (16) SODRÉ, Nelson Werneck - História da burguesia brasileira. 3a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- Formação histórica do Brasil. 3a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1964.
- JABUARIBE, Hélio - Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- GUIIHERME, Wanderley - Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil. Rio de Janeiro, ISER, 1963.
- RAMOS, Guerreiro - Crise de poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- BASBAUM, Leôncio - História sincera da República. 3a. ed. São Paulo, Fulgor, 1968, vol. II.
- (17) WEFFORT, Francisco Correa - O populismo na política brasileira. In: Brasil, (Tempos Modernos). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, p. 54.
- IANNI, Otávio - Estado e Capitalismo (Estrutura social e industrialização no Brasil). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

ca dos setores médios frente à "oligarquia". (18)

Essa vertente interpretativa, hoje predominante em nosso meio acadêmico tem -- implícita ou explicitamente -- um débito para com o clássico ensaio de Virgínio Santa Rosa -- O Sentido do Tenentismo --, vigorosa obra política onde a argúcia do analista é inseparável da paixão de quem atua sobre o presente.

Em 1933, Santa Rosa vê no tenentismo a expressão política da pequena-burguesia emergente num capitalismo ainda em constituição. Em suas próprias palavras:

"E assim, pouco a pouco, com o andar dos anos, surgiu a plutocracia brasileira, tênue e apagada como o nosso capitalismo e movendo-se numa estrutura constitucional inteiramente desfavorável aos seus sonhos de predomínio.

Lado a lado, acompanhando a curva dessa ascensão vertiginosa, cresceu também a pequena burguesia. O desenvolvimento das indústrias e do comércio, exigindo múltiplas funções e cargos, provocou uma di-

(18) A mesma linha de análise é desenvolvida, de forma mais refinada, por Saes. Procurando dar conta da diversidade de orientações presentes no tenentismo, o autor distingue duas tendências no movimento -- uma liberal e outra nacionalista -- relacionando-as à diferenciação interna dos setores médios urbanos em camadas médias tradicionais e baixas camadas médias.

SAES, Décio A.M.de - Classe Moyenne et système politique au Brésil, Paris, Tese de Doutorado, Ecole Pratique des Hautes Etudes, 1974, (mimeo).

A relação tenentes-camadas médias aparece no trabalho de Forjaz, que se distingue das interpretações anteriores na medida em que consideram apenas uma das determinações do comportamento dos tenentes. Em sua opinião, o movimento não pode ser cabalmente compreendido sem que se pense também, os tenentes como um segmento da burocracia do Estado. E afirma: "A nosso ver (...) os tenentes não se expressam apenas em nome do Exército, mas expressam também o inconformismo anti-oligárquico das camadas médias urbanas. As contradições do tenentismo residiam exatamente na combinação da autonomia frente às forças sociais em luta, característica da burocracia estatal, à dependência histórica das camadas médias urbanas das forças sociais hegemônicas da sociedade brasileira".

FORJAZ, M.C.S. - op.cit., pp. 26,27.

ferenciação mais ou menos instantânea no seio das massas anônimas das populações nacionais. Destacou-se o funcionário das administrações públicas e particulares, o empregado do comércio, o proletário dos campos e das fábricas. Como o grau reduzido do padrão de vida brasileiro não permite que sejam muito profundos os sulcos que distinguem esses diversos setores da nossa idade econômica, e a pobreza de nossa existência material e o meio feudalismo de nossa economia não consentem maiores caracterizações no quadro social, todos esses elementos se agruparam numa única classe.

Masceu assim, com essas diferenciações, a nossa pequena burguesia, formada exclusivamente pelas classes médias das cidades, o operário das fábricas e os párias quase inconscientes dos campos. Essa camada nova das populações nacionais, pouco a pouco surgiu do subsolo social do Brasil e foi adquirindo, embora muito lentamente, plena consciência de seus direitos. E, como novo órgão do organismo nacional, dotada do instinto do poderio, procurou logo adquirir a sua expressão política." (19). Essa expressão política foi o tenentismo.

Pode-se objetar à interpretação de Santa Rosa o que seria a "plena consciência dos direitos" de uma camada tão heterogênea como a sua "pequena burguesia" e com muito mais razão perguntar-se sobre o seu "instinto de poderio".

Mas, para além das muitas restrições possíveis, parece-nos das mais ricas a idéia de tenentismo, refletindo em suas múltiplas, contraditórias e ambíguas manifestações, esse agregado popular ainda em processo de diferenciação interna. Refletindo, mais do que a consciência de problemáticos direitos ou de discutível instinto de poderio, o descontentamen-

(19) SANTA ROSA, Virgínio - Que foi o tenentismo? Rio de Janeiro, Cadernos do povo brasileiro, Civilização Brasileira, 1963, pp. 27, 28.

to e o desconforto desses setores. Como nota o próprio Santa Rosa:

"Em semelhante ambiente, somente uma coisa era eternamente visível e presente: o mal-estar. Todos sentiam uma pressão, uma agonia indecifrável. Como alívio e vingança, as populações agitavam-se ansiosas de derrubadas... Os governos, eternos judas, eram os pontos de mira de todas as angústias e hostilidades, o alvo de todas as oposições. O instinto popular volvia-se para cima adivinhando o que mal provinha dali... Contudo, quase sempre, nenhum espírito possuía a consciência desse mal. Era demasiado cego para diagnosticar e descobrir a causa das causas de tão profundo mal-estar". (20)

Trata-se menos de representar politicamente uma camada social heterogênea ainda em vias de diferenciação do que de refletir ao nível do aparelho de Estado e do ponto de vista do Estado, que se quer nacional, esse mal-estar e de sassocego, manifestação da crise do regime e do sistema de dominação vigentes.

Nesse sentido, não deixa de ter uma boa dose de razão Boris Fausto quando ao analisar a prática e as postulações dos "tenentes" enfatiza as determinações que "advêm da situação dos 'tenentes' como militares." (21)

De fato, o denominador comum das formulações

(20) SANTA ROSA, V. - op.cit., p. 34.

(21) Afirma o autor:

"Ao Exército cabe desempenhar uma missão regeneradora. Mas, a partir desta identificação de base, o que se pretende de fato "regenerar"? O tenentismo da primeira fase pode ser definido como um movimento voltado para o ataque jurídico-político à oligarquia, com um conteúdo centralizador, "elitista", vagamente nacionalista".

E a seguir conclui:

"É problemático imputar às classes médias brasileiras da década de vinte uma ideologia em que o elitismo e a centralização aparecem como traços essenciais".

FAUSTO, B. - A Revolução de 1930. (História e Historiografia), pp. 63 a 69.

e da prática dos "tenentes" é a crítica à dominação das "cligarquias", no que ela representa de enfraquecimento do Estado nacional e de preservação de mesquinhos interesses particularistas, e à qual opõem a idéia da centralização e fortalecimento do Estado tomados como sinônimos da Constituição da Nação. E tornar o Estado efetivamente nacional implica de alguma forma levar em consideração os problemas atuais das massas populares, já colocados e não resolvidos pela aliança burguesa dominante. A regulamentação das relações de trabalho na indústria, a defesa do nível de vida da população urbana, a quebra dos laços de sujeição do trabalhador do campo aos grandes proprietários, são questões que vão sendo incorporadas ao confuso ideário dos tenentes, a medida em que vão se tomando mais flagrantes e a medida em que, através das sucessivas rebeliões, a oficialidade jovem os vai vivenciando. E os vai vivenciando de formas diversas. Ainda no período pré-trinta, começa a diferenciação incipiente de tendências distintas no interior do movimento, que se definirão com clareza, quando na primeira metade da década, o "tenentismo" se esfacela em múltiplas direções. Mas é inegável que já nos anos vinte, o desprezo pelo populacho de um Juarez Távora convive com as ainda tímidas tentativas de aliança com setores operários de um Miguel Costa, sem falar na trajetória pessoal de Luis Carlos Prestes até a ruptura, em 1930, com o movimento do qual era o líder incontestado.

Concluindo, os "tenentes" refletem a crise sócio-econômica e política da República Velha enquanto grupo funcional do aparelho de Estado e do ponto de vista do Estado.

É verdade que seu programa é indefinido e carece tanto de um diagnóstico econômico e social da crise quanto de um projeto alternativo de reordenação da sociedade. É verdade, também, que em suas formulações inexiste qualquer traço de um projeto industrializante. Ao contrário, a crítica às indústrias "artificiais", flores de estufa que sobrevivem graças ao protecionismo exagerado em detrimento dos consumidores,

aparece com frequência mesmo depois da revolução de 30. (22)

Entretanto, o propósito de centralização e fortalecimento do Estado Nacional, presente desde os primeiros levantamentos ainda que não formulados num projeto de organização jurídico-institucional definido situa os "tenentes" para além do horizonte político e ideológico das frações burguesas agro-mercantis dominantes.

Os "tenentes" foram a força propulsora da derubada da velha República.

A crise profunda da economia mercantil exportadora, na virada da década, criou, inegavelmente, as condições indispensáveis para a eclosão do movimento armado. Ela exacerbou o desassossego das camadas médias e dos trabalhadores urbanos, ampliando as bases de apoio -- passivo, mas indispensável -- à vitória das forças contestárias. Ela abalou os vínculos de identificação entre as diversas frações de classe vinculadas à economia cafeeira e seus representantes políticos perrepietas. Como é sabido, muitos e profundos foram os desentendimentos entre cafeicultores e o governo de Washington Luis, acusado de abandonar o café à sua própria sorte (23). Se é certo que, não abandonaram o P.P.F. e sufragaram maciçamente seu candidato, Júlio Prestes, certo é também que não moveram uma palha para impedir sua deposição.

Neste clima favorável concretizou-se, não sem resistências mútuas, a aliança entre "tenentes" e forças políticas dissidentes agrupadas na Aliança Liberal. E é inegável que a decisão dos militares rebeldes (e de alguns políticos jovens) de deitar por terra a República dos "oligarcas", impediu que os velhos chefes políticos aceitassem a derrota eleitoral e, uma vez mais, buscassem formas de acomodação com os vencedores.

(22) - "Manifesto Brasil Novo". AFUD
CARONE, Edgard - O Tenentismo. São Paulo, DIFEL, 1975,
p. 370.

(23) Ver SILVA, L.M.L.A. da - op.cit., passim.

res nas urnas (24). Os tenentes foram a força propulsora da Revolução de 30. Os tenentes serão a força propulsora do que se fará de renovador no período do Governo Provisório. Na sua trajetória ziguezagueante, até a desanarição como grupo com feição política própria, revelam-se os limites das transformações sócio-econômicas e políticas possíveis no Brasil dos anos trinta.

(24) Para uma boa descrição do período que vai da derrota eleitoral da Aliança Liberal à Revolução de Outubro, ver: LIMA SOBRINHO, Barbosa - A verdade sobre a Revolução de Outubro - 1930. 3a. ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, e ILVA, Hélio - 1930 - A Revolução Traída. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

II - 1930 - 1937: A CRISE POLÍTICA

Contra o regime "liberal-democrático" das eleições fraudadas, os partidos políticos estaduais, que formaram a Aliança Liberal, levantaram a bandeira de uma democracia liberal mais autêntica, capaz de permitir a reconstituição, em novas bases, do pacto de dominação em condomínio prevalecente nos bons tempos da Primeira República. Tratava-se de "recapturar" o Estado, tornando-o defensor dos interesses do conjunto das frações de classe dominantes e não apenas de parcela da burguesia cafeeira paulista.

Contra o regime "liberal-democrático", das "oligarquias" estaduais, do poder local dos coronéis, da fraqueza das instituições nacionais, os "tenentes" arrastaram a Aliança Liberal à revolução. Tratava-se de construir o Estado nacional e centralizado -- tornando-o defensor dos interesses da Nação e não apenas dos grupos regionalmente dominantes.

No terreno trabalhado pelo colapso da economia mercantil-exportadora produziu-se o encontro momentâneo entre a oposição liberal às instituições políticas da República "oligárquica" e a oposição revolucionária à dominação "oligárquica". Juntas fizeram ruir a velha ordem. Uma vez no governo, enfrentaram-se por força de divergências inelutáveis.

Os motivos do enfrentamento são claros: distintas foram as causas que levaram uns e outros à luta, distintos os objetivos perseguidos, diversas as soluções almejadas.

A discussão, porém, não se esgota na elucidação das razões do conflito. Nosso problema é perceber na crise política, marcada pela pugna entre "tenentes" e forças políticas estaduais, a manifestação concreta daquela crise de hegemonia específica, que irrompe com o colapso do pacto de dominação entre frações burguesas agro-mercantis e, também, da crise do Estado e do regime político que lhes correspondiam. Nosso problema é, também, deslindar como essa crise, em seu desenro-

lar, vai tornando possível o surgimento de uma forma nova de Estado.

Por conseguinte, as questões pertinentes são: por que nenhum dos contendores consegue derrotar e eliminar politicamente seu adversário? Quais os limites de ação dos "tenentes"? Por que, ainda que imprimam sua marca aos projetos e instituições da nova república esfacelam-se e desapareçam como movimento com alguma identidade própria? Quais os limites da ação das "dissidências" estaduais que lhes permitisse tomar e manter as rédeas do governo?

A resposta a essas indagações exige um esforço de pesquisa sobre o período, que ainda está por ser feito. Através de uma releitura da informação já sistematizada, tentarei aqui, sugerir algumas hipóteses explicativas plausíveis.

A atuação decisiva na deposição de Washington Luis valeu aos "tenentes" postos de primeira linha no Governo Provisório. Com o decreto de nomeação dos interventores (15/11/30), passaram ao controle da grande maioria dos estados brasileiros. A exceção de Minas Gerais, onde foi mantido o governo de Olegário Maciel, ficaram em suas mãos as interventorias de todos os estados, do Espírito Santo ao Amazonas, supervisionadas pela Delegacia Regional do Norte chefiada por Juarez Távora; do Distrito Federal; do Estado do Rio. Em São Paulo, lograram impor o "tenente" João Alberto contra a pretensão dos democráticos de encarregarem-se eles da direção política do estado; e no Rio Grande do Sul um candidato seu -- General Flores da Cunha -- assumiu o governo, a despeito das preferências de republicanos e liberais. "Tenentes" ou figuras simpáticas a seu movimento ocuparam ininterruptamente o Ministério da Guerra e da Viação, durante o Governo Provisório e, em algum momento desta fase, os ministérios da Agricultura, Fazenda, Marinha e Trabalho, Indústria e Comércio. (1)

(1) No Ministério da Guerra estiveram: José Fernandes Leite Castro (24/10/30 - 6/32), Augusto Inácio do Espírito Santo (continua na página seguinte)

Ac assenhorear-se dos cargos de mando sua disposição era clara: liquidar as estruturas de domínio político das velhas "oligarquias". O meio de conseguí-lo foi desde o início o prolongamento por tempo indefinido do período de exceção até que fossem realizadas as necessárias reformas revolucionárias, enquanto tentavam exercer pressão organizada sobre Vargas para acelerá-las. (2) Mas, quais eram essas reformas?

Seu conteúdo, como observa Virgínio Santa Rosa

(continuação da nota da página anterior)

to Cardoso (28/6/32 - /1/34); Pedro Aurélio Góes Monteiro (18/1/34 - /5/35); Ministério de Viação e Obras Públicas: Juarez Távora (4/11/30) nomeado renunciou em favor de José Américo de Almeida (24/11/30 - /7/34); Ministério da Agricultura: Juarez Távora (21/12/32 - /7/34); Ministério da Fazenda: Oswaldo Aranha (14/12/32); Ministério da Justiça: Oswaldo Aranha (3/11/30 - /12/32); Ministério da Marinha: Protógenes Pereira Guimarães (9/6/31 - /11/35); Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: Joaquim Pedro Salgado Filho (6/4/32 - /7/34).

(2) A necessidade de pressionar o executivo estava presente por exemplo, na criação da Delegacia Regional do Norte, como relata Agildo Barata:

"Foi durante esse período de instalação do Governo Provisório e ante a evidência da nenhuma disposição de Getúlio de enveredar por um caminho de reformas radicais e revolucionárias que alguns tenentes, inclusive eu, pensamos em organizar, para o Norte, uma governança autônoma e capaz de dar orientação à vitória tão tenazmente alcançada. Foi com essa intenção que me entreguei a tarefa de obter a criação da Delegacia Regional do Norte e de Juarez para exercer as tão esdrúxulas funções de algo assim como um supervisor da ação dos onze interventores dos Estados do Norte, uma espécie de autoridade intermediária entre o Governo Provisório Revolucionário (governo atual) e os interventores do Espírito Santo para o Norte.

Nós, os tenentes que havíamos participado e dirigido o movimento revolucionário no Norte do país, não estávamos (na maioria) contentes com os rumos que os acontecimentos iam tomando. A ausência absoluta de medidas transformadoras radicais, a complacência com os decaídos (aliás, Getúlio era um deles), uma invasão geral de gaúchos na administração revolucionária desgostavam-nos muito".

BARATA, Agildo - Vida de um revolucionário (memórias). Rio de Janeiro, Ed. Nelson, 1961, pp. 153-154.

sa, "só se definiu pouco a pouco, com o progresso crescente da revolução, através dos entrechoques das correntes partidárias" (3) E ele definiu-se, com nitidez, apenas em duas direções: o fortalecimento do Estado Nacional acima dos interesses particularistas e a realização de certas medidas de "justiça social", consubstanciadas na legislação do trabalho.

O estabelecimento da unidade da Nação por intermédio da organização e da prática de um Estado forte, centralizado e nacional constitui o cerne das propostas de reforma dos "tenentes".

Em um primeiro nível, elas dizem respeito à unificação do espaço econômico (proibição dos impostos interestaduais e intermunicipais), ao controle nacional dos recursos básicos do solo e do subsolo (Código Florestal, de Águas e de Minas) e à existência de órgãos do poder central com jurisdição eficaz por todo o país (a criação de um Judiciário Nacional, unificado e autônomo é disto um exemplo). (4)

Em outro nível, as propostas dos "tenentes dizem respeito à própria relação entre o Estado Nacional e as forças sociais existentes no país. E elas conduzem a estruturação das instituições estatais segundo o figurino corporativista. Com efeito, o Estado será nacional à condição de que espelhe a Nação em sua heterogeneidade de "classes", e organizará a Nação na medida em que organize as "classes" e garanta-lhes um lugar em seu aparato. Neste processo, o Estado permitirá e, simultaneamente, traçará os limites à expressão de todos os interesses presentes no corpo nacional. Ao fazê-lo, deixará de

(3) SANTA ROSA, V. - op.cit., p. 102.

(4) A abolição dos impostos interestaduais, a promulgação dos Códigos, a unificação, a reforma e unificação do Judiciário são propostas presentes em praticamente todos os documentos "tenentistas" durante o Governo Provisório.

Cf. CARONE, E. - op.cit., pp. 366 a 473.

ser um instrumento dos m6veis particularistas e regionais. (5)

N6o 6 outro o sentido das afirma66es que se se-
guem:

"Contra a representa66o profissio-
nal se tem assanhado todo ardor de
profissionalismo pol6tico e toda a
massa de preconceitos que formam o
fundo da estafada e corrompida de-
mocracia liberal. (...)

Tem se alegado contra a representa-
66o profissional o ser mais um obs-
t6culo 6 forma66o dos partidos. Cu-
rioso 6 que se tenha arraigado no
c6rebro de muita gente, com for6a
f6rrea de dogma, que o grande mal e
causa de todos os males 6 a aus6n-
cia de verdadeiros partidos.

N6o 6 verdade. O mal n6o est6 na au-
s6ncia de partidos e sim na aus6n-
cia da organiza66o nacional. A na-
66o organizada, como todo organismo
superior em que a m6nima part6cula
tem satisfeitas as condi66es de sub-
sist6ncia normal e normalmente con-
corre para o exerc6cio da personali-
dade coletiva, n6o carece da infec-
66o tumultu6ria e dissolvente das
competi66es partid6rias. Carece, is-
to sim, de representa66o verdadei-
ra, em que a m6nima c6lula, como no
organismo, possa fazer ouvir seus
reclamos.

Desde que, para o exerc6cio dos di-
reitos pol6ticos, deve estar o cida-
d6o filiado a uma associa66o profis-
sional, como deve estar em dia com
o servi6o militar, a exist6ncia de

(5) 6 ineg6vel que a proposta corporativista, particularmente a institui66o das bancadas classistas no legislativo, apa-
rece no contexto da luta contra os partidos "olig6rquicos",
como um imperativo da t6tica pol6tica. Como assinala San-
ta Rosa em seu trabalho antol6gico, os "tenentes" v6em a
representa66o "classista" como uma esp6cie de contrapeso
aos partidos tradicionais. Mas o que importa ter claro 6
que essa "solu66o t6tica" n6o 6 aleat6ria (foi esta como
poderia ter sido um partido social-democrata, por exemplo)
mas guarda rela66o com as concep66es "tenentistas" de Es-
tado e Na66o, com um certo tipo de vis6o "estatal" da so-
ciedade.

uma câmara corporativa é problema simples e meio idôneo de uma representação real e não fictícia e fraudulenta." (6)

Este Estado que organiza a Nação deve, também, orientar a atividade produtiva segundo critérios nacionais e objetivos. A criação de conselhos técnicos, que tornem "possíveis a continuidade e a perceptibilidade da ação governamental para a solução dos problemas nacionais e regionais, apesar da transitoriedade dos governos" (7) é uma decorrência natural das tarefas que se atribuem ao organismo estatal.

Finalmente, o Estado que estrutura e expressa o conjunto da Nação tem necessariamente de garantir a igualdade de direitos de grupos sociais desigualmente capazes de os fazerem valer.

Dizem os "tenentes" já no início de 1931:

"As relações entre o indivíduo e o Estado devem, pois, se efetivar num sentido de se garantirem ao primeiro as possibilidades materiais e a autonomia moral, para que possa, livremente expandir-se como expressão espiritual. Donde a igualdade dos direitos das classes. Que uma não se sobreponha à outra. Que gravitem todas as atividades do trabalho numa perfeita harmonia." (8)

Dai decorre a "garantia dos sagrados direitos do Trabalho" (sic) detalhadamente formulada em medidas

(6) CLUBE 3 DE OUTUBRO - "Crítica à Assembléia Nacional Constituinte" (1/4/34). APUD CARONE, E. - op.cit., pp. 423-424. Embora o documento cuja passagem transcrevemos acima seja do final do Governo Provisório, é conveniente frisar que as propostas de organização estatal em moldes corporativos já está presente desde os primeiros pronunciamentos "tenentistas" posteriores a revolução de 1930.

(7) Idem, ibidem. APUD Idem, ibidem

(8) LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA - "Manifesto à Nação" (4/3/31). APUD Idem, ibidem, p. 442

concretas de legislação social. (9)

Refletindo, do ponto de vista do Estado, a reação ao domínio "oligárquico" e as suas sequelas sociais, não podiam ser outras as ênfases das reformas "tenentistas". Isto fica bem flagrante quando contrastamos a clareza das propostas acerca das atribuições e da estruturação do Estado e dos direitos trabalhistas com as formulações contraditórias no que respeita ao problema da indústria e da grande propriedade rural.

A defesa das "indústrias naturais" e a oposição ferrenha às "indústrias artificiais", sustentadas por um protecionismo sem critérios; um sentimento geral de ojeriza à plutocracia fabril, enriquecida às custas dos consumidores urbanos, permeiam os pronunciamentos dos "tenentes". (10)

Encontramos uma única vez a afirmação de que o futuro do país estaria ligado ao desenvolvimento industrial.

- (9) Com efeito, já aparecem no programa partidário da Legião Revolucionária de São Paulo, dado à luz nos primeiros meses de 1931, todas as medidas fundamentais de legislação trabalhista, que serão tomadas pelo Governo Provisório -- e mais o direito de greve:
1. Organização científica do trabalho
 2. Jornada de oito horas
 3. Salário mínimo correspondente à taxa média do custo de vida e de acordo com as oscilações econômicas
 4. Férias obrigatórias
 5. Sindicalização dos trabalhadores. Comissões paritárias
 6. Regulamentação do trabalho dos menores, da mulher, dos fisicamente incapazes ou insuficientes
 7. Código de trabalho
 8. Efetividade do direito de greve
 9. Encaminhamento sistemático do excesso dos grandes centros urbanos para as atividades da terra.
- LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA - "Programa Partidário", APUD CARONE, E. - op.cit., p. 456.

- (10) Eis aqui um exemplo típico:
- "35 - Combate ao protecionismo exagerado que favorece os industriais ou os negociantes e não os produtores e consumidores. Grande redução nos direitos de entrada de todos os produtos de utilidade incontestada e sem razoável concorrência dentro do país, na época atual (...)"
- BRASIL NOVO - "Manifesto-Programa de Fundação do Partido" (1930). APUD Idem, ibidem, p. 370

Mas, mesmo nesse caso, trata-se do futuro. O Brasil do presente é essencialmente agrícola:

"E a realidade é a seguinte: O Brasil tem de ser uma grande potência industrial. A natureza não o dotou impunemente de uma cordilheira de ferro, como a Serra do Espinhaço, para que ela permanecesse inerte e inativa a ostentar melancolicamente os seus pináculos azulados atestando a nossa incapacidade de iniciativa. Mais cedo ou mais tarde sempre num futuro próximo, caber-nos-á o dever de reduzir a imensa mole das plagas mineiras ao precioso metal que marcou de cunho indelével a civilização mais alta a que o homem, em todos os tempos, soube atingir. Partiremos assim da verdade que só a indústria é capaz de proporcionar o máximo conforto que a humanidade reclama para transformar as asperezas do meio ambiente num paraíso terrestre. (...) Cuidaremos da nossa organização econômica, dando o necessário relevo à agricultura. Faremos o pedestal de nossa nova casa, defendendo-a e amparando-a, como o bem mais precioso que nos deu a providência. E ao mesmo tempo, examinaremos as nossas possibilidades industriais, com inteligência e senso de oportunidade, para não inventar criações artificiosas ou prematuras. Tudo tem seu tempo e sua hora." (11)

A imagem de um país agrário convive, conflituosamente, no pensamento "tenentista" com a percepção -- mal formulada -- de que, em última instância, a grande proprieda-

(11) LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA - "Programa Partidário" - APUD CARONE, E. - op.cit., pp. 451-452.

É conveniente frisar que na maioria dos documentos "tenentistas" o "problema siderúrgico" não aparece associado a qualquer projeto de industrialização, como virá a ser colocado no Estado Novo. Aparentemente, os militares revolucionários, a essa altura, apenas encampavam uma discussão que já vinha da década dos vinte e nos termos em que ela então se colocava.

de rural é o alicerce do poder político das "oligarquias". Todavia, inexistente o propósito claro de arrancar o mal pela raiz. É verdade: fala-se em "guerra ao latifúndio particular". Mas, também, em "patrocínio do governo a todas as formas de redução do latifúndio", em apoio à pequena lavoura, em mil panacéias do tipo cooperativa de pequenos produtores, colônias agrícolas, campos experimentais: soluções empilhadas sem prumo, sem coerência. (12)

Por outro lado, os "tenentes" serão os principais e permanentes defensores da extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo e tentarão -- sem êxito -- inscrevê-los na Carta Constitucional elaborada em 1934. (13)

Na verdade, o "problema do campo" permanecerá como questão política central, equacionada de mil formas e ja mais resolvidas, para o movimento dos militares rebeldes, ao longo de sua curta existência. Será necessário que o "tenentismo" se estilhece em direções opostas para que uma de suas correntes, agora sob a bandeira da Aliança Nacional Libertadora, defina por fim o problema agrário como questão da reforma agrária, vista do prisma da aliança política entre trabalhadores da cidade e do campo.

Em suma, concretamente a guerra dos "tenentes" às "oligarquias" terminou por situar-se no plano das consequências políticas e sociais do seu predomínio, refletidas no regime político "liberal", nos partidos estaduais sustentados pelos coronéis, no Estado debilitado, na unidade nacional esfacelada, na miséria das camadas populares rurais e urbanas. E, também nesse plano, colocou-se a solução do Estado corporativo, forte, centralizado, fiador dos direitos sociais dos

(12) Em alguns momentos, tem-se a impressão que o Brasil dos "tenentes" é o país de pequenos proprietários rurais com que sonhava Alberto Torres. Ver Torres, Alberto - A Organização Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, pp. 201-218.

(13) Ver mais adiante, parte II, p. 197 e seguintes.

trabalhadores. Foi esse o elemento novo -- revolucionário -- da intervenção dos militares rebeldes.

Não é, pois, pelo lado da afirmação de uma alternativa de desenvolvimento apoiada na industrialização que se há de buscar o caráter revolucionário da prática "tenentista". Definitivamente, eles não foram a vanguarda de uma burguesia industrial em busca de hegemonia. Eles foram, sim, a vanguarda de uma fase da revolução burguesa, que avançou, sem a direção das frações burguesas industriais existentes, pela ação de um Estado forte e autônomo. Os "tenentes" foram revolucionários porque expressaram a necessidade de constituição deste Estado e porque, com sua prática, contribuíram decisivamente para torná-lo realidade.

Movimento que abrigava correntes e visões pessoais díspares, seu elemento aglutinador foi apenas o propósito comum de construir um Estado corporativo e fortemente centralizado. Insisto: os "tenentes" não representaram --nem puderam representar -- nenhuma força social em particular. Reside aí o enigma do "tenentismo" e sua tragédia como movimento, condenado à inexorável fragmentação e ao desaparecimento precoce.

Cabe, por conseguinte, perguntar porque os militares rebeldes não lograram organizar-se fora do Estado sobre bases sociais próprias. Em outros termos, é pertinente indagar porque os "tenentes" não puderam se transformar seja em vanguarda política da burguesia industrial, seja em vanguarda jacobina (14) da revolução burguesa. Tentarei respon-

(14) Uso o termo jacobino na acepção empregada por Gramsci, quando afirmou: "Os jacobinos foram, portanto, na prática o único partido da revolução, na medida em que não representavam apenas as aspirações imediatas das pessoas físicas e reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento revolucionário em seu conjunto como desenvolvimento histórico integral; porque representavam as necessidades, inclusive futuras e -- novamente -- não apenas daquelas pessoas físicas determinadas, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados ao grupo fundamental existente". GRAMSCI, Antonio - *El 'Risorgimento'*. Buenos Aires, Ed. Granica, 1974, p. 113. O segundo grifo da citação é meu.

der a estas questões, acompanhando a trajetória concreta dos "tenentes" durante o Governo Provisório e, particularmente, sua atuação em São Paulo.

Na luta contra as forças políticas estaduais que pregam a imediata reconstitucionalização do país os "tenentes" farão inúmeras tentativas de organização, todas de funcionamento e bases de apoio precários, ainda que eficazes como instrumentos de pressão sobre o Governo Federal. Primeiro serão as Legiões Revolucionárias, depois do Clube 3 de Outubro, a seguir a tentativa de fundação do Partido Socialista Brasileiro (15), sem falar nas inúmeras organizações de âmbito estadual. Sintomaticamente, os grandes defensores da unidade da Nação não logram estruturar-se politicamente em escala nacional, incorrendo, na prática no mesmo "vício" que

-
- (15) Com o intuito de defender a continuidade do processo revolucionário, já no final de 1930, os "tenentes" organizam em vários estados as Legiões Revolucionárias. Essas Legiões, que tomam emprestado ao fascismo muito de seu ritual e parafernália, congregam inclusive alguns dos futuros líderes do integralismo brasileiro, entre os quais Plínio Salgado. No 1º trimestre de 1931, por iniciativa de Góes Monteiro é fundado o Clube 3 de Outubro, com pretensões a ser um organismo nacional de coordenação dos revolucionários. As disputas internas levam à saída de Góes Monteiro e Oswaldo Aranha em maio de 1932, desgostosos, com o rumo político da entidade na gestão de seu segundo presidente, Pedro Ernesto. O Clube ainda tem papel de importância na coordenação da participação tenentista na Assembleia Constituinte. Mas enfraquecido, pelas disputas intestinas, sem rumo e sem raízes sociais, acaba se auto-dissolvendo em abril de 1935. Entre 15 e 25 de dezembro de 1932, vários grupos tenentistas reúnem-se em um Congresso Revolucionário. São eles a Legião 5 de Julho de São Paulo, a Legião Paranaense, a Ação Integralista Brasileira, o Partido Liberal Socialista de São Paulo, o Partido Popular Progressista de São Paulo e o Clube 3 de Outubro. Juntos resolvem criar o Partido Socialista Brasileiro, entidade nacional cuja existência não implicava na dissolução das organizações fundadoras. A Ação Integralista se retira para seguir sua trajetória própria. O recém fundado PSB nunca chega a ter importância real, ainda que envie três deputados à Constituinte de 1934. Sobre o tema ver: CARRONE, E. - op.cit., pp. 366-476

imputavam ao regionalismo "oligárquico": a formação de partidos estaduais.

Neste processo, o "tenentismo" em lugar de ganhar corpo, fragmenta-se em três direções básicas: à direita, fornecendo muitos quadros do integralismo; à esquerda, dando vida, juntamente com os comunistas, à Aliança Nacional Libertadora; ou finalmente, sendo absorvido diretamente pelo governo central ou servindo de instrumento do seu jogo político com as facções "oligárquicas" tradicionais.

Na verdade, toda atuação dos "tenentes" durante o Governo Provisório está marcada pela ambiguidade, em grande medida resultante da falta e da busca sempre renovada de bases sociais de apoio. Essa ambiguidade reflete-se na contradição entre esforços por implementar suas metas renovadoras e anti-oligárquicas e sua prática política cotidiana que termina por se amoldar à existência dos grupos políticos oligárquicos nos estados.

No plano federal eles enfrentam os agrupamentos políticos tradicionais e pressionam ferozmente no sentido do prolongamento da ditadura, cuja ação deveria liquidar politicamente as "oligarquias". Mas em cada estado, depois de ensaios -- o mais das vezes chochos -- de conseguir apoio popular, terminam enredados nas disputas "inter-oligárquicas". No afã de explorá-las em proveito próprio, aliam-se a uma facção contra outra, sem superar os marcos do velho jogo, e mesmo tentando reproduzi-lo. (16)

(16) Um exemplo é o que ocorreu na Bahia. Aí Juarez Távora -- impede que o grupo de J.J.Seabra, que participara da Aliança Liberal, assumo o governo. Depois de dois interventores considerados neutros -- Leopoldo do Amaral e Artur Neiva -- termina conseguindo a nomeação do "tenente" Juraci Magalhães. Este alia-se às correntes anti-seabristas e com elas funda o Partido Social Democrático (1933), que faz a maioria da bancada baiana Constituinte de 1934. Em carta a Vargas narrando o congresso de fundação do PSD dirá: - "Vieram ao Congresso, pessoalmente, velhos chefes sertanejos, muitos dos quais nunca tinham comparecido a uma reunião e outros jamais tinham (continua na página seguinte)

A presença "tenentista" em São Paulo, epicentro da crise política que agitou o Governo Provisório, é um caso exemplar. Vejamos.

Até julho de 1933, quando já às vésperas da instalação da Constituinte Vargas entregou a interventoria de São Paulo a Armando Salles de Oliveira, os "tenentes" estiveram no centro da disputa política pelo controle do estado, ocupando o governo durante cerca de dezoito meses. (17)

Sua resistência obstinada à entrega do executivo estadual aos aliados da véspera -- os democráticos -- reflete a decisão de quebrar o elo mais forte da corrente "oligárquica" e marca o início da cisão entre as forças políticas artifices da vitória do movimento de outubro de 1930.

Os fatos que marcaram a passagem de João Alberto pela interventoria são por demais conhecidos: o compre-

(continuação da Nota da página anterior)

vindo a capital. Somente Góis Calmon, que fez política no interior, e para o interior, conseguiu trazer à capital talvez a metade dos elementos que agora se reuniram neste memorável Congresso. Basta dizer a V.Excia. que a gente de São Francisco veio unânime, depois de ter feito a fusão de todas as suas forças políticas, em uma reunião na cidade de Juazeiro. (...) O ex-senador José Augusto, de passagem por aqui, disse a um amigo que a minha esperteza tinha dado a vitória, pois afastara os chefões para aproveitar os chefinhos!"

APUD SILVA, Hélio - 1933 - A Crise do Tenentismo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 113-114.

Essa foi a tônica da formação de todos os partidos estaduais, organizados pelos "tenentes" para apoiar as propostas do Governo Provisório na Constituinte de 1934...

- (17) A relação dos interventores é a seguinte:
- João Alberto Lins de Barros - 26/11/31 a 13/7/31.
 - Laudo de Camargo (civil e paulista) - 3/7/31 a 12/11/31.
 - Gal. Manuel Rabelo ("tenentista") - 12/11/31 a 25/2/32.
 - Pedro de Toledo (civil e paulista) 25/2/32 a 9/7/32, início da guerra civil.
 - Gal. Valdomiro de Castilho Lima ("tenentista") 6/10/32 a 9/6/33.
 - Armando Salles de Oliveira - 19/6/33 a 7/4/35 quando é eleito governador do estado.

misso que possibilitou a instalação do primeiro secretariado, composto exclusivamente por democráticos e sua demissão antes de um mês de vida; a reorganização da equipe de governo com participação do P.R.P.; o recrudescimento da perseguição ao PD que o levaria ao rompimento com o interventor e, tres meses depois, à demissão deste.

No plano da luta nos bastidores do governo, tres foram as armas esgrimidas pelos "tenentes" para tomar as rédeas da administração pública: o controle da Força Pública comandada por Miguel Costa, a criação da Delegacia de Ordem Política e Social e da Comissão de Organização Municipal. Mas a luta não se cingiu ao aparelho de estado.

Com a nomeação de João Alberto, os "tenentes" ocupam um estado em bancarrota, por efeito do colapso da economia cafeeira: estoques de café acumulados nos armazéns reguladores; fazendeiros individados até o pescoço; os bancos financiadores da cafeeicultura ameaçados de falência; as indústrias trabalhando a meio vapor, tres ou quatro dias por semana; desemprego e redução de salários agravando as já precárias condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais. Nas águas desta crise, os militares rebeldes mover-se-ão em busca de apoios que lhes permitam destruir velhos e novos inimigos, por repistas e democráticos. Duas figuras centrais encarnam as alternativas políticas concretas que se apresentavam aos revolucionários, assim como, os impasses e limites de cada uma: João Alberto e Miguel Costa. Suas trajetórias pessoais, progressivamente divergentes, são, por outro lado, o exemplo vivo da caminhada do movimento "tenentista" rumo à extinção.

Atuando de início em estreita colaboração, interventor e chefe da Força Pública movem-se em direção às camadas populares. A elevação de 5% dos salários do operariado fabril e a imposição para todas as indústrias da semana de 40 horas, foram das primeiras medidas decretadas pelo novo governante, além da famosa autorização para que os comunistas realizassem um comício em praça pública. Por outro lado, a Le

gião Revolucionária, recém fundada, sob direção de ambos e do Capitão João Mendonça Lima, não escondia suas simpatias plebéias e a disposição de arregimentar os setores populares urbanos.

Não se pode dizer que essas iniciativas não tenham tido boa acolhida entre as massas citadinas. E certamente despertaram suspeita e temor entre as classes proprietárias. Relata o perrepista Renato Jardim:

"Aprensiva, insegura, a população observava, perplexa, coisas chocantes entre si, partidas da mesma fonte governamental. Certo dia, um vôo de aeroplano sobre a cidade, e uma nuvem de papeluchos, assinados pelos dominadores militares, anunciava a organização da 'Legião Revolucionária'. Tratava-se de um arremedo de milícia fascista, invenção de Oswaldo Aranha, a que aderiu Francisco Campos, escandalizando a sensata opinião mineira. Dentro de poucos dias não havia em São Paulo negro velho ou garoto apregoador de jornais que não ostentasse no braço, pelas ruas, a faixa vermelha." (18)

Igualmente enfurecidos ficaram os capitães de indústria, que aqui falam pela boca de O. Pupo Nogueira, empresário e perrepista:

"Não conheço a ideologia da revolução de 30 (...)
Houvesse ou não uma ideologia, fosse ela qual fosse, um fato que não admite contestação é o cortejo às massas, que parecia ser a preocupação visceral dos senhores da hora. (...)
Ora, o apoio às massas só pode ser conseguido com a outorga de favores e privilégios de ordem objetiva e é oportuno lembrar o panem et circensis da Roma Imperial. Nos países de alto padrão moral e intelectual --- e este não é infelizmente o nosso caso --- este apoio pode

(18) JARDIM; R. - op.cit., pp. 173-174.

obedecer a injunções de ordem sub-
jetiva, mas fatos dessa natureza
são registrados pela história como
acontecimentos excepcionais que oc-
correm de século em século.

E foi porque desejassem este apoio
que os invasores de São Paulo em
1930, antes de qualquer outra cogi-
tação de ordem econômica, política
ou simplesmente militar, tomaram du-
as medidas que por si sós definem a
psicologia do movimento revolucioná-
rio: impuseram às indústrias paulis-
tas, sem distinção de ramos indus-
triais ou de fábricas, a semana de
40 horas, um acréscimo de cinco por
cento nos salários e deram plena li-
berdade de pensamento, senão de a-
ção aos partidos extremistas.

Fomos assistentes pávidos de fatos
que ainda perduram na memória de
nosso povo.

As fábricas foram invadidas por ho-
mens em armas; o patronato submeti-
do a inomináveis violências; os pã-
teos dos estabelecimentos fabris pe-
jados da impedimenta de um exército;
o trabalho suspenso; o operariado -
tacitamente incitado a tomar seu
quinhão de benefícios na forma que
mais lhe conviesse. (...)

Surgiu aquele caos social de que fa-
lei em certa altura deste trabalho
e a luta de classes, que não conhe-
cíamos e que nem ao menos se pronun-
ciava, teve o seu início neste tran-
quilo remanso que era o nosso Esta-
do, início cuja violência estava na
razão direta do incitamento a desor-
dem feito por detentores ocasionais
do poder público." (19)

Os industriais, neste momento ainda dependen-
tes e ideitificados ao destino da cafeicultura, fiéis ainda ao
P.R.P., viam nos "tenentes" o fantasma da agitação social e
porque não, do bolchevismo. Eram inimigos de morte dos milita-
res revolucionários. Continuariam seus inimigos, mesmo quando,
com a superação da crise começaram a se independizar progressi-
vamente dos interesses da lavoura. Não podiam ser ponto de a-

(19) NOGUEIRA, Oscar Pupo - A indústria em face das Leis do
trabalho. São Paulo, Escolas Salesianas, 1935, pp. 33-35.

poio na luta contra o poderio "oligárquico". E nem os "tenentes" os encararam jamais como possíveis aliados.

Se a crise econômica não provocou de imediato conflitos entre indústria e agricultura de exportação, ela ampliou as fissuras, já existentes no final dos anos vinte, no seio da própria burguesia cafeeira. Abriu-se assim um campo para que os "tenentes" tentassem estabelecer alianças que os fortalecessem frente aos partidos tradicionais. Enquanto Miguel Costa, como veremos mais adiante, persistiu no caminho do compromisso com os setores populares, João Alberto mudou de rumo, imediatamente após a ruptura do P.D. com seu governo (abril de 1931).

Como veremos posteriormente, (20) a política de defesa do café implementada pelo governo Vargas, durante a gestão de Whitaker no Ministério da Fazenda, não beneficiou igualmente a todas as frações da burguesia cafeeira. Ao contrário, refletindo a posição do Partido Democrático, que indicara a Ministro da Fazenda, ela garantiu primordialmente os interesses do setor financeiro (bancário), deixando os fazendeiros ao Deus-dará.

Rompido com os democráticos, hostil e hostilizado pelo P.R.P., o interventor tentará jogar, em proveito próprio, com a insatisfação dos cafeicultores que viram seus reclamos postergados. Pouco antes de sua demissão, João Alberto, promoverá a reorganização do Instituto do Café do Estado de São Paulo (julho de 31), garantindo para si o controle da entidade mesmo depois que é forçado a abandonar a direção do estado. Já na gestão de Laudo de Camargo é feito "patrono da lavoura paulista" pela Comissão de Organização da Lavoura, entidade que congregava parte dos cafeicultores descontentes com

(20) Ver mais adiante à pag. 85 e 86.

a política de Whitaker (21).

A crise e a política econômica do governo federal permitem, pois, que João Alberto e seu grupo estabeleçam alianças com grupos proprietários descontentes e, desta forma, mantenham-se atuantes na política paulista. Mas, os limites dessa atuação são estreitos. É óbvio, que a massa dos proprietários rurais continua fiel ao velho P.R.P., acompanha e suporta a Frente Única na guerra paulista de 1932, e dá vitória esmagadora à chapa única nas eleições para a Constituinte. O mesmo fazem os industriais e o grosso da classe média.

Mesmo que assim não fosse, mesmo se os "tenentes" lograssem um apoio mais amplo entre os fazendeiros descontentes, seria lícito perguntar se essa podia ser uma base social capaz de sustentar a ação renovadora do "tenentismo" e transformá-lo num verdadeiro partido revolucionário de dimensões nacionais. Obviamente não. Para tanto, os militares deveriam poder representar uma classe dominante emergente, capaz de realinhar outras classes e forças sociais em função de seus interesses. E os cafeicultores da Comissão da Lavoura eram exatamente o contrário: um setor da burguesia cafeeira exasperado por uma crise nada conjuntural, que marcava o fim de seu predomínio político. Ao enredar-se com eles, os "tenentes" de João Alberto reproduziam o jogo político "oligárquico" -- o que era o Partido da Lavoura senão um arremedo dos grandes Partidos estaduais? -- e punham a nã os limites de sua prática revolucionária.

(21) A parcela mais significativa dos fazendeiros de café fazia-se representar pela Sociedade Rural. Através do ICESP e da Comissão da Lavoura -- bem como da influência sobre a Polícia e do Departamento das Prefeituras -- João Alberto continuará a influir na política paulista até a reconstitucionalização do país. É ele um dos responsáveis pela queda do interventor Laudo de Camargo, que levará à demissão de Whitaker e dois meses mais tarde ao rompimento dos democráticos com Vargas. A aliança do "tenente" com os cafeicultores dará origem ao Partido da Lavoura, que comparecerá com dois delegados à Constituinte de 34 para a seguir desaparecer.

Diverso foi o rumo seguido por Miguel Costa. No comando da Força Pública e na direção da Legião Revolucionária, ele procurará suportes para dar combate aos grupos "oligárquicos" achegando-se cada vez mais às camadas populares.

Concretamente, a política de Miguel Costa nada mais é do que tentativa de encontrar um contrapeso social às investidas "oligárquicas" contra sua influência nos negócios do estado, e soma-se ao esforço nacional dos "tenentes" para dilatar o período de vida do governo de exceção. Não se trata, neste momento, de oferecer uma alternativa política nacional sustentada pelos setores populares, como ocorrerá, tempos depois, com a Aliança Nacional Libertadora.

Nesse processo de luta cotidiana, a aproximação será tentada não apenas nos marcos da confusa pregação legionária, já por si suficiente para despertar pânico entre as camadas proprietárias. Os partidários do general da coluna Prestes, desde logo, ganham influência sobre o recém organizado Departamento Estadual do Trabalho, inaugurando uma política aberta ao diálogo com os trabalhadores, que causa profundo mal-estar entre o empresariado paulista. Da mesma forma, quando o movimento de reorganização sindical ganha impulso, o nome de Miguel Costa começa a aparecer associado a algumas entidades trabalhadoras de relativa expressão na capital. (22)

Ao sabor da luta, vão se improvisando as iniciativas. Assim, quando, contra a vontade dos "tenentes", é marcado o fim do Governo Provisório com a convocação da Constituinte, Miguel Costa e seus seguidores envolvem-se em tentativas de organização de partidos de base popular para influir no plei

- (22) O "tenente" esteve ligado à fundação do Sindicato dos Es-tivadores de Santos, mobilizado pelos miguelistas na crise da sucessão de João Alberto na interventoria paulista. Cf. SILVA, Hélio - 1931 - Os Tenentes no Poder, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 176. É também sabido que o dirigente do principal sindicato de operários têxteis paulistas -- a União dos Operários em Fábricas de Tecidos -- nos primeiros anos da década dos trinta, José Richetti era miguelista.

to. Tal foi o caso do Partido Socialista e, antes dele, do Partido Popular Progressista que procurou arregimentar os simpatizantes do ex-chefe da Força Pública e serviu de apoio ao último interventor "tenentista": Castilho Lima. Ainda nesse caso, os miguelistas constituíram partidos estaduais, replicando no plano da articulação das camadas populares a pauta típica das velhas "oligarquias".

Todas essas organizações, cujas plataformas não iam muito além da exigência de aprimoramento e execução de medidas de legislação social em sua maioria já decretadas pelo governo, tiveram vida efêmera. Elas formaram entre os inúmeros partidos que, à época, disputavam a liderança de um movimento operário ainda em busca de sua própria identidade.

Como tantos outros, com o esfacelamento do movimento "tenentista", Miguel Costa aderirá, em abril de 1935, à Aliança Nacional Libertadora a ela empenhado em sua carreira política.

Vemos, pois, que pelo lado das camadas populares, nenhuma ala dos "tenentes" pôde constituir uma base de apoio que lhes permitisse solidificar um movimento nacional. Não só boa parte dos antigos rebeldes dos anos vinte sequer visualizava essa alternativa (muitos instintivamente a ela se opunham), como aqueles que a tentaram não o fizeram a partir de uma perspectiva política nacional. Em outros termos, o que se pode chamar de ala esquerda do "tenentismo", jogou no plano da política estadual com o movimento operário e popular existente no momento: sindical e politicamente cindido, carente de organizações nacionais, limitado ele também ao âmbito dos estados.

O movimento "tenentista" se extingue junto ao Governo Provisório. A derrota sofrida com a convocação da Constituinte acelera o processo de sua fragmentação. Os antigos militares rebeldes serão agora integralistas, aliancistas ou homens de Vargas; deixarão de ser "tenentes",

A falta de lastro social impede que se constituam em partido nacional revolucionário. E, insisto, isso na-

da mais expressa do que a impossibilidade de constituição de uma burguesia industrial hegemônica capaz de fazer avançar sua própria revolução. Todavia, essa revolução burguesa avança e avançará a revelia da burguesia industrial existente por obra de um Estado, cujas bases foram lançadas pela ação dos "tenentes".

A marca dos "tenentes" aparece no legado do Governo Provisório em uma série de medidas que prefiguram uma nova pauta de estruturação e atuação do Estado. Estão entre elas: as leis trabalhistas básicas (à exceção do salário mínimo); a interdição dos impostos interestaduais e intermunicipais; os Códigos de águas e minas; e, particularmente, alguns conselhos técnicos de caráter corporativo, como o Conselho Nacional do Café e o Instituto do Alcool e do Açúcar; sem falar na representação "classista" na Constituinte e no Parlamento.

Por outro lado, a incorporação dessas medidas à Constituição de 1934, em muitos casos contra a opinião dos representantes das "oligarquias", de alguma forma mostrou que os ideais dos "tenentes" continuavam tendo força, mesmo que seu movimento vivesse a crise final. Sobretudo no que respeita o fortalecimento das instituições estatais, eles serão incorporados por outros grupos da burocracia pública -- em particular pela hierarquia militar --, que os levarão à prática no Estado Novo.

O declínio do movimento "tenentista" inicia-se quando não consegue impor às "oligarquias" o prolongamento do Governo Provisório. Todavia, essa vitória das forças políticas tradicionais, encabeçadas pelos paulistas, não significou a sua volta à condução política do Estado nos moldes da Primeira

República. Ao contrário, o período do governo constitucional mostrará o enfraquecimento progressivo das antigas "oligarquias".

De um lado, elas revelaram-se incapazes de reconstituir alianças políticas estaduais que lhes permitissem recobrar e manter de forma estável o controle da máquina governamental. De outro lado, a própria unidade interna das forças "oligárquicas" começou a ser minada, em alguns estados -- particularmente em São Paulo -- em virtude da diferenciação crescente dos interesses das frações de classe dominante, outrora amalgamadas e, em consequência, politicamente solidárias.

A crise da economia mercantil-exportadora, a política econômica que tenta dar-lhe resposta e a ação de um Estado que joga com os interesses presentes, ao tempo em que os vai articulando de nova forma, em última instância, demarcam os limites das reiteradas tentativas de recomposição do domínio "oligárquico".

Vimos, anteriormente, como e porque se rompeu o pacto de dominação, sob predomínio da burguesia cafeeira, no qual se alicerçavam as instituições políticas do nosso primeiro período republicano.

No após 30, duas eram as condições para a recomposição das alianças políticas estaduais nos velhos moldes. Em primeiro lugar, fazia-se necessário que a economia mercantil-exportadora recobrasse rapidamente a sua pujança, seja pela recuperação da economia cafeeira, seja pela hipotética constituição de um novo complexo exportador que efetivamente ocupasse o lugar do café. Em segundo lugar, seria preciso que o revigoramento da economia exportadora possibilitasse a existência de uma base comum de interesses que desse cabida a rearticulação do acordo político entre os três grandes estados -- São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul -- ou a uma nova constelação estadual com força social e eleitoral suficientes para dar solidez a um regime de tipo liberal-democrático.

Sabemos que o setor cafeeiro não se recuperou durante toda a década: entre 1933 e 1937 os preços internacionais do produto mantiveram-se cerca de 60% abaixo dos de 1929. Por outro lado, se é verdade que o peso do café na pauta de exportações caiu de 72,5% no período 1924-1929, para 47,8% entre 1934-1939, a indicar uma diversificação da produção exportável, não é menos certo que não se constituiu nenhum novo núcleo exportador, com as características e o dinamismo do setor cafeeiro. Ao contrário, essa diversificação ocorreu no quadro geral de um decréscimo de 15% no valor das exportações brasileiras, entre 1928 e 1937. (23)

Nessas condições, é lícito supor que fossem estreitas as bases comuns de interesses materiais das distintas classes e frações de classe proprietárias regionais, capazes de dar lastro a pactos políticos duradouros entre os partidos estaduais que haviam decidido os destinos do país por mais de meio século.

Excluída a alternativa de uma aglutinação política nova, que tivesse por eixo forças sociais ligadas a um novo complexo mercantil-exportador, pensemos concretamente na viabilidade de recomposição do pacto de dominação vigente nos áureos tempos da República Velha.

Apesar da carência de dados sobre o desenvolvimento das economias regionais -- em particular, mineira e gaúcha -- no período que nos ocupa, é possível imaginar que, na melhor das hipóteses, foram mantidas as condições que propiciaram a ruptura política entre os três grandes estados. Não há indicações de que o Rio Grande do Sul, que tinha escassos nexos econômicos com São Paulo e Minas, os tenha constituído no período.

De outra parte, a crise da economia cafeeira, e o caráter da política de defesa implementada pelo novo governo, não nos permitem conjecturar que se tenham tornado menos agudos os conflitos de interesse entre a cafeicultura mi-

(23) VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. - op.cit., pp. 70 e 441.

neira e a paulista, que marcaram o final da década dos vinte. (24)

De um certo ponto de vista, a história das lutas políticas na década dos trinta foi, também, a história das seguidas tentativas de recomposição das alianças "oligárquicas", de suas possibilidades e limitações.

Contra a disposição dos "tenentes" de prolongar o período de exceção, as forças políticas estaduais de v^lha cepa cobraram o cumprimento das promessas da Aliança Liberal, exigindo a rápida institucionalização do regime liberal-democrático. O centro dessa luta áspera contra os desígnios dos militares revolucionários foi a "questão paulista". Seu desdobramento -- da disputa pela interventoria de São Paulo à colocação do problema do regime político do país -- explicitou a cisão radical entre os aliados de outubro de 1930 e, simultaneamente, revelou a força e a fraqueza do compromisso possível entre as "oligarquias" estaduais.

Com efeito, a luta pela Constituinte iniciase em São Paulo, no início de 1931, logo às primeiras desavenças dos democráticos com o interventor João Alberto. Mas é a ruptura daqueles com Vargas (janeiro de 1932) e a formação da Frente Única Paulista (fevereiro de 1932) que lança as bases

(24) Com efeito, convém lembrar aqui que Minas produzia cafés de baixa qualidade e a custos mais elevados do que São Paulo, dependendo portanto, de conjunturas muito favoráveis no mercado internacional para auferir margem razoável de lucro. Essas condições jamais se reproduziram na década dos trinta. Numa situação em que não eram ilimitados os recursos de que dispunha o governo para implementar a defesa da cafeicultura, há razões para se imaginar que tenha se acirrado a disputa entre interesses da cafeicultura mineira e paulista. Elas devem, inevitavelmente, ter despontado no Convênio dos Estados Produtores, no Conselho Nacional do Café e, a seguir, no Departamento Nacional do Café. Se de um lado, o interesse comum da defesa do produto pode ter unido os dois estados -- ou setores ligados à cafeicultura nos dois estados -- a discussão das medidas concretas de sustentação do produto, certamente criou mais de uma área de atrito.

Ver SILVA, H. - 1933 - A Crise do Tenentismo, p. 107

para a recomposição de velhas alianças: baianos, mineiros, gaúchos e paulistas unidos sob a bandeira da reconstitucionalização do país.

A progressiva extensão dos entendimentos inter oligárquicos leva o governo federal a ceder terreno, e, contra as pressões "tenentistas", a assinar a nova lei eleitoral (24/02/32) e a publicar o decreto nº 21.402, criando a Comissão que elaboraria o ante-projeto constitucional e marcando a data das eleições dos deputados à Constituinte (14/05/32). Desta forma, mesmo antes da revolução paulista de 9 de julho as forças políticas tradicionais já haviam logrado uma vitória fundamental sobre o movimento "tenentista".

Entretanto, a força das oligarquias estaduais já não era a mesma, e maior era a capacidade de manobra do governo central. Se em São Paulo a frente única realmente abrigava o conjunto das representações políticas da classe dominante e era capaz de arrastar parcela majoritária das camadas médias, outra era a situação nos estados nucleados pela oposição paulista. Na Bahia, aderem à luta pela reconstitucionalização apenas os partidários de J.J. Seabra; em Minas aquela ala do P.R.M. chefiada por Bernardes; no Rio Grande do Sul, onde o interventor ia formando bases de apoio próprias, a frente única dos republicanos e liberais já não expressa a unanimidade das forças sociais e a maioria da "opinião pública" urbana. O isolamento da revolução paulista é disso demonstração.

Por outro lado, o denominador comum a permitir esse pacto parece ter sido única e exclusivamente a reivindicação de um verdadeiro regime liberal-democrático, suficiente como plataforma de luta contra o governo, mas insuficiente como programa de governo. Em outros termos, em meio ao clima de descontentamento amplo gerado por uma crise econômica que não se podia debelar da noite para o dia, as "oligarquias" estaduais só conseguiram se rearticular -- e ainda assim em uma aliança mais restrita -- em torno da defesa de suas prerrogativas políticas ameaçadas pela escalada "tenentista". E nada mais.

De uma certa forma, estavam na mesma situação vivida durante a crise dos anos vinte: precisavam da democracia-liberal para poder redefinir as regras do jogo político e a forma pela qual seriam tomados em conta os interesses materiais díspares que cada uma representava. Não é por acaso, que não se encontra nas plataformas das frentes únicas e nos pronunciamentos dos líderes das facções oligárquicas que se opõem a Vargas, qualquer menção a medidas de política econômica. É pouco provável que em torno delas as forças políticas tradicionais pudessem estabelecer consenso. (25)

A dificuldade de alicerçar o acordo político sobre a questão do regime no terreno sólido de interesses materiais comuns ou compatíveis, parece ter sido a grande arma dos detentores do poder central. A medida em que iam atendendo, aqui e acolá, algumas reivindicações de frações proprietárias regionais -- bem como as pretensões políticas de facções "oligárquicas" -- solapavam as bases de sustentação dos grupos políticos estaduais outrora dominantes.

Essa situação refletiu-se no próprio momento da vitória: na Assembléia Nacional Constituinte. Se sua instalação, a 15 de novembro de 1933, foi o desfecho da intensa campanha oposicionista, marcada pelo episódio dramático da revolução de 1932, a composição de forças aí presentes, mostrou já a corrosão das bases de apoio dos grupos políticos tradicionais pela ação do governo, assim como suas resoluções consagrariam algumas importantes reformas impostas pelos "tenentes" apesar do enfraquecimento visível do seu movimento.

O resultado das eleições dos deputados à Constituinte, nos estados que constituíram o núcleo da oposição constitucionalista no Governo Provisório, pode nos dar a medida do que acima afirmo:

(25) Ver "Programa Mínimo da Chapa Única" em SILVA, H. - 1933 - A Crise do Tenentismo, p. 152-153

T A B E L A II

ESTADO	NOME DO PARTIDO	Nº CANDIDATOS
BAHIA	"Bahia ainda é Bahia" (a)	2
	Partido Social Democrático (b)	15
MINAS	Partido Progressista (c)	31
	Partido Republicano Mineiro	6
SÃO PAULO	Chapa Única (PRP-PD)	17
	P. Lavourea	2
	P.Socialista Brasileiro	3
RIO GRANDE do	Partido Republicano Liberal (d)	13
SUL	Frente Única (PRR-PL)	3

(a) - grupo J.J.Seabra

(b) - fundado por Juracy Magalhães, reflete aliança dos "tenentes" com grupos políticos tradicionais, que formaram oposição na 1ª República

(c) - partido formado, com o beneplácito de Vargas, pelos setores anti-bernardistas do PRM, liderados por Antônio Carlos, Bias Fortes, Cristiano Machado, Gustavo Capanema.

(d) - fundado por Flores da Cunha

Fonte: CONGRESSO NACIONAL - Anais da Assembléia Nacional Constituinte. (1934). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, vol. I, pp. III e XIX.

Em resumo: durante o Governo Provisório, a necessidade comum de enfrentar os "tenentes" e de criar uma arena livre onde os interesses diversos das frações de classe dominantes pudessem ser explicitados, permitiu que os velhos partidos políticos estaduais reconstituíssem precariamente o eixo da aliança política que os mantivera à testa do governo durante boa parte da primeira República. Precariamente porque, face à crise da economia mercantil-exportadora, inexistiam as condições materiais para que a burguesia cafeeira (ou uma outra fração de classe regional), a partir da defesa de seus interesses, articulasse outras frações dominantes regionais em um bloco no poder. Ao contrário, a crise reiterava e aprofundava as divergências de interesses, que já se manifestavam claramente no final dos anos vinte. O fato de os acordos entre os representantes políticos das frações de classe regionais -- os partidos políticos estaduais -- reproduzirem, grosso modo, esquemas de compromisso pretéritos não nos permite inferir que se estivessem reproduzindo também, no início da década dos trinta, as condições econômicas, que os tornaram viáveis ao longo da República velha. Tratava-se, no fundo, de uma santa aliança defensiva frente à investida dos "tenentes", entre os partidos políticos estaduais que mais perderam com a derrocada da velha ordem. Uma santa aliança que implicitamente deixava a discussão sobre a partilha dos despojos para depois de ganha a guerra. Todavia, na medida mesma em que era escassa a convergência de interesses econômicos entre as forças sociais representadas pela frente unida pela reconstitucionalização do país, as bases de apoio e a própria representatividade dos partidos políticos podiam -- e foram -- minadas pelo governo federal. A curto prazo, enfraqueceu-se através de uma política de concessões ad hoc, que procurava atender, na medida do possível as reivindicações mais imediatas de distintas frações dominantes (assim como, as dos trabalhadores urbanos). São os dois partidos paulistas não haviam perdido solidez e capacidade de representação, quando se inaugurou o governo constitucional.

A Constituição de 1934 refletiu a correlação de forças existente no momento de sua elaboração: um regime liberal democrático que abrigava instituições corporativas; uma ordenação liberal da sociedade convivendo com dispositivos que consagravam o intervencionismo estatal na esfera econômica e social; o federalismo matizado por mecanismos centralizadores. (26)

A volta à institucionalidade liberal-democrática acelera a crise do "tenentismo", mas as reformas "tenentistas" — particularmente as que criaram os embriões do Estado corporativo — contribuem para a progressiva decadência do poder "oligárquico".

Na vigência da Carta Constitucional de 1934 o movimento "tenentista" desaparecerá, mas se aprofundará, também, o processo que barrava a restauração do predomínio das "oligarquias". O rumo tomado pela economia e a ação do Estado tornam cada vez mais problemática a constituição de um pacto de domínio entre as frações, mais frágeis os vínculos que uniam

- (26) Um comentarista da época, que jamais poderia ser acusado de liberal e muito menos de democrata, observou: "O estatuto político de 16 de julho de 1934, elaborado por aquela Constituinte, tão inequivocamente representativa da vontade das massas eleitorais expressa em sufrágio direto, é um monstro em que, aliás como se poderia prever, se amalgamaram em verdadeiro pandemônio ideológico as doutrinas mais contraditórias, as tendências mais antagônicas e os pontos de vista mais irreconciliáveis (...) Individualistas, cujas idéias teriam sido julgadas impecáveis pelos mais intransigentes manchesterianos, podiam satisfazer o seu paladar com alguns dispositivos daquele estatuto eclético, onde socialistas não teriam, por seu turno, dificuldade em encontrar dispositivos que mereciam apoio de qualquer congresso coletivista internacional. Os partidários do regime unitário e os federalistas ortodoxos eram igualmente atendidos pela solicitude do legislador constituinte. (...) A Constituição elaborada por aquela assembleia não era um estatuto orgânico nacional, mas uma espécie de tratado que abrangia na sua órbita enorme todas as cousas divinas e humanas".
- AZEVEDO AMARAL - O Estado autocrático e a realidade nacional. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, pp.129 a 131.

essas frações a seus órgãos de expressão política: os partidos estaduais. A crise política que se desenrola durante o governo constitucional, apresenta-se pois como crise de hegemonia e crise de representação.

O governo central continuará jogando em dois níveis: atende aos reclamos mais prementes dos grupos dominantes regionais, sejam eles econômicos ou políticos e negocia com os seus representantes políticos tradicionais, ao tempo em que cria e amplia os canais diretos de participação dos interesses privados no aparelho de Estado, através dos diversos organismos estatais corporativos.

De outra parte, o medo ao movimento popular que se vinha fortalecendo nos anos de 34 e 35, fez com que as frações da classe dominantes e seus representantes políticos, abdicassem de muitas das prerrogativas que a Constituição liberal-democrática lhes garantira. De novembro de 1935 a novembro de 1937, Vargas governou sob Estado de Sítio, logo equiparado ao Estado de Guerra, com o apoio da maioria parlamentar, capitaneada pelos democráticos de São Paulo, que aceitaram de bom grado a restrição dos poderes do Congresso. (27)

A limitação das regras do jogo democrático e o consequente fortalecimento do Poder Executivo, tão logo a participação popular ameaçou assumir caráter mais profundo e organizado por intermédio da A.N.L., não foi ocorrência fortuita, nem se deveu, essencialmente, a proverbial poltroneria dos liberais brasileiros. Na verdade, a fragilidade mesma das alianças entre as frações da classe de base regional transformava em ameaça à ordem constituída qualquer intervenção mais efetiva das classes trabalhadoras urbanas. Como nenhuma fração dominante fosse capaz de realinhar as demais sob sua direção, não

(27) Vargas teve a enfrentá-lo as reduzidas forças da Minoria Parlamentar (Oposições Colocadas), constituída pelos deputados do P.R.P., P.R.M., P.L.-P.R.R. e uns poucos deputados de esquerda, alguns deles cassados depois da alçada da insurreição da A.N.L., em novembro de 1935.

podia propor alianças com as classes subalternas, sem correr o risco de perder o controle e ser engolfada pela maré popular. Por esta razão, os setores proprietários preferiram debilitar os instrumentos de exercício de seu próprio poder político.

O enfraquecimento do Parlamento, por seu turno, reforçou o processo da perda de eficácia dos velhos partidos estaduais como instrumentos de representação.

As alianças eleitorais estabelecidas quando surgiu no horizonte a perspectiva de novas eleições presidenciais são a expressão mais clara de quanto as transformações econômicas, a atuação do Estado e o embate político no período pós-trinta haviam solapado as bases de um pacto de dominação no estilo da Primeira República e as estruturas partidárias que lhe davam vida. São Paulo tenta empunhar o leme do governo. Mas, São Paulo já não é o mesmo.

A unanimidade política interna desaparecera. E a capacidade de nuclear forças políticas de outros estados era bem menor. As próprias alianças políticas, a sustentar cada um dos dois principais candidatos, dificilmente refletiam blocos de interesses econômicos ou políticos claramente diferenciados. Eram arranjos eventuais, determinados pelas disputas estaduais entre partidos desgastados em seus alicerces sociais e debilitados face ao governo central, cujo poder eles próprios contribuíam a fortalecer. Em outros termos é difícil descobrir outros motivos para o apoio do P.R.P. a José Américo além da ojeriza ao candidato dos constitucionalistas (ex-democráticos) que durante sua passagem pelo governo de São Paulo promoveram uma perseguição sistemática aos velhos perrepistas. Da mesma forma, republicanos e liberais gaúchos parecem ter se definido mais em função de sua oposição a Flores da Cunha do que de sua identidade com o candidato à presidência ou com as demais forças políticas que o apoiavam. E assim por diante.

Mais do que nunca a política estadual ganhava primazia. E mais do que nunca ela era incapaz de ganhar conteúdo nacional, somando interesses regionais em uma coligação com

programa e propósitos claros. É o que se pode observar a partir do quadro abaixo:

Principais Partidos e Personalidades que apoiaram
Armando de Salles Oliveira e José Américo de Almeida

TABELA III

ESTADO	ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA
R.G.S.	P.R.F. (Flores da Cunha)	P.R.P. e P.J.
M.G.	P.R.M. (Bernardes)	P. Progressista e governador Benedito Valadares
BA.	P. DEMOCRÁTICO (Otávio Mangabeira)	
PE.	Governador Lima Cavalcanti	P.R.P.
S.P.	P. CONSTITUCIONALISTA (Ex-PD) dissidência P.P.F. (Silvio de Campos)	P.R.P.
D.F.	Pedro Ernesto	
CE.	P.S.D.	LIGA ELEITORAL CATÓLICA (LEC) e oposição ao PSD (Tavoras)
R.J.	maioria forças políticas	grupos esparsos
PI, RGN, PB, AL, SE.		todas as forças políticas

Tudo indica que o medo ao fortalecimento crescente do Executivo, e de seu chefe, foi o ponto de convergência maior -- senão o único -- entre as forças partidárias que sustentaram a União Democrática Brasileira de Armando de Salles

Oliveira, por oposição a qual formou-se a coligação heteroclita em torno da candidatura de José Américo.

Não discuto aqui a probabilidade de êxito eleitoral do ex-governador de São Paulo, que sem dúvida esteve na raiz do golpe de Vargas em novembro de 1937. Procuro assinalar, apenas, os limites estreitos dessa nova tentativa de rearticulação de um bloco "oligárquico" à maneira da Primeira República. Estreitos porque, uma vez mais, fundados somente na defesa de uma ordem política liberal e restritamente democrática (a UDB jamais defendeu a liberdade e o direito de participação política das organizações representativas das camadas populares) ameaçada pela concentração de poderes em mãos de Executivo, que se acentuara a partir de 1935. Estreitos porque eram agora mais fracos os partidos estaduais e porque, como em outros momentos da década, não foi possível obter um acordo partidário contra Vargas em Minas Gerais e Bahia. Mais estreitos do que nunca porque, pela primeira vez, cindiram-se também as forças políticas em São Paulo.

Enfraquecida em seu cerne, a aliança "oligárquica" possível na segunda metade da década de trinta, nenhuma resistência pode opor o golpe branco do Estado Novo.

A discussão mais detida do processo que culmina com a quebra da unanimidade entre as forças políticas dominantes em São Paulo, faz-se aqui necessária. Ela permitirá que se veja a crise de hegemonia e a crise partidária em seus fundamentos: o colapso, a recuperação e as transformações no interior da economia mercantil-exportadora cafeeira. Vejamos.

Os caminhos trilhados pela política de valorização, já no final dos anos vinte, provocara fissuras entre as frações da burguesia cafeeira que se expressaram, no plano político, no robustecimento do Partido Democrático e em sua adesão à Aliança Liberal e, posteriormente, ao movimento armado de outubro de 1930. Como procurei mostrar, a diferenciação e o conflito de interesses não foi de molde a opor a burguesia industrial, de um lado, e as demais frações da burguesia cafeeira de outro. Ao contrário, enquanto os industriais e a maioria dos cafeicultores continuaram solidários e ambos fiéis à sua representação política aglutinada no P.R.F. (Partido Republicano Paulista), setores primordialmente vinculados às atividades financeiras (e, em menor medida grupos ligados à lavoura) engrossaram as fileiras ou ampliaram os suportes sociais do PD.

No imediato pós-30 essa cisão peculiar da burguesia cafeeira persistirá, agravada, pelo aprofundamento da crise econômica, e pela política econômica que procurou enfrentá-la. E as desavenças políticas entre parrepistas e democráticos serão balizadas, de um lado, pela oposição dos interesses que cada um prioritariamente expressava e, de outro, pela comum oposição às investidas "tenentistas".

De fato, o PD não ganhou o governo de São Paulo, prêmio esperado pela participação no episódio revolucionário, mas assumiu o Ministério da Fazenda, órgão que deveria elaborar a política econômica e, em particular, a que dizia respeito à defesa do café. O resultado da gestão Whitaker (4.11.30 a 13.12.31) -- ministro indicado e entusiasticamente apoiado pelos democráticos -- foi, como afirma Liana Aureliano da Silva, uma política econômica que "contemplou os interesses cafeeiros, ainda que diferencialmente: a lavoura foi mantida num certo patamar, mesmo que baixo; os bancos receberiam melhor tratamento, evitando consequências desastrosas para ambos! Não se tratou de uma política econômica qualquer, da única pleiteada, ou da única possível. Como ficou claramente demonstrado

pela autora, ela constituiu uma alternativa entre outras propostas à mesa de discussão, e resultou das condições políticas da das. (28)

A alternativa Whitaker-PD aprofundou a cisão entre as frações de classe vinculadas e economia agro-exportadora. Os cafeicultores protestaram; em seu nome denunciaram os perrepistas: "Whitaker, no Ministério da Fazenda, cuidava da questão do café, um quantum satis para salvar o interesse dos bancos, do seu banco inclusive, comprometidos no 'financiamento'. Os lavradores, já esmagados por formidável crise, expolia dos agora do seu produto, gritavam". (29)

Aguçou-se o conflito entre democráticos e republicanos, desalojados estes das posições de mando:

"Dissolvidas as câmaras municipais,
derrubadas as autoridades polici-

(28) Duas foram as propostas principais visando fazer face ao colapso da economia cafeeira, enfrentada à queda violenta dos preços internacionais, à existência, em fins de 1930, de 20 milhões de sacas de café estocadas nos armazéns reguladores e à perspectiva de uma grande safra em 1931/32. A primeira, apresentada pela Sociedade Rural Brasileira e pela Associação Comercial de Santos, pedia a compra, pelo Governo, da safra 31/32. A segunda, defendida pelo Ministro da Fazenda, propunha a compra dos estoques de café existentes nos reguladores até 30 de junho, à exceção dos já adquiridos pelo Estado de São Paulo com os fundos do Empréstimo de Realização de 1930; a fixação de um imposto em espécie sobre as exportações de café a partir de 1º de julho de 1931; e a taxaço de novos pés de café, durante cinco anos, para desestimular o plantio. Como os cafeicultores já haviam recebido financiamento dos bancos pelo café estocado nos reguladores, a proposta de Whitaker por fim vitoriosa, privilegiava os bancos, que seriam imediatamente ressarcidos pelos empréstimos feitos. Os cafeicultores receberiam apenas a diferença entre o preço pago pelo Governo e o total da dívida contraída anteriormente, ficando numa situação financeira precária, que certamente dificultaria a obtenção de novos empréstimos. Para essa discussão sobre a política de defesa do café, bem como para o restante da política econômica do período apoio-me integralmente na análise de SILVA, L.M.L.A. da op.cit., Cap. III, 3ª e 4ª partes, pp. 142 a 182

(29) JARDIM, R. - op.cit., p. 208

ais, buscava-se em cada município um democrático para o cargo de "prefeito", interventor mirim, a quem discricionariamente - remoto reflexo da ditadura - entregava-se a população e os interesses da localidade. Ao lado dele, um improvisado delegado de polícia. Em raros municípios tinha o partido democrático qualquer organização. Onde esta faltava, pegava-se um descontente qualquer, frequentemente um perseguido da polícia, não raro um 'bicheiro', brasileiro, italiano ou turco, e dele fazia-se a autoridade da terra. 'Esmagava-se o P.R.P.!' 'Reeducava-se o povo!' O partido democrático montava sua máquina... Viria a ser isso motivo de desarmonia com o tenente João Alberto. Este queria e ao mesmo tempo não queria partidos. Chamaria mais tarde para si próprias as funções de 'desorganização municipal'. Antes disso e depois disso, a desordem campeou sobre todo o Estado. O orgulhoso São Paulo, entretanto, algumas exceções feitas, a aventureiros e a cafagestes! ... (30)

A dimensão da crise e o caráter seletivo da política da defesa do café do primeiro ministro da Fazenda permitia, inclusive, que outras lideranças políticas cortejassem o apoio dos desesperados fazendeiros, disputando um espaço político próprio com democráticos e republicanos. Já se viu que esse foi o caso de João Alberto. (31)

(30) Idem, Ibidem, pp. 178-179

(31) Aparentemente, João Alberto procurou fazer eco da insatisfação daqueles fazendeiros que, por possuírem cafezais em zonas menos bem dotadas, pouco ou nenhum benefício tiveram com a política de defesa. É assim que em carta a Vargas, pouco depois de deixar a interventoria, afirma que os preços pagos por arroba de café pelo Governo só cobrem as despesas de custeio dos fazendeiros das zonas boas de café, pede medidas "para manter apenas a economia na lavoura", protesta contra o Ministro da Fazenda e pede a demissão de seu preposto na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Numa de Oliveira.

SILVA, H. - 1931 - Os tenentes no poder, pp. 217 a 220.

A demissão de Whitaker, indiretamente motivada pelas pressões de vários lados contra sua política, não significou uma alteração radical nos rumos da defesa do café, não implicando, por conseguinte, na eliminação dos pontos de fricção entre os interesses diversos associados à economia cafeeira. Entretanto, na medida mesma que o Ministro foi substituído por uma figura alheia aos negócios cafeeiros, sua demissão resultou numa perda ainda maior do controle dos paulistas sobre as decisões concernentes ao café. Se antes havia um ministro paulista, ainda que privilegiasse os interesses do setor financeiro, São Paulo via agora seu destino entregue a um ministro muito chegado aos "tenentes", (Oswaldo Aranha).

A isso se somava o fato de que, desde a gestão Whitaker, com a criação do Conselho Nacional do Café, o controle da política econômica para o setor começava a deslizar para as mãos do governador Federal, enquanto o Instituto do Café do Estado de São Paulo perdia seu papel de organismo decisório.

Afastadas da gestão de seus próprios interesses, as frações da burguesia cafeeira encontraram no degrado comum algo que as unificasse na oposição ao governo. Motivos substantivos continuavam havendo para as rixas entre democráticos, republicistas e membros da Comissão da Lavcura: a crise persistia e reiterava a fragmentação da burguesia cafeeira. Mas o descontentamento face ao governo Vargas, e, particularmente, o ódio comum ao "tenentismo" permitia que suas frações encontrassem uma expressão política unificada, mesmo sem recuperar a antiga solidariedade econômica. E isso ocorreu.

Em janeiro de 1932, o Partido Democrático rompia com Vargas e, um mês depois, formava com o P.R.P. a Frente Única Paulista. Unidos fariam o 9 de julho.

Sua base social de apoio era extensa como a bancarota econômica que sacudia o estado: as camadas médias urbanas insatisfeitas com a deterioração das suas condições de vida e galvanizadas pela pregação constitucionalista, as frações da burguesia cafeeira e junto a elas, material e politicamente se

lidãria, a burguesia industrial. Só a classe operária ficou alheia à mobilização geral, ainda que suas lideranças, posteriormente, sofressem nas prisões a mesma punição dos constitucionaristas derrotados.

Engolfada pela crise da cafeicultura, a qual dependia umbelicalmente, a burguesia industrial manteve conduta politicamente subordinada à direção da burguesia cafeeira, expressa, entre outras coisas, na sua fidelidade ao P.R.F.. Vira com maus olhos a Revolução de 30; opôs-se historicamente à política dos "tenentes", que para ela encarnavam o perigo do bolchevismo; encarou com desconfiança um Governo Provisório cujas medidas de legislação social "fabricavam artificialmente" a luta de classes. Por tudo isso, sua participação na Revolta de 1932 foi ativa e nada teve de circunstancial. (32) Ela expressava, de um lado, os laços da dependência que ainda soldavam a indústria à economia mercantil-exportadora e, de outro lado, o caráter conservador de uma burguesia habituada a tratar a questão social como caso de polícia. Pouco importou que o governo provisório não fosse impermeável aos interesses dos industriais e houvesse mesmo atendido com presteza os reclamos dos capitães da indústria têxtil do Rio e de São Paulo, decretando, em março de 1931, a proibição de importações de máquinas para vários ramos industriais (Dec. nº 19.739). (33) Afogada ainda na crise, a burguesia industrial paulista só enxergava o que lhe parecia ser um estímulo oficial à agitação operária, vindo de um governo que já não estava nas mãos de São Paulo.

Todavia, a política econômica implementada para fazer face à crise não só beneficiaria, a curto prazo, a indústria, como permitiria que começassem a se redefinir suas articulações com a economia mercantil-exportadora.

Com efeito, os grupos industriais -- particularmen

(32) Cf. FAUSTO, B. - A Revolução de 1930 (História e Historiografia), p.32.

(33) Cf. STEIN, Stanley - The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950. Cambridge, Harvard University Press, 1957, passim.

te os de São Paulo -- conheceriam, já em 1933, nova fase de expansão de seus negócios. A retomada do crescimento da produção industrial não seria resultante de decisões que coerentemente buscassem esse fim. Ela resultaria de um conjunto de medidas ditadas pelo jogo de pressões desencontradas sobre um governo desprovido de sólidos alicerces sociais, que procurava atender a todos, mas que não podia beneficiar a todos em pé de igualdade.

A política orçamentária pouco ortodoxa, a política monetária expansionista, a manipulação da taxa de câmbio e o controle cambial produziram estímulos sobre o conjunto das atividades voltadas para o mercado interno -- comércio, agricultura, bancos e, last but not least, a indústria. De outra parte, a defesa do café, apenas impedindo a ruína da lavoura e, simultaneamente, favorecendo sempre um pouco mais o setor bancário, fortalecido também por outros meios (como a Caixa de Mobilização Bancária) permitiria que, paulatinamente se estabelecessem relações privilegiadas entre indústria e aquele setor.

Dessa forma, a política governamental estimulou o soerguimento da produção industrial paulista, ao tempo em que contribuiu para alterar a forma de reprodução da fração burguesa industrial que a passo e passo foi deixando de ser uma fração não-autônoma da burguesia cafeeira. Digo a passo e passo, porque isso não ocorreu do dia para a noite, mas foi um processo gradativo no qual a indústria paulista foi se independizando da economia mercantil-exportadora pelo lado da realização de seus lucros, na medida mesma em que crescia apoiada na própria demanda, e pelo lado da reprodução da mão-de-obra e de uma parte de seu capital constante.

Esse processo de autonomização da fração burguesa industrial apenas se inicia a partir de 1933 e, como é sabido, não se consuma enquanto não se instala, no país, parcela fundamental do setor de bens de produção, o que só ocorrerá bem mais tarde. No momento que nos ocupa, ele mal se delinha e sua incipiência está na raiz do comportamento político da burguesia in-

industrial paulista, durante a década dos trinta. Seus interesses materiais ainda estão suficientemente amalgamados aos das demais frações da burguesia cafeeira; o que dá cabida a uma expressão política solidária através dos partidos políticos estaduais. Talvez, como nunca, os interesses concorrentes e conflitantes impeçam uma articulação nacional das diversas frações industriais enraizadas em pontos diversos do país.

Entretanto, ao sair da crise a burguesia industrial paulista vai encontrar novos canais de expressão de seus interesses criados pelo governo, sob a forma de representação classista e dos conselhos técnicos estatais.

Assim, na Assembleia Nacional Constituinte de 1934 dois importantes porta-vozes da indústria de São Paulo, Horácio Lafer e Roberto Simonsen serão delegados classistas e seu comportamento será mais que ilustrativo. Defenderão a proteção tarifária para a indústria contra o liberalismo dos adversários das "indústrias artificiais", esposarão o princípio do intervencionismo estatal na economia contra os argumentos liberais; se identificarão ao liberalismo da bancada paulista quando se tratar da intervenção do Estado para regulamentar o direito de organização dos trabalhadores. (34)

Os representantes da indústria de São Paulo farão, muitas vezes, frente comum com a Chapa Única por São Paulo Unido, agora, com um certo grau de autonomia política que lhes conferia o papel de representantes classistas da indústria.

Em resumo, até o Estado Novo a burguesia industrial paulista manterá duas formas de participação política: uma tradicional, através dos partidos políticos estaduais, subordinada e confundida à frações da burguesia cafeeira; outra nova, através dos organismos corporativos do Estado, já como fração de classe com personalidade própria, ainda que com as limitações que a impedem de se constituir politicamente de forma autô

(34) SILVA, H. - 1934 - A Constituinte, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, passim.

noma e em escala nacional. Essa duplicidade de formas de expressão política reflete, a um tempo, a mudança das relações entre industriais e demais frações burguesas vinculadas ao café e a lentidão desse processo de mudança.

De outra parte, a medida em que o Governo Constitucional vai abrindo novos espaços para a participação de representantes da indústria no aparelho de Estado, e, assume com eficácia a repressão às manifestações e tentativas de organização política autônoma dos trabalhadores, tudo parece indicar uma aproximação cada vez maior entre industriais paulistas e governo central. E isso, certamente, terá contribuído para o debilitamento dos partidos estaduais como organismos de representação exclusiva dos interesses dominantes em São Paulo.

Todavia, esse enfraquecimento do sistema partidário não se deveu, exclusiva ou primordialmente à lenta "deserção" dos capitães da indústria paulista. Ademais de razões de ordem eminentemente políticas (o fortalecimento consentido do Executivo central a pretexto da manutenção da ordem e da segurança nacional) a persistência da crise da cafeicultura está certamente na base dos conflitos partidários e da crise partidária em São Paulo.

A falta de pesquisa minuciosa impede que se possa acompanhar, durante o período do Governo Constitucional, os conflitos e convergências de interesses entre as frações da burguesia cafeeira e suas relações com os dois partidos estaduais.

É sabido que com a ascensão de Armando de Salles Oliveira ao governo do Estado rompe-se a frente que, de 1932 a 1934, mantivera democráticos e perrepistas unidos na oposição a Vargas. Os democráticos, que agora se chamam constitucionalistas, realizam intensa perseguição aos membros do P.R.P., que são expurgados da administração estadual e, em alguns casos, presos. Tudo parece indicar que a união só fora possível por motivos políticos, em torno de um programa liberal e enquanto existiu a ameaça "tenentista".

De fato, subsistem e reforçam-se as razões de ordem econômica que levaram às fraturas políticas no interior da

burguesia cafeeira. A economia cafeeira continua em situação crítica: entre 1933 e 1937 os preços internacionais de café foram, em média, cerca de 60% inferiores aos de 1929. Uma série de medidas garantem certa estabilidade ao setor bancário (Lei do Reajustamento, Caixa de Mobilização bancária) dessolidarizando-o, em parte, da sorte da cafeicultura. Para esta, o governo central, que agora detém as alavancas da política econômica através do DNC, "não concede nenhum estímulo (...) além do indispensável para impedir sua ruína e defender a capacidade para importar". (35)

Esses fatos e mais a trajetória da fração industrial, anteriormente esboçada, podem explicar, em boa medida, porque não foi possível reeditar a frente única dos partidos oligárquicos nem mesmo quando se tratou de levar um paulista -- Armando de Salles Oliveira -- à presidência da Nação.

O golpe branco de 1937 encontraria a simpatia dos industriais, e, pelo menos, o discreto silêncio do P.R.P.. Aos riscos de uma oposição corajosa, mas inútil, o velho partido preferiu um acordo com o governo, que lhe valeria de novo o controle da máquina administrativa de São Paulo. Enquanto os constitucionalistas conheceram o ostracismo, os perrepeistas voltaram aos postos de mando, agora sob um regime que riscava de mapa o sistema partidário estadual e a ordem política liberal e que consagrava uma articulação diversa entre Estado e forças sociais.

Com o Estado Novo, o objetivo dos "tenentes" foi em parte atingido: a liquidação do domínio político incontestável das "oligarquias regionais assistiram transformadas pela crise econômica e pela política do Estado, suas bases: os complexos econômicos regionais. O novo Estado, mais livre das pressões dos interesses constituídos, -- as transformará ainda mais, sem contudo revolucioná-las. Com a volta à democracia liberal, em 1945, outra será a configuração das forças sociais e os partidos, só agora nacionais, expressarão novas articulações de interesses.

(35) SILVA, L.M.L.A. da - op.cit., p. 175.

III - CLASSES PROPRIETÁRIAS, BUROCRACIA ESTATAL
E INDUSTRIALIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO
DO NOVO.

Através do regime ditatorial implantado a 10 de novembro de 1937, a nova forma de estado, em gestação ao longo da década dos trinta, revela-se em sua plenitude. Ao dizer forma de Estado quero apontar para a forma concreta de relacionamento entre instituições políticas e esfera sócio-econômica. Em outras palavras, trata-se de decifrar o papel deste estado no salto para a industrialização, entendida como constituição do núcleo básico do setor de bens de produção de forma a permitir a reprodução auto-determinada do capital. E mais do que isso, trata-se de elucidar as características de um estado capaz de cumprir tal papel.

Seu traço marcante é, sem dúvida, o grau elevado de autonomia face aos interesses constituídos na sociedade brasileira. Essa autonomia materializa-se na capacidade de que são dotados segmentos da burocracia estatal para formular uma política industrializante, no sentido exato de um projeto de criação de indústrias básicas -- siderurgia, petróleo, química pesada -- capazes de servir de lastro à expansão do setor de bens de produção, à revelia e à frente de seus principais beneficiários, os grupos industriais já instalados no país.

Aqui divirjo daqueles que veem a industrialização apenas como resultado não esperado da política de mediação e arbitragem de um "estado de compromisso". Se é verdade que o impetuoso crescimento industrial, entre 1933 e 1937, não foi fruto de medidas que conscientemente vizassem esse fim, o mesmo não pode ser dito para o período que ora nos ocupa. Mesmo porque o "problema da indústria" é agora posto de outra maneira: é o problema da industrialização e não apenas do crescimento industrial. É o problema da constituição da indústria básica e não apenas do estímulo à indústria de bens-salário -- e do embrião de bens de produção -- preexistentes.

Neste sentido, pode-se dizer que o novo estado cumpriu "tarefas" indispensáveis à industrialização. Com uma ressal-

va: essas "tarefas" nada tinham de inelutáveis. Não é a existência de imperiosas necessidades da acumulação capitalista que explica o surgimento de forma peculiar de estado que tentamos caracterizar. Ao contrário, foi seu surgimento que possibilitou que aquelas "tarefas" ganhassem corpo em planos e medidas concretas.

Nunca é demais insistir que foram políticas as condições de aparecimento da nova forma estatal. Antes, as forças responsáveis pela revolução de trinta se enfrentaram, e nesse embate se esgotaram. Antes, seus partidos novos e antigos se debilitaram no jogo político cotidiano. Antes, as instituições e as regras do regime liberal de 1934, foram minadas pela própria prática das forças dominantes. Só então, um tipo peculiar de estado tornou-se realidade.

O papel específico do estado brasileiro face a industrialização, nos idos do Estado Novo, é pois o foco da discussão que farei a seguir. Ela implica o estudo da relação do Estado com as frações de classe dominante, agrárias e industriais, para caracterizar o grau e os limites de sua autonomia. Esta relação, vista sob o prisma de um estado que se adianta às classes ao implementar as "tarefas" da industrialização, servirá de critério ao corte do Estado Novo em dois períodos: o que se estende do golpe de 10 de novembro até a entrada do Brasil na guerra e o que a ele se segue até a deposição de Vargas.

No primeiro, a ação industrializante do estado é compatível com o atendimento dos interesses dominantes, ainda que não resulte deles. O regime ditatorial conhece dias daquela estabilidade que só a satisfação classes dominantes pode garantir.

No segundo momento, a prática crescentemente intervencionista do Estado começa a chocar-se com os anelos das frações de classe proprietárias, forçadas a arcar com parte do ônus da política de industrialização. Abre-se a crise do regime. Crise complexa, cujos sinais exteriores serão as crescentes manifestações de personalidades políticas, intelectuais e estudantes, mas cujo verdadeiro foco é a oposição entre interesses agrário-exportadores e interesses industriais e simultânea e predominantemente o enfrentamento das frações burguesas agro-exportadoras e industriais com o Estado.

O golpe de 10 de dezembro foi desfechado em nome da ordem contra a subversão e, fundamentalmente, em nome da Nação contra o particularismo regional encarnado pelos partidos, cuja ação pareceu aos senhores da hora desacreçadora da unidade nacional fomentadora da luta de classes. (1)

A nova Constituição outorgada, em suas disposições transitórias, decretava o recesso do Parlamento, assembleias estaduais e câmaras municipais; criava a possibilidade de substituição dos governadores eleitos por interventores nomeados, prorrogava o mandato presidencial até a data futura e incerta de realização de um plebiscito, quando o povo seria chamado a julgar a própria carta Constitucional. (2)

Proscritos os partidos, o princípio da representação corporativa marcou a feição do regime ditatorial, que vinha de se instalar, e estabeleceu os canais pelos quais circulariam, no interior do aparato de estado, as pressões das distintas forças sociais.

Como sempre acontece nos regimes de exceção -- garantidos pela coação policial e o controle da informação -- a luta política abandonou a cena pública e foi se aninhar nas antessalas dos ministérios, nos círculos áulicos, nos organismos estatais corporativos onde se definiam as decisões governamentais. Despojadas da retórica universalizante, indispensável quando as forças sociais se enfrentam a luz do dia, os interesses dominantes se expressaram no interior do estado cruamente como interesses privados, particulares e setoriais, e enquanto tal se degladiaram e buscaram os favores governamentais.

Impossível é reconstituir, no detalhe, essa luta "política" mesquinha, travada por meios e canais burocráticos. Possível é afirmar sua existência e buscar-lhe o sentido.

Na verdade, a implantação do regime autoritário e corporativista, como se viu, não foi o coroamento de uma luta na

(1) Cf. VARGAS, Getúlio. "Proclamação ao Povo Brasileiro", A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1938, vol. V, pp. 19 a 32.

(2) Sobre as principais alterações do aparato administrativo estatal ver: FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaio de História da República: 1889-1945. São Paulo, CEBRAP, 1972, pp. 86 a 109 (Cadernos CEBRAP, 10).

qual se forjasse a hegemonia de uma fração de classe dominante. Muito pelo contrário, ela expressou a ausência de alternativa hegemônica e a conseqüente possibilidade de um estado mais autônomo face às classes dominantes.

Todavia, o golpe que instituiu o Estado Novo teve sentido diverso para as distintas frações de classe dominante. Significou uma derrota política das frações agrárias e mercantis -- particularmente daquelas ligadas a economia cafeeira --, pelo próprio fato de dar o golpe de graça em suas entidades políticas de representação. Ainda que alquebrados, perdida a velha força, os partidos estaduais, no regime liberal da Constituição de 34, continuavam a ser expressão e instrumento do submetimento político das diversas frações de classe regionais -- em particular das frações industriais -- aos grupos agro-mercantis predominantes.

Nessa medida, a quebra da ordem constitucional consumou ex abrupto o lento processo autonomização política das frações industriais, pelo menos das mais poderosas, face a setores agrários e comerciais. Através da representação corporativa tais frações ganharam canais próprios de expressão que refletiam, simultaneamente, sua importância crescente e sua incapacidade de direção política.

Os grupos agro-mercantis perderam o que lhes restava de liderança política, ainda que preservassem o poder de barganha. Seus portavozes dividiram-se entre a idílica oposição no exílio ou a acomodação pragmática a nova ordem. (3) Os industriais obtiveram vitória mesquinha, na medida de seu talento político: ganharam espaço "político" próprio sob tutela e nos limites traça

(3) Em São Paulo, enquanto o extinto PRP assumiu a interventoria, a planta maior do antigo PD buscou o exílio em Paris, Nova Iorque e Buenos Aires. Até 1941, a oposição "oligárquica" como se ser toda oposição burguesa, foi pouco articulada e refletiu-se em alguns atos esporádicos, conspirações de pouca monta e alguma articulação nos meios intelectuais. Em maio de 1939, sob inspiração dos democráticos fundou-se na Faculdade de Direito de São Paulo a Sociedade dos Amigos de Rui Barbosa, instituição cultural que objetivava a aglutinação da juventude estudantil liberal. E em abril de 1940, a polícia prendeu um núcleo de democráticos acusados de conspiração. A débil oposição em outros estados gravitou em torno de figuras de proa como Antonio Carlos e Artur Bernardes, em Minas Gerais, por exemplo.
Cf. CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo, DIFEL, 1976, pp. 285 a 291.

dos pelo Estado. E aceitaram prazerosos a nova posição. (4) O Estado ganhou distância e capacidade de manobra frente a uns e outros. A organização corporativa permitia e limitava, ao compartilhar, a pressão dos interesses díspares. Nesse sentido, ela foi reflexo da debilidade relativa das frações dominantes e, ao mesmo tempo, expressão e instrumento da autonomia relativa do Estado. O conjunto dos organismos corporativos em funcionamento do Estado Novo, bem como um resumo de suas atribuições é fornecido no Quadro I.

Contudo, é falso pensar que a ação do Estado no período tenha refletido apenas o equilíbrio na fraqueza das frações agro-mercantis e industriais regionalmente atomizadas. Sua autonomia não foi aquela conferida pelo mero papel de árbitro, mediador e filtro das reivindicações das distintas forças sociais. Atendeu, é certo, a gregos e troianos, na medida de suas possibilidades. Mas não os beneficiou igualmente. Manteve a economia de exportação, mas deu atenção privilegiada à indústria, não tanto por atender a muitos de seus reclamos, mas por assumir a tarefa de constituição da indústria de base.

Vejamos como se deu a relação do Estado com os principais interesses constituídos, até pouco antes da entrada do Brasil na guerra. Começemos com o setor exportador cafeeiro.

Afirma Liana Aureliano da Silva que entre 1933 e 1937, o governo "não concede nenhum estímulo ao setor cafeeiro além do indispensável para impedir sua ruína e defender a capacidade

(4) Na verdade, a única objecção dos industriais -- industriais paulistas, aliás -- ao ordenamento corporativo versou sobre o reconhecimento da FIESP, como entidade sindical legalmente reconhecida. A legislação sindical de 1939 estabelecia a estruturação de federações por ramo de empresa -- têxtil, calçados, metalúrgica, etc. -- vedando a existência de uma "federação de federações" como era a FIESP. Em torno da questão, as auto-denominadas "classes conservadoras" travaram acesa polémica com o consultor jurídico do Ministério do Trabalho, sr. Oliveira Viana, apoiada em fartas citações de Manoilescu, autoridade incontestada em tudo que diz respeito à parafernália institucional do fascismo. A disputa terminou com o reconhecimento oficial da FIEPS, em 1943. Todos os documentos da polémica podem ser encontrados na obra: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - A Constituição de 10 de Novembro de 1937 e a organização corporativa e sindical. São Paulo, FIESP, maio de 1940.

QUADRO I - PRINCIPAIS ORGANISMOS CORPORATIVOS DE POLÍTICA ECONÔMICA DURANTE O ESTADO NOVO

GERAIS

SECTORIAIS

Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE)
Presidência da República - 1934 (restruturado em 1937 para cumprir funções do não instalado Conselho de Economia Nacional).

Função: órgão consultivo geral da presidência da República para todas as questões econômicas.

Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF)

Ministério da Fazenda - 1937

Função: estudar e propor medidas referentes a:

- a) sistema monetário
- b) organização bancária
- c) política cambial
- d) dívida pública
- e) transferência de valores para o exterior

Coordenação da Mobilização Econômica (CME)

Presidência da República - 1942

Função: a) orientar mineração, indústria e agricultura para a produção necessidades urgentes

- b) controlar importação e exportação via CEXIM
- c) coordenador
- d) planejar, fiscalizar e dirigir racionamento de combustíveis e energia
- e) intervir no mercado de trabalho
- f) fixar preços máximos e mínimos de mercadorias e serviços
- g) fixar quantidades de mercadorias e serviços proporcionados ao público
- h) propor qualquer medida de política econômica tendo em vista a defesa nacional.

TORES E ORGANISMOS SOB CONTROLE DA CME

- Combustíveis e lubrificantes {
 - CNP
 - CNAEE
 - CNMM (carvão)
 - IAA
- Transportes terrestres {
 - DNER
 - DNEF
 - EFCEB
 - EFNR
 - Conselho Nac. Trânsito
 - Órgãos estaduais
- Transportes marítimos {
 - Comissão Marinha Mercante
 - Deptº Nac. Portos e Navegação
 - Diretoria Marinha Mercante
- Produção mineral {
 - CNMM
 - DNPM
 - INS
 - Serviços geológicos estaduais
- Produção Agrícola {
 - DNC
 - INM
 - INP
 - Banco da Borracha
 - outros (13 no total)
- Comércio Exterior {
 - CPECE
 - CEXIM
 - Comissão acordos Interamericanos
 - Divisão Ec. Comercial MRE
- Ação direta {
 - Setor Produção Industrial (SPI)
 - Setor Preços
 - Setor Abastecimento
 - Setor Comércio Interno
 - Setor Construção Civil
- Setor produção {
 - chumbo de apiai
 - turfa Rio de Janeiro
 - carvão Santa Catarina
- Setor distribuição {
 - carnes
 - fibras
 - combustíveis líquidos
 - produtos químicos e farmacêuticos
 - embarcações de madeira

1) Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional
1940

2) Conselho Nacional do Petróleo (CNP): - 1938

Função: a) promover pesquisas geológicas, mineralógicas e econômicas
b) autorizar comércio e produção de petróleo
c) regulamentar preços produtos refinados
d) realizar inversões diretas em refinarias
e) órgão consultivo obrigatório para qualquer acordo relacionado a indústria petrolífera

3) Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE)
1939

Função: estudar aproveitamento recursos hidráulicos
b) controlar tarifas das concessionárias de energia elétrica

4) Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM) - 1940

Função: disciplinar desenvolvimento da indústria de mineração e metalurgia (política do carvão)

5) Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (CNC)
1941 (não teve existência efetiva)

Função: coordenar política geral do setor reunindo representantes CNP, IAA, CNMM e comissão do carvão

6) Comissão Executiva Têxtil (CETEX)
1942

Função: a) regular exportação fixando quotas
b) regular produção e aplicação do "convênio têxtil" (produção de tecido popular com preços fixados CETEX)
c) orientar reequipamento e administrar licenças de importação

7) Comissão da Indústria de Material Elétrico (CIME)
1944

Função: promover a implantação da indústria de m.e.

8) Institutos

Função: regular produção, fixar preços e dividir mercados

- Instituto Nacional do Alcool (IAA) - 1933

- Departamento Nacional do Café (DNC) - 1933

- Instituto Nacional do Mate (INM) - 1938

- Instituto Nacional do Pinho (INP) 1941

- Instituto Nacional do Sal (INS) 1941

9) Carteira de Exportação e Importação (CEXIM)

Banco do Brasil - 1941

Função: controle importações e exportações

Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

(CNPIC) - Ministério do Trabalho - 1944

Função: sugerir política econômica para o pós-guerra

Comissão de Planejamento Econômico (CPE)

Conselho de Segurança Nacional - 1944

Função: estudar as atividades econômicas em geral e particularmente, as de interesse militar.

de para importar". (5) A autora mostra, também, como a "política de concorrência", (6) inaugurada em 1937, culminava a tendência de reduzir ao mínimo a sustentação do café.

Essa diretiva nem de longe agradou aos setores dedicados ao negócio do café. Assim é que, em março de 1939, comissão altamente representativa dos interesses cafeeiros enviava extenso memorial ao governo, chorando as mãos e fazendo exigências:

"A lavoura de café, depois de ter suportado estoicamente 10 anos de inúteis experiências, que nada absolutamente produziram de aproveitável nem para sua economia, nem para a economia do país, não pode ainda uma vez apoiar o absurdo estabelecimento de quotas de sacrifício de café para equilíbrio estatístico das safras.

(...) "Alcançar o equilíbrio estatístico à custa da falência da lavoura brasileira não pode ser programa desta e nem ser feita com seu beneplácito.

(...) "Não há motivo que justifique que as sobras de café ao invés de serem guardadas pelo fazendeiro que as produziu devam ser por este doadas ou vendidas em troca do seu próprio di-

(5) SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da - No Limiar da Industrialização: 1919-1937 (Estado e Acumulação de Capital). Campinas, Tese de Doutoramento, IECH/DEPE, 1976, (mimeo) p.175.

(6) Desde 1933, o Departamento Nacional do Café estabeleceu quotas de escoamento das safras, assim discriminadas: uma porcentagem compulsoriamente vendida ao DNC, conhecida como "quota de sacrifício", já que o preço pago apenas cobria os custos de produção, transporte e impostos; uma quota retida para venda no devido momento e uma quota exportada diretamente. As porcentagens das quotas variavam de ano a ano em função da produção e estoques e da capacidade de absorção dos mercados compradores. Em 1937, ano de dura crise para o setor cafeeiro, inaugurou-se a "política de concorrência". A quota de sacrifício resume-se aos cafés de segunda categoria, que são destruídos, e o restante é livremente exportado. O imposto sobre unidade exportada reduz de 45 mil réis para 12 mil réis; o confisco do câmbio percebidos pelos exportadores é revogado. A intervenção do DNC limita-se, portanto a retirar do mercado os cafés de má qualidade.

Cf. PELAEZ, Carlos Manuel. "Análise Econômica do Programa de Sustentação do Café". REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA. Rio de Janeiro, (25)4, out/dez 1971:5-203

nheiro, que lhe é retirado em forma da taxa para ser agravado de despesas de fretes, fiscalização, etc. e ser retido fora dos mercados em forma de cinza!

(...) "Precisamos, depois de 10 anos de espera de melhoria, de um programa que mostre resolver de fato nossa situação e mostre seus primeiros efeitos em 30 dias, e não em promessas que se espacaram por 10 anos e que com sua eternização nos acabariam de liquidar depois de mais anos de sofrimentos numa pobreza irremediável.

"Queremos a defesa no preço de libras 4*, por saca, estabelecendo-se um estoque de 2 milhões para Santos, 500.000 sacas Rio e 500.000 divididas entre os demais portos. Essa defesa deverá ser feita por 6 anos, vendase o que se vender". (7)

Todavia, para a safra 38/39, o D.N.C. manteve as "quotas de sacrifício" pagas a 2 mil réis por saca, distinguindo apenas entre cafês comuns e preferenciais: aqueles teriam uma quota de sacrifício de 30%, uma retida de 30% e uma direta de 40%, enquanto para os últimos a quota de sacrifício seria de 15% e a direta de 85%.

No ano safra seguinte, manteve-se a quota de sacrifício -- 30% para os cafês comuns e 15% para os preferenciais -- ao mesmo preço de 2 mil réis e eliminou-se a quota retida.

A situação do mercado internacional do café deteriorou-se ainda mais com a retração do consumo europeu em virtude do início da guerra. Em vista disso, realizou-se, em 1940, a III Conferência Panamericana do Café, objetivando a defesa da cotação internacional do produto. Os Estados Unidos, segundo alguns autores, empenhados em impedir a aliança dos países latino-americanos com as potências do Eixo, aceitou pagar preços mais elevados e se comprometeu a absorver quantidades previamente fixadas do produto, divididas em quotas por países. O resultado das negociações redundou no Acordo Interamericano do Café, em vigor a par

* 284,4 mil réis ao câmbio de 1939.

(7) CARONE, Edgard. A Terceira República (1937-1945). São Paulo, DIFEL, 1976, pp. 251 a 255.

tir de abril de 1941 e que deu um mínimo de segurança aos setores cafeeiros do Brasil.

No plano interno, a disputa entre produtores e o D.N.C. continuou nos anos safra de 40/41 e 41/42 e a política governamental ficou sempre aquém dos anelos dos cafeicultores. (8)

Por outro lado, os setores ligados à agro-exportação do café tinham outros motivos de desgosto. Não só acreditavam-se lesados pelas diretrizes do D.N.C., cujas decisões não comandavam. Sentiam-se prejudicados em termos relativos, quando comparavam seus sofrimentos ao "protecionismo descabido" de que gozavam os industriais. Volta e meia batiam na velha tecla: não se oprimam à indústria em si, mas às "indústrias artificiais", amamentadas pelo Estado, por ele protegidas do saudável regime de concorrência.

Em 1939, por exemplo, pronunciando-se contra uma nova proibição de importações de maquinária industrial, a Associação dos Lavradores de Café do Estado de São Paulo, dizia:

"(...) ficando nas mãos dos industriais já estabelecidos o "controle" da produção industrial e excluindo-se a concorrência dos que se quizessem estabelecer com novas fábricas, não somente foram possibilitados para aqueles, alguns anos mais tarde, lucros em desacordo com a situação geral das classes produtoras do país e do comércio, como também por que faltou, na deliberação tomada, um complemento necessário que seria imprescindível se tivesse estatuído, para o caso da melhoria pessoal dos industriais, a qual logo em seguida se verificou.

"Este complemento consistiria ou na limitação dos preços dos artigos fabricados para evitar demasias em prejuízo do consumidor ou então na retenção a favor do governo do excesso de lucro, acima do razoável, que se viesse a verificar na exploração das fábricas, circunstâncias aliás naturalmente aplicáveis a toda e qualquer atividade que se exerça, com vantagens especiais concedidas pelos Poderes Públicos." (9)

(8) Para detalhes ver PELAEZ, C.M. op. cit. pp. 131 a 138

(9) CARONE, E. A Terceira República (1937-1945), pp. 218 a 219. O grifo é meu.

Os homens do café que lucraram fâbulas com a política de valorização da Ia. República, resmungavam agora contra os lucros excessivos da indústria! Os homens do café que, havia meses, deblateraram contra a "quota de sacrifício" pediam a retenção do excesso dos ganhos industriais! Os mesmos homens do café que exigiram do governo nada menos que a garantia de preço para toda a safra não importava o quanto se vendesse, pediam o controle dos preços dos produtos manufaturados! E invocavam como argumento piedoso de seus reclamos os sofrimentos dos trabalhadores agrícolas:

"Cifrando-se por muitos milhões de homens, mulheres e crianças, em número incomparável ao dos operários industriais, da verdadeira indústria fabril manufatureira, que talvez em todo Brasil não passa de 500 mil, razoável é que se examine a situação desse operariado no tocante aos preços dos artigos por eles adquiridos para o seu vestuário. Vestimentos pobres, resumidos, mesmo no próprio Estado de São Paulo, onde a agricultura mais intensiva favorece o operariado rural e onde afluem os trabalhadores de outros estados, são o característico da indumentária do operário agrícola nacional. Pés descalços, roupas muitas vezes em franjalhos nenhuma vestimenta pesada para atender ao frio em certas zonas, o seu salário não lhe permite as aquisições dos artigos convenientes, senão em pequena escala. Se estes artigos encarecem, então a situação se tornará pior e teremos um retrocesso sensível no "standard" de vida da população do nosso interior agrícola". (10)

Mas, demagogia a parte, os grupos associados aos negócios do café, não deixavam de ter razão, do seu ponto de vista. Embora não existam dados acurados sobre a evolução dos preços industriais é mais do que provável que tenham crescido, neste período, relativamente mais do que os do café, onerando os custos da produção cafeeira, pelo lado dos implementos agrícolas e dos bens industriais que compõem a cesta de consumo dos assalariados rurais. Neste aspecto, os interesses da indústria e os da agricul

tura de exportação conflitaram mais de uma vez na história brasileira recente, o que explica as invectivas periódicas contra as "indústrias artificiais".

Em resumo, a política governamental com relação à economia exportadora apenas manteve, em certo patamar, um setor cujo desempenho foi medíocre. Mesmo o recurso às desvalorizações cambiais foi usado, em geral, com moderação, ainda que tenha garantido a renda em cruzeiros dos exportadores em alguns momentos críticos, como se pode observar no quadro a seguir.

QUADRO II

	A	B	C			
	Índice volume físico das ex- porta- ções (sacas 60 kg)	Índice preço unitário (mil réis/ saca)	Índice valor das ex- porta- ções (em mil réis)	Variação percentual anual	Taxa câmbio mil réis/\$	Variação percentual anual
1929	100	100	100		40.6	
1930	106.9	62.2	66.6	- 33.4	49.4	21.6
1931	125.1	68.5	85.7	+ 22.2	62.4	26.3
1932	83.2	79.6	66.2	- 22.7	48.1	- 22.9
1933	108.3	69.2	75.0	+ 13.2	52.6	9.3
1934	98.6	77.9	76.8	+ 2.4	59.7	13.4
1935	106.9	73.3	78.4	+ 3.1	57.9	- 3.0
1936	99.3	81.9	81.3	+ 3.6	58.4	0.8
1937	84.6	92.8	78.5	- 3.4	56.4	- 3.4
1938	119.5	69.9	83.6	+ 6.4	57.6	2.1
1939	115.3	70.5	81.4	- 2.6	71.1	23.4
1940	83.9	68.7	57.6	- 29.2	74.9	5.3
1941	77.6	95.1	73.8	+ 28.1	79.7	6.4
1942	51.0	140.6	71.8	- 2.7	79.6	- 0.1
1943	70.6	144.4	102.0	+ 42.0	79.6	0
1944	95.1	149.1	141.8	+ 39.0	79.3	- 0.3

Dados para os índices são de PELAFZ, C.M. op. cit., pp. 205, 206, 207.

Feitas as contas, a política de sustentação da eco.

nomia cafeeira parece ter sido ditada menos pela intenção de satisfazer aos grupos burgueses ligados à produção e comercialização do café, do que pela necessidade de garantir as divisas necessárias ao pagamento da dívida externa e às importações. Em que pese o esforço governamental para diversificar a pauta de produtos exportáveis, o café mantinha importância, pois suas vendas continuavam a ser a principal fonte de divisas. Mas, já não era o fulcro do dinamismo da economia capitalista no país.

Destarte, tudo leva a concluir que os interesses das frações agrária e comercial da burguesia cafeeira não recebiam do Estado as mesmas atenções de outrora. Foram tratados como interesses secundários quando comparados aos projetos prioritários, que absorviam as energias das autoridades governamentais.

Sem o controle da própria política cafeeira, traçada pelo D.N.C., sentindo-se relativamente prejudicados quando se comparavam aos industriais; fazendeiros, comerciantes e banqueiros do café certamente não andavam satisfeitos com o novo estado. Por certo não o viam como o seu estado. Mas não foram opositores ferrenhos do regime nem buscaram alterá-lo, pelo menos nestes primeiros cinco anos. A vocação oposicionista não é -- e raras vezes o foi -- característica de qualquer fração de classe burguesa. Muito menos quando o regime é forte e mostra fôlego. Sempre tentam tudo -- acomodação, pressão, protesto -- antes de correrem o risco de subverter a ordem. E os grupos agro-exportadores cafeeiros tudo tentaram até 1943.

Outra era a situação das frações burguesas industriais, particularmente a de São Paulo.

São conhecidas as condições que propiciaram a rápida recuperação das atividades industriais já nos primeiros anos da década dos 30. (11) Entre 1929 e 1939, a indústria cresceu a uma taxa média anual de 8,4% contra 2,2% da agricultura, sendo mais elevada ainda a taxa média anual entre 1933 e 1939: 11,2% para todo o Brasil e 14% para a indústria paulista. O Censo industrial de 1940 revelava que dos 49.418 estabelecimentos existentes no país, 34.691 (ou seja 70%) haviam sido fundados no decênio

(11) Ver FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 11a. ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971, parte IV, caps. 31 e 32. e SILVA, L.M.L.A. da - op. cit., cap. III.

29-39 e 26.881 (cerca de 54%) depois de 1933. (12) Os dados de crescimento setorial revelam por seu turno, as linhas da diversificação do parque fabril.

QUADRO III

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1933-1939
1929 = 100

Classes e Gêneros de Indústrias	Brasil (%)	São Paulo (%)
Indústria Extrativa Mineral	8,1	
Indústria de Transformação	11,3	
Minerais não metálicos	19,9	16,4
Metalúrgica	20,6	24,0
Material de Transporte	-	39,0
Papel e Papelão	22,0	-
Couros Peles e Similares	2,7	18,4
Química e Farmacêutica	10,6	29,9
Produtos de Perfumaria, sabões e velas	15,8	-
Têxtil	11,2	6,5
Vestuário e Calçados	9,8	8,0
Produtos Alimentares	1,9	2,9
Bebidas	8,4	17,9
Fumo	5,2	18,2
Total da Indústria	11,2	14,0

Fonte: Brasil: VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. op. cit., p. 212

São Paulo: Idem, ibidem, p. 367

Assim, enquanto o regime ditatorial se inaugurava sob os auspícios de formidável crise do setor exportador cafeeiro, dado o súbito declínio dos preços do café, o setor industrial vivia a prosperidade. Dean assinala a presença crescente da indústria nas proclamações governamentais:

(12) Cf. VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira-1889-1945, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, Cap. VI, pp. 209 a 218 e Apêndice F, pp. 355 a 376.

"Vargas principiou a notar em seus discursos o crescimento do mercado nacional e a crescente diversificação da indústria 'que nos propiciou uma folga perceptível e uma melhoria do padrão de vida de grupos cada vez maiores da população.' Ainda que Vargas continuasse procurando meios de estimular as exportações, a concentração das prioridades se alterara de maneira dramática". (13)

Protegidas da concorrência de produtos estrangeiros na situação difícil da balança comercial, as indústrias foram beneficiadas por uma política que crescentemente reservava as escassas divisas para a importação de matéria prima e equipamento necessários à continuidade de sua expansão.

Neste aspecto, o governo parece ter procurado atender, na medida de suas possibilidades, às reivindicações do empresário fabril. Por pressão dos industriais paulistas, renovou em 1939 a proibição de importação de maquinária para alguns setores, particularmente o têxtil. Simultaneamente, tentou dar prioridade às importações de matéria-prima e equipamento para os ramos industriais de recente instalação. Mas seu propósito era inequívoco. Dizia o relatório do Banco do Brasil para 1938:

"Diminuídos os recursos no exterior - resumidos quase exclusivamente na exportação -- é claro que a importação teria de sofrer uma diminuição compatível com esses recursos. Foi o que se verificou. De 40.600.000 libras ouro, no fim do ano de 1937, passou a 35.900.000, num esforço de adaptação que, quantitativamente, só nos últimos meses do ano ficou patenteado e que, qualitativamente, se evidenciou pela preponderância de bens de produção sobre bens de consumo -- para usar uma classificação -- que, apesar de não corresponder exatamente às convenções usuais, tem a grande vantagem de realçar o ritmo de nossa industrialização". (14)

(13) DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. 2a. ed., São Paulo, DIFEL, 1975, p. 223.

(14) BANCO DO BRASIL. Relatório (apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas, abril, 1939). Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1939, pp. 7 e 8

Ressalve-se que a política de prioridades nas importações nem sempre correspondeu às necessidades das indústrias já instaladas no país. Momento quando a preparação militar do Brasil para a guerra e o início dos grandes projetos estatais -- industriais e de obras públicas --, começaram a absorver as divisas escasseadas, pelo declínio de nosso comércio exterior. Mas, de toda maneira o setor industrial privado foi, sempre que possível, bem aquinhado.

Por outro lado, abriram-se novas fontes de financiamento público, com o início em 1937 das operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, estatuída pela lei 454 de 9.6.37. Criada com o objetivo de substituir os bancos de depósito e de desconto no financiamento do custeio da produção ao setor agrícola e industrial, com créditos de médio prazo, a CREA terminou por prover recursos para a instalação de grandes empreendimentos industriais, em condições extremamente favoráveis aos empresários privados.

Através da Carteira realizaram-se em 1940 e 1941 financiamentos, por um prazo de dez anos, à Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo José Ermírio de Moraes), para a instalação de uma grande usina metalúrgica de alumínio, no Estado de São Paulo, aproveitando as ricas jazidas de bauxita de Poços de Caldas (MG); à Eletro Química Brasileira para o estabelecimento em Ouro Preto, da primeira usina metalúrgica de alumínio; e às Indústrias Klabin para compra e instalação de aparelhagem destinada à produção de celulose em grande escala. (15) E pelo menos, neste último caso, não se tratou apenas da concessão de empréstimo demandado pela iniciativa privada.

Ao contrário, o financiamento ao grupo Klabin mostra como alguns segmentos industriais de monta foram criados por iniciativa do Estado. De fato, dadas as dificuldades da balança comercial e a importância do setor, as autoridades governamentais decidiram-se pela criação da indústria de papel e celulose em território nacional e foram a cala de um grupo privado disposto a assumir o empreendimento. Encontrados os Klabin, o governo forneceu-lhes, em acordo de pai para filho, empréstimo, cobertura cam-

(15) BANCO DO BRASIL - Relatório (apresentado à Assembléia Geral de Acionistas, abril, 1942). Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1942, pp. 59-60.

bial para importação de equipamentos e o monopólio da produção no setor. (16)

Foi este um dos casos em que o Estado criou a iniciativa privada. Não foi o único. (17)

Nestas condições, a indústria manteve um bom desempenho no período que se estende até a entrada do Brasil na guerra, com taxas médias anuais de crescimento de 7,8%. E o empresário tinha mais de um motivo de satisfação com o governo e o regime. Sentiam prosperar os negócios, recebiam atenção privilegiada do governo, tinham multiplicados os canais corporativos de participação nas discussões de política econômica -- senão nas decisões -- e, sobretudo, viviam a tranquilidade, a ausência de manifestações operárias, a "paz social", que só governos fortes podem garantir. Não sem motivo esbanjavam loas ao chefe do governo ditatorial. Em abril de 1942, proclamavam:

"Hã doze anos que Dr. Getúlio Vargas representa a Ordem para o Brasil. Ser contra ele, se isso hoje ainda fosse possível, seria colocar-se contra a Ordem. Seria colocar-se contra o Brasil, seria colocar-se contra si mesmo. Graças a essa Ordem admirável em que vivemos, de perfeito equilíbrio moral e material, é que nosso país se tornou exceção no mundo convulsionado de 1942. Sentimos da conflagração o menos possível. Somos das poucas terras do planeta em que o homem tem pão, tem casa, tem assistência, tem trabalho, tem paz e tem justiça. Graças a esse homem providencial as comoções pelas quais o Brasil tem passado não deixaram marcas indeléveis. Ele é menos o presidente da República que o chefe da Família brasileira. Seu maior carinho é para os que mais sofrem. A condição de inimigo -- se é que os há -- não é registrada pelo presidente, mas atribuída a si mesmos pelos pou-

(16) Cf. DEAN, W. - op.cit., pp. 229-230

(17) É certo que o grosso dos recursos do CREA foram destinados a diversificação da atividade agro-exportadora e à expansão da agricultura de alimentos. Mas, não é menos verdadeiro que serviu de poderoso estímulo à atividade fabril.

cos que, possivelmente, se querem por esse meio diferenciar dos demais patrícios. Ele, entre outras virtudes, tem diso o nosso mestre de democracia". (18)

Sem embargo do contentamento manifestado pelos empresários fabris, este não era o seu Estado. Ou seja: a burguesia industrial não era fração de classe dirigente, não empenhava o nome do Estado, como o fizeram outrora os grupos agro-mercantis cafeeiros. O Estado, com frequência, atendia seus reclamos. Procurava equilibrar os interesses regionais, que fraturavam a unidade da fração burguesa industrial. Dava atenção privilegiada ao núcleo mais poderoso: o empresariado paulista. Criava novos grupos privados. Era um pai! Mas, um pai autoritário que, mais dava ordens do que cumpria deliberações.

Até este momento nada foi dito que permitisse objetar à caracterização deste Estado como árbitro e mediador das frações da classe dominante. Entretanto, sua ação não se esgota no que foi até agora relatado.

Há dois anos do golpe que instituiu o novo regime, já era possível encontrar nas esferas governamentais negação expressa da tese de nossa "vocaçãõ agrária" e clara consciência de que o progresso do país repousava na expansão industrial e de que esta requeria a industrialização pesada. Assim, em março de 1940, o presidente do Banco do Brasil encerrava o relatório de atividades da instituição com essas palavras:

"A melhora do volume de trocas, externas e internas, representa um avanço do Brasil, processado, sem embargo de sua relevante significação, dentro de uma estrutura predominantemente agrária, sensível aos fatores de perturbação exógenos. A nossa emancipação econômica, com o enquadramento do Brasil na lista das nações financeiramente poderosas, depende, antes de tudo, da nossa industrialização, isto é, da im plantação da indústria pesada e da autarquia nacional de combustíveis líquidos". (19)

(18) A citação é parte da mensagem que a Associação Comercial de São Paulo e uma plêiade de indústrias paulistas enviou a Vargas no transcorrer de seu aniversário.
CARONE, E.-A Terceira República (1937-1945), p. 352.

(19) BANCO DO BRASIL - Relatório (apresentado à Assemblêia Geral de Acionistas, abril, 1940). Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1940, pp. 54-55

Ora, a tarefa específica da industrialização foi tentada pelo Estado, com independência do empresariado industrial nativo. Não só o estado tomou a iniciativa de propor e ensaiar a execução dos projetos de criação da indústria básica, como o fez com frequência, contrariando o interesse privado. Aí sua originalidade.

Por oposição ao período anterior, a política econômica do Estado Novo desde logo se apresentou como um bloco coerente de medidas tendentes a propiciar a industrialização pesada.

Em janeiro de 1939, lançado o "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional" objetivando "a criação de indústrias chamadas básicas como a siderurgia e outras, a execução de obras públicas bem como prover a defesa nacional dos elementos necessários à ordem e à segurança do país". (20) Tratava-se de um "orçamento paralelo, isolando dotações que costumavam figurar nas verbas 'Obras Públicas' e 'Serviços e Encargos' do orçamento normal da União". (21) Com duração de cinco anos, seus recursos especiais, obtidos de fonte vária, deveriam ser distribuídos entre oito ministérios, o Conselho Nacional de Petróleo e a Comissão Especial do Plano Siderúrgico. (22)

(20) D.L. nº 1058 de 19.1.1939. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 23.1.1939, seção I, pp. 1825-26.

(21) ALMEIDA, Rômulo de. A Experiência Brasileira de Planejamento, Orientação e Controle da Economia. ESTUDOS ECONÔMICOS. Rio de Janeiro, Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, (2), jun. 1950, (separata), p. 66.

(22) Os recursos provinham das seguintes fontes: a) taxas sobre operações cambiais; b) lucros das operações bancárias em que o Tesouro tivesse coparticipação; c) produtos das cambiais provenientes do ouro metálico já adquirido e por adquirir que excedesse a 28t. e fosse remetido para o exterior; d) produto de quaisquer operações de crédito realizadas para o fim especial de que tratava o decreto do plano, exclusive emissão de papel-moeda; e) juros de conta especial aberta no Banco do Brasil para centralização dos recursos previsto pelo decreto do plano; f) saldo porventura verificado após a execução do plano do exercício anterior. Tais recursos destinavam-se aos seguintes organismos: Conselho Nacional do Petróleo; Comissão Especial do Plano Siderúrgico; Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Educação e Saúde, Fazenda, Guerra, Justiça e Negócios Interiores, Marinha e Viação e Obras Públicas.

Cf. MINISTÉRIO DA FAZENDA - Relatório (exercício de 1943). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, pp. 45-6.

Além da compra de equipamento destinado às Forças Armadas, foram financiados com verbas do Plano, entre uma multiplicidade de empreendimentos menores, a extensão e reaparelhamento de estradas de rodagem, portos e ferrovias, além das atividades da Comissão Mixta Brasil-Bolívia; o Conselho Nacional de Petróleo; a subscrição de parte das ações da Companhia Siderúrgica Nacional; a Fábrica Nacional de Motores.

A denominação do Plano já denunciava sua fonte inspiradora: os grupos militares. O reaparelhamento das Forças Armadas e a ampliação da capacidade de defesa do país, ante a deflagração iminente de um conflito de proporções mundiais, era quase uma obsessão entre os quadros militares, que se empenharam em instalar o regime ditatorial e que, agora, o afiançavam.

Essa preocupação, porém, não se traduzia apenas na exigência de aquisição no exterior, de armas e equipamentos modernos. Ela apontava para a necessidade de aprimorar as comunicações internas e de perseguir a todo custo a autosuficiência em combustíveis líquidos e produtos siderúrgicos.

Já em 1936, um estudo do Estado Maior do Exército sobre a criação do Departamento Nacional de Combustíveis, enfatizava:

"(...) todas as nossas indústrias e todos os nossos recursos mecânicos de defesa nacional, isto é, toda nossa prosperidade econômica e toda nossa capacidade de defesa diante de uma possível agressão estrangeira são, em toda sua potencialidade, absolutamente tributárias de outros países e por eles controlados". (23)

Em igual medida, Vargas falando do seu empenho em resolver a questão siderúrgica, em fevereiro de 1938, como já o fizera vezes sem conta, invocava razões de defesa nacional e indicava, assim a que setores tentava satisfazer, quando dizia:

"Todos sabem que possuímos grandes jazidas e de incontestável pureza; que

(23) ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO - "Esboço de Projeto - Criação do Departamento Nacional de Combustíveis". APUD MARTINS, Luciano. Pouvoir politique et développement économique: structures de pouvoir et système de décisions au Brésil (1930-1964). Paris, Tese de Doutorado de Estado, Universidade René Descartes, 1973, (mimeo), n. 371.

a exploração dessas jazidas em larga escala operará verdadeira revolução na economia do país; que essa exploração consiste em extrair minério e exportá-lo na maior quantidade, fundando, simultaneamente, a grande indústria siderúrgica. Não pode haver, no caso, solução satisfatória unilateral.

"Devemos atacar ambos os problemas - de modo a que a indústria do ferro e do aço atenda aos objetivos de engrandecimento de nossa economia e ao aparelhamento da defesa militar". (24)

O anelo de unidade nacional, a seus olhos ameaçada pelo regionalismo e pela política local, conduziu os militares a forçar a instalação de um regime ditatorial, centralizado e corporativista. O zelo pela Segurança Nacional levou-os objetivamente a impulsionar a instalação de indústrias básicas, e, por conseguinte, o próprio processo de industrialização. E isso, apesar da desconfiança que muitos nutriam pelos principais beneficiários, a médio prazo, desse processo: os capitalistas privados.

Os membros das Forças Armadas encontraram importantes aliados entre muitos dos que ocupavam altos postos na burocracia estatal. A partir de sua experiência de administradores públicos, numa sociedade em rápida transformação, foram adquirindo não apenas a consciência da urgência da industrialização, como do pa-

(24) VARGAS, G. A Nova Política do Brasil, vol. V, p. 173.

pel específico que cabia ao Estado neste processo. (25)

Foram militares e administradores públicos os que propugnaram por, equacionaram e tentaram implementar a grande siderúrgica, a indústria química pesada, a prospecção e produção nacional de petróleo, enfim, o núcleo fundamental da indústria pesada. Assim nasceram a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Alcalis, e também, a Fábrica Nacional de Motores como empreendimentos es

(25) Neste sentido, é exemplar a descrição que nos faz Medeiros Lima da evolução de Jesus Soares Pereira:

"Atento observador, Jesus Soares Pereira termina por concluir que os problemas, objeto de suas preocupações, só poderão ser atenuados por meio de um esforço concentrado em torno do desenvolvimento econômico e da luta contra as forças internas e externas que o entravam e o detem. É quando -- como diria depois -- começa a dar aos aspectos econômicos da atividade humana uma prioridade e precedência que passam a presidir toda a sua atuação posterior na função pública. Por essa ocasião, a leitura de O Combustível na Economia Mundial, de autoria de Pires do Rio, infundiu-lhe a consciência de que o processo de crescimento de uma nação tinha como condicionante a disponibilidade de recursos energéticos. Petróleo e eletricidade se constituem a partir de então nos dois polos em torno dos quais passariam a gravitar suas preocupações. Mais tarde, como resultado do lento amadurecimento político, chega à conclusão de que não se pode deixar exclusivamente a cargo da iniciativa privada e ao livre jogo dos interesses particulares a tarefa de promover o desenvolvimento nacional. Esta deve ser, em países como o Brasil, missão precípua do Estado, como incentivador, investidor e controlador de empreendimentos básicos nos mais diversos setores da atividade econômica".

LIMA, Medeiros - Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a luta pela emancipação: um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 10.

Como Soares Pereira, muitos outros funcionários do Estado tiveram a mesma evolução. Foram gerações de administradores públicos, com uma espécie de consciência cívica, que os separa radicalmente dos "tecnocratas" dos dias que correm.

tatais. (26)

É fato que grupos privados nacionais participaram dos debates da maioria desses empreendimentos. Mas não os inspiraram e tampouco as soluções encontradas conformaram-se sempre a seus interesses. Os casos mais conhecidos da siderurgia e do petróleo são disso um exemplo claro. Como o são dos limites concretos da capacidade de iniciativa do Estado.

A "questão siderúrgica" foi objeto de um debate antigo, que precedeu de muito a Revolução de 30. Em torno do suposto projeto de Nicolau Farquhar, aventureiro inglês sem nenhum respaldo financeiro internacional, manifestaram-se na década dos vinte, interesses diversos: dos pequenos produtores de aço nacionais, dos produtores de carvão, do Estado de Minas Gerais, do próprio Farquhar. Tratava-se, entretanto, de uma discussão que não envolvia a criação da grande siderúrgica, quer pela capacidade de produção proposta, quer pela tecnologia a ser utilizada. Pensava-se no emprego de carvão vegetal e em uma dimensão de planta que não ultrapassava a da Companhia Belgo-Mineira, já existente. Debatiam-se, pois, propostas que se situavam no nível das necessidades imediatas do parque fabril brasileiro de então. Quando não se tratava apenas de exportação de minérios, a que se reduzia, em última instância, a parte viável dos mirabolantes projetos de Farquhar.

Durante os períodos dos governos provisório e constitucional, a questão continuou posta nos mesmos termos, ainda que o debate ganhasse novo foro, através das comissões corporativas organizadas por iniciativa governamental.

- (26) A Fábrica Nacional de Motores foi criada conforme os planos de uma comissão organizada em 1940, com o objetivo de produzir, durante a guerra, motores de avião e, posteriormente, tratores, geladeiras, etc. Converteu-se, porém, em oficina de revisão e acondicionamento de motores para companhias de aviação e fabricante de caminhões pesados. A Companhia Nacional de Alcalis, criada por lei em 1942, começou a funcionar em 1944, produzindo barrilha e soda cáustica. Foi organizada na forma de empresa mixta, tendo como acionista majoritário o Instituto Nacional do Sal. A Companhia Vale do Rio Doce, destinada à extração de minério de ferro, foi fundada em 1942, quando em virtude dos acordos de Washington as propriedades da Itabira passaram às mãos do Estado.

Neste contexto, colocaram-se as propostas dos grupos privados nacionais, caracterizadas todas pelo porte reduzido dos empreendimentos e pelas demandas elevadas de financiamento governamental. Assim, em agosto de 1934, o industrial Lage apresentou projeto de uma siderúrgica com capacidade produtiva de 36.000 t. por ano. O Estado financiaria a totalidade do capital inicial investido e daria garantia de mercado. Quatro meses depois, Siciliano propôs a formação de um consórcio das seis maiores empresas brasileiras de aço, para a instalação de um empreendimento de porte semelhante ao proposto por Lage, generosamente garantido pelo Estado. Não partiria dos industriais brasileiros qualquer proposta que apontasse para a criação da grande siderúrgica, com tecnologia moderna.

Com o Estado Novo, ocorreu uma reviravolta, através de um complicado processo de discussão que se deu, com participação militar crescente, em vários organismos corporativos, -- Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho Federal do Comércio Exterior, Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico, Comissão Executiva do Plano Siderúrgico -- e no Conselho de Segurança Nacional. Nestes locais, baralhavam-se as mais diversas propostas, envolvendo a participação do estado, dos industriais nacionais e de capitais privados internacionais.

A solução final -- um empreendimento estatal financiado com recursos do Eximbank e fontes estatais várias de financiamento interno -- foi gerada no calor dos debates e em função das oportunidades de financiamento externo que concretamente se abriam ao país. Não resultou pois de uma decisão a priori favorável ao controle estatal e à não participação de recursos privados nacionais ou estrangeiros. Revelou-se a única solução viável, dada a disposição -- essa sim de antemão definida -- de implantação da grande siderurgia. (27)

(27) Como se sabe, o projeto de associação com a U.S. Steel fracasou pela retratação desta empresa. De outra parte, é sobejamente conhecido que a concessão de créditos oficiais do Eximbank deveu-se primordialmente a considerações de ordem política e estratégica, por parte do governo norte-americano. Sobre a questão siderúrgica ver: WIRTH, John D. A Política do Desenvolvimento na era de Vargas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973, pp. 73 a 103. LIMA, Medeiros. op.cit., passim. MARTINS, L. op.cit., pp. 194 a 337

Neste processo, os industriais brasileiros do aço, incapazes de assumir a gigantesca tarefa, não definiram sequer os rumos da discussão da qual participaram.

Diversos foram os ingredientes do "problema do petróleo" e outra foi a evolução dos acontecimentos.

Nos anos iniciais da década de 30, a discussão sobre o petróleo não tinha a mesma projeção da questão siderúrgica, ainda que colocada nos termos limitados anteriormente expostos. Desconhecia-se a existência dessa riqueza mineral em solo brasileiro até a descoberta do primeiro poço em Lobato, em 1939. Os produtos refinados eram vendidos ao Brasil por um oligopólio de cinco companhias estrangeiras, entre as quais sobressaiam-se a Standard Oil de New Jersey e uma subsidiária da Royal Dutch Shell.

A prospecção dedicavam-se o Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria da Fazenda, substituído, em 1934, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e exploradores independentes, como Monteiro Lobato. Eram, contudo, esforços de alcance modesto, limitados ambos pela falta de recursos e equipamentos escassos e obsoletos. Neste nível, estalou o primeiro conflito sobre o petróleo de larga repercussão pública mas de pouca importância real. Empolgado com a possibilidade de organizar uma companhia particular de prospecção, financiada no mercado de ações, Lobato desenvolveu ruidosa campanha contra as disposições do Código de Minas (1934) que reservava aos nacionais a propriedade das riquezas minerais do solo e sub-solo e impunha o assentimento prévio do DNPM para a compra, prospecção e exploração dos recursos minerais do país.

De outra parte, já em meados da década começaram a surgir as primeiras refinarias privadas em território nacional, estimuladas pela grande disparidade de tarifas a incidir sobre o petróleo cru e os produtos refinados. Tratavam-se, todavia, de empreendimentos de pequena monta e de reduzida capacidade de refino, destinados a suprir mercados bem restritos. De outra coisa não cogitava a livre iniciativa nacional.

O problema do petróleo foi colocado como problema nacional, a requerer uma solução em grande escala ainda uma vez pelos militares, sob o influxo das considerações da segurança nacional.

Em 1936, o então coronel Horta Barbosa enviava ao Ministro da Guerra um memorando interno onde denunciava a penetração das companhias estrangeiras "pelos menores recantos de nossa pátria" e argüia que o Brasil permaneceria militarmente fraco enquanto fosse totalmente dependente do petróleo estrangeiro. Dois anos depois, já promovido a subchefe do Estado-Maior advogava o monopólio estatal do petróleo, sempre em nome da defesa da nação.

Colocado o debate nestes termos, começaram a surgir inúmeras propostas a espelhar as concepções conflitantes de grupos militares e administradores públicos, de empresários nacionais, de governos estaduais, por interposta pessoa, das companhias petrolíferas internacionais.

Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, sob a presidência de Horta Barbosa e, sob sua inspiração direta, promulgado o decreto-lei nº 395 que considerava de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo e tornava competência exclusiva do governo federal autorizar, regulamentar e controlar a produção, importação, refino, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e derivados. O refino deveria ficar em mãos nacionais, sendo concedido um prazo de seis meses para que refinarias se adequassem à nova legislação. O Conselho Nacional do Petróleo, pôs-se a rever todas as concessões para refinação e perfuração de poços e assumiu o controle do DNPM, quando da descoberta da jazida de Lobato, declarando o recôncavo baiano reserva de interesse nacional.

Paralelamente, o CNP começou a estudar a unificação das 35 tarifas diversas que incidiam sobre os combustíveis, em pontos diversos do território nacional, resultando no estabelecimento, em 1940, do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, cujos recursos seriam utilizados para expansão do sistema rodoviário.

No curso do debate, foi se cristalizando o projeto de Horta Barbosa e seus correligionários: estabelecer o monopólio estatal do refino, através de uma grande empresa e utilizar os recursos obtidos na prospecção. Contra ele levantaram-se os interesses dos fornecedores estrangeiros e de grupos privados nacionais que, sós ou associados a governos estaduais (Rio de Janeiro e Bahia) propunham-se a construir refinarias, cuja capacidade de pro-

dução variava de 4.000 a 10.000 barrís diários.

Foi uma guerra sem vencedores. O recurso a financiamento externo oficial, a semelhança do que propiciara a implantação da siderúrgica, foi tentado sem êxito. Eram fortes as pressões das companhias petrolíferas e inexistente o interesse do governo norte-americano em promover tal iniciativa. Com sua capacidade de ação progressivamente limitada, sem recursos próprios para a construção da refinaria estatal, o CNP, ficou num beco sem saída. De mais a mais, seus esforços foram crescentemente canalizados para medidas de racionamento, impostas pela crise de combustíveis resultante da guerra.

Todavia, o CNP conseguiu impedir a realização de todos os outros projetos colocados à mesa de discussões. Como observa Luciano Martins, o monopólio estatal não foi constituído, mas a iniciativa privada viu barrado seu acesso ao setor de refino. Aparentemente derrotado, Horta Barbosa renunciou em 1943. A solução do problema do petróleo teria de aguardar quase uma década. (28)

O caso do petróleo é, em muitos sentidos, exemplar. Deixa patente que a iniciativa do equacionamento da questão não coube aos empresários privados e, sim, a segmentos da burocracia militar e civil. Estes fixaram a escala em que se havia de dimensionar o empreendimento e a direção em que se havia de buscar a sua implementação. A iniciativa privada não pode utilizar o Estado para realizar seus fins. Ao contrário, teve suas possibilidades de ação fixadas e restringidas por imposições estatais. Porém, os interesses burgueses nacionais e, sobretudo, o das grandes companhias petrolíferas estrangeiras estabeleceram, por seu turno, limites também muito concretos à capacidade de ação autônoma da burocracia pública. Ela foi capaz de formular o projeto de um grande empreendimento estatal com controle monopólico da prospecção e do refino de petróleo, em flagrante oposição aos interesses constituídos. Mas não teve como levá-lo a prática, frente a impossibi

(28) Sobre esta questão ver:

MARTINS, L. - op.cit., pp. 338 a 472

WIRTH, J.D. - op.cit., pp. 113 a 138

COHN, Gabriel - Petróleo e Nacionalismo. São Paulo, DIFEL, 1968, nassim.

lidade de contar com financiamento externo e à precariedade das fontes de recurso próprias.

Com efeito, a exiguidade de recursos a disposição de um Estado, cujo projeto industrializante não expressava diretamente os interesses da burguesia industrial, constituir-se-á gradativamente no problema central das autoridades governamentais. Os expedientes para solucioná-lo, na conjuntura da guerra, serão em boa medida responsáveis pelo progressivo distanciamento entre o Estado e as frações de classe dominantes. A crise do regime virá como consequência.

É conhecido o empenho do governo Vargas para não se definir face aos dois blocos de nações em guerra, assim como as vantagens que procurou tirar dessa proposital indefinição. Todavia, no início dos anos 40, suas margens de manobra já eram bem estreitas.

Os esforços por diversificar os mercados para os produtos de exportação brasileiros, através do comércio de compensação com a Alemanha, foram frustrados ante o fechamento do mercado germânico em 1939. (29) Assim, em 1941, o Brasil dependia fundamentalmente dos Estados Unidos para colocar seus produtos e para adquirir as mercadorias importadas. Dizia o Relatório do Banco do Brasil:

"Outra característica do nosso comércio exterior, em 1941, foi sua nova distribuição geográfica, decorrente da guerra. Realmente, a contribuição do continente americano, revelou-se, no último ano, de extraordinária predominância, pela compra de 5.077.000 contos de réis de um total de 6.729.000, e venda de 4.597.000 contos, de um total de 5.514.000. As percentagens de nossas exportações para os continentes se representaram por 75,4% para a América, 16,8% para a Europa, 6,4% para a Ásia, 1,3% para a África, 0,1% para a Oceania". (30)

É preciso lembrar que entre as importações figura-

(29) Para uma análise detalhada das tratativas do comércio de compensação ver: WIRTH, J.D. op.cit., pp. 3 a 51.

(30) BANCO DO BRASIL. Relatório (apresentado à Assembléia Geral de Acionistas, abril, 1942). Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1942, n. 26.

vam não só matérias primas e equipamentos necessários à atividade das indústrias privadas e aos empreendimentos estatais, como também material bélico tão reclamado pelas Forças Armadas. E por este lado, a dependência brasileira com relação aos Estados Unidos era total e levava ao estabelecimento de laços de interesse e solidariedade cada vez mais fortes. (31)

Em dezembro de 1941, em consequência do ataque a Pearl Harbour, os Estados Unidos declaravam guerra às potências do Eixo. A 28 de janeiro de 1942, no encerramento da III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizado no Rio, o Brasil rompia relações com aquelas nações. Em março, o Ministro da Fazenda assinava, em Washington, acordos de cooperação econômica visando a "auxiliar economicamente os nossos aliados e garantir não só o escoamento da produção mas também o consumo de combustíveis e matérias primas, seriamente ameaçados pelos acontecimentos mundiais". (32)

(31) A 24 de julho de 1941, era assinado o acordo regulando as atividades da Comissão Mixta Brasil-Estados Unidos de Oficiais de Estado-Maior que estipulava:

1. O Brasil prometia ajudar a defesa comum do continente; 2. O Brasil prometia construir bases aéreas e navais e permitir sua utilização por outras repúblicas do continente; 3. O Brasil prometia organizar a defesa de seu litoral; 4. Os Estados Unidos prometiam empregar suas forças armadas para auxílio do Brasil em caso de ataque de nações não americanas; 5. Os Estados Unidos prometiam auxiliar o Brasil na obtenção de armamentos, assim como fornecer os técnicos militares que o país necessitasse.

A 19 de outubro do mesmo ano, depois de longas tratativas era assinado em Washington o acordo de Empréstimo e Arrendamento em virtude do qual os Estados Unidos se comprometiam a transferir ao Brasil armamentos e munições de guerra, no valor total de 100 milhões de dólares.

Cf. SILVA, Hélio. 1942 - Guerra no Continente. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, pp. 66-67 e 275 a 284.

(32) Conhecidas como os "Acordos de Washington" as tratativas de Souza Aranha envolveram:

1. Crédito e fornecimento de material bélico; b) crédito e fornecimento de material para o desenvolvimento da produção de borracha, inclusive o saneamento das zonas de exploração; c) desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios do norte e nordeste; d) crédito e fornecimento de material para a exploração de minérios de ferro, passando as propriedades mineiras da Companhia Inglesa de Itabira à propriedade do governo brasileiro.

Cf. MINISTÉRIO DA FAZENDA - Relatório (exercício de 1942) Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944, pp. 81 a 93.

Estava definida a posição do Brasil. Para sua participação no conflito faltava um passo, finalmente dado, em 31 de agosto de 1942, com a declaração de guerra às nações do Eixo. (33)

A partir de então inaugurou-se uma nova fase no relacionamento entre o Estado e as classes dominantes.

Em primeiro lugar, aumentou assustadoramente o controle estatal sobre a iniciativa privada. Seu instrumento foi a poderosa Coordenação da Mobilização Econômica, criada pelo Decreto-Lei nº 4.750 de 28 de setembro de 1942, com o objetivo de mobilizar todos os recursos econômicos do país para o esforço de guerra.

Suas atribuições eram das mais extensas e permitiam verdadeira tutela do Estado sobre o conjunto da atividade econômica do país. Cabia à Coordenação: 1. orientar a produção da agricultura, pecuária e indústria em função das prioridades nacionais; 2. controlar todo movimento de importação e exportação, através da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) do Banco do Brasil; 3. coordenar os transportes; 4. planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia; 5. intervir no mercado de trabalho, dispondo sobre a utilização da mão-de-obra; 6. controlar os preços de todas as mercadorias, proibindo sua venda fora dos limites fixados; 7. fixar ou limitar as quantidades de qualquer mercadoria a ser vendida e de qualquer serviço prestado ao público; 8. baixar normas para o exercício das atividades da administração pública e das entidades privadas, assumindo a direção dessas quando necessário; 9. promover a aquisição de materiais e equipamentos necessários à expansão ou instalação de novas atividades industriais, requisitar mercadorias e serviços, promovendo sua distribuição. "Executar", enfim, "todos os atos necessários e próprios à salvaguarda do interesse popular e ao maior

(33) Uma boa descrição dos acontecimentos do período pode ser encontrada em SILVA, H. Op. Cit.

rendimento das utilidades e recursos econômicos". (34)

As chamadas classes produtoras tinham representantes no conselho consultivo da Coordenação, mas grande poder era concentrado nas mãos do coordenador, função sucessivamente desempenhada pelo ex-tenente João Alberto Lins e Barros, João Carlos Vital e pelo general Anápio Gomes.

Inexistem estudos que permitam aquilatar em que medida a Coordenação efetivamente dispôs de fato do poder que a lei lhe conferia e, mais, como se processou seu relacionamento concreto com os interesses constituídos. Sem embargo, é lógico supor que os proprietários privados, do campo e da cidade, não deviam ver com bons olhos tamanhos poderes concentrados em mãos de militares e burocratas, que publicamente condenavam o "lucro exorbitante", quando qualquer cidadão de bom senso sabe que o lucro é sempre a justa remuneração do capital.

Com efeito, já na exposição de motivos, na qual o Departamento Administrativo do Serviço Público encarecia a necessidade de um organismo coordenador do esforço econômico de guerra, encontra-se a seguinte alegação, capaz de tirar o sono do mais pacato homem de negócios:

"21. A par disso, porém, o órgão aludido deverá como acima foi dito, prevenir e remediar perturbações na economia interna, defendendo as classes produtoras e trabalhadoras do país, e, especialmente, salvaguardando o bem estar do povo brasileiro. Realmente, a ação do Governo neste sentido não pode tardar mais. Após a eclosão do conflito armado, como que pela sua trepidação, partiram-se, por atrito, os grilhões que prendiam a ambição desenfreada de certas classes. A alta dos preços dos próprios gêneros de primeira necessidade fez-se notar timidamente, a princípio, para adquirir, já agora, proporções alarmantes. Não há lucro que satisfaça, nem proveito que con-

(34) Cf. D.L. nº 4.750, de 28.09.1942. Para uma descrição dos seus principais setores ver CORREIA, Algenyr dos Santos e NOGUEIRA, Rosa Maria E. - "A intervenção do Estado no domínio econômico: o caso da Coordenação da Mobilização Econômica". DADOS. Rio de Janeiro, IUPERJ, (13), 1976: 134-150.

tente.

"22. Esta situação reclama do Governo uma ação imediata, que ponha para deixo a ganância sem limite dos aproveitadores". (35)

As classes produtoras sempre dispensaram de bom grado esse tipo de "defesa".

Mas, não pararam aí as medidas que abalariam sua confiança no Governo.

A continuidade dos grandes projetos estatais, o esforço de guerra -- e o atendimento ao setor privado -- requeriam, na verdade, um Estado financeiramente melhor equipado. O empenho por levá-los adiante teve como consequência um aumento brutal do déficit orçamentário, em 1942, como se pode observar pelos dados apresentados a seguir:

QUADRO IV

GOVERNO FEDERAL: EVOLUÇÃO DO DEFICIT ORÇAMENTÁRIO

	Índice	Variação Anual %	Valor CR\$ 1000
1937	100		971,5
1938	88	- 12	855,7
1939	56,9	- 35,3	552,8
1940	66,8	17,3	649,3
1941	85,9	28,5	835,0
1942	154,6	79,9	1502,2
1943	53,2	- 65,5	517,3
1944	9,0	- 83,0	88,1
1945	122,9	1265,0	1194,2

Fonte: VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W.-op.cit., p.56.

(35) COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA - Economia de Guerra no Brasil. Rio de Janeiro, Coordenação da Mobilização Econômica s.d.p., vol. I, p. 17.

Providências urgentes faziam-se necessárias. Elas assumiram a forma de um elenco de medidas tendentes a aumentar os recursos da União e que significavam seja um incentivo a inflação seja um aumento dos ônus do setor privado.

Recorreu-se a emissão do papel moeda com a consequente elevação dos meios de pagamento, que chegou a atingir 51,8% em 1943, com notório impacto sobre a elevação geral dos preços, conforme se vê:

QUADRO V

Ano	Papel moeda emitido			Meios de pagamento			Preços Internos	
	Valor CR\$.. 1.000,00	Índi ce	Varia ção Anual %	Valor CR\$.. 1.000,00	Índi ce	Varia ção Anual %	Índi ce	Varia ção Anual %
1937	4.550	100	-	9.478	100	-	100	-
1938	4.825	105	5	11.902	125.5	25.5	99.4	-0,6
1939	4.971	109.2	4	11.233	118.5	- 5.5	97.2	-2.2
1940	5.185	113.9	4.3	11.568	122	2.9	102.2	5.1
1941	6.647	146	28.1	14.024	147.9	21.2	114.9	12.4
1942	8.238	181	23.9	18.726	197.5	33.5	127.5	10.9
1943	10.981	241.3	33.3	28.437	300	51.8	156.6	22.8
1944	14.462	317.8	31.7	35.709	376.7	25.5	178	13.6
1945	17.535	383.3	21.2	41.489	437.7	16.1	222.6	25.0

Fonte: VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. - op.cit., pp.412-413 e p.425.

Como o objetivo de cobrir os gastos com a guerra e, ao mesmo tempo, manter a inflação em proporções manejáveis, o governo lançou, em outubro de 1942, o Plano de Financiamento da Guerra. Consistia ele na emissão de Obrigações de Guerra, num montante de tres milhões de contos, com juros de 6% ao ano, a serem

compulsoriamente inscritas por quem pagasse imposto de renda, por pensionistas e funcionários públicos. No caso destes dois últimos seriam recolhidos mensalmente 3% de seus salários em troca das obrigações. Já os contribuintes do imposto de renda teriam que aplicar em obrigações de valor igual ao imposto devido. Com o objetivo de antecipar a receita proveniente das Obrigações, o governo autorizou a emissão de um milhão de contos de reis de Letras de Tesouro, ao prazo máximo de 180 dias, a serem vendidas aos bancos comerciais e passíveis de serem descontadas na Carteira de Redesconto. (36)

Ainda empenhado na ampliação dos recursos à disposição do Estado, o governo empreendeu, também em 1942, a alteração de legislação do imposto de renda, que elevou dramaticamente a tributação das pessoas físicas e jurídicas. O aumento dos recursos obtidos por essa via -- e pelas principais formas de tributação indireta -- pode ser observada no quadro a seguir:

(36) Cf. CANO, Wilson e CINTRA, Luis Carlos - Algumas medidas de Política Econômica relacionadas à industrialização brasileira (1874-1970), Campinas, IECH-DEPE, 1975, (mimeo) p. 60.

Ao que tudo indica o efeito da emissão das obrigações, como mecanismo de controle de inflação, foi de pouca monta, dada a lentidão da absorção dos recursos por essa via. Tal fato acarretou, pelo contrário um aumento do meio circulante.

Cf. BANCO DO BRASIL - Relatório (apresentado à Assembléia Geral de Acionistas, abril, 1946). Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1946, p. 40.

QUADRO VI

ANO	Imposto de Importação		Imposto de Consumo		Imposto de Selo		Imposto de Renda	
	Índice	Variação Anual (%)	Índice	Variação Anual (%)	Índice	Variação Anual (%)	Índice	Variação Anual (%)
1937	100		100		100		100	
1938	89	-11	127	27	100	0	124	24
1939	87	-2.2	154	21.2	115	15	141	13.7
1940	168	93	157	1.3	122	6	181	28.3
1941	90	-46	177	12.3	148	21.3	236	30.3
1942	57	-36	187	5.6	189	27.7	439	86
1943	50	-12.2	232	24.0	254	34.3	666	51.7
1944	76	52	291	25.4	325	27.9	915	37.3
1945	87	14.4	424	45.7	379	16.6	1060	15.8

Fonte dos dados para cálculo de índices:

VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. - op.cit., pp. 419 e 421.

Finalmente, a medida em que a situação se agravava em virtude do esforço bélico, o Governo decretou, em janeiro de 1944, um novo tributo, que já por seu nome não podia ser bem recebido pelos homens de negócio: o Imposto sobre Lucros Extraordinários. Ainda que o Ministro Souza Costa o apresentasse como uma forma de transferir recursos do setor agrícola para o setor industrial, é pouco provável que os empresários fabrís houvessem recebido com entusiasmo o suposto benefício, já que eles deviam pagar agora pela possibilidade de suprir-se de equipamento quando a CEXIM quizesse e nosso comércio internacio-

cional permitisse. (37)

Em resumo, de um lado o controle estatal sobre a atividade produtiva privada, além de se ter tornado mais férreo e extenso, foi executado por militares pouco identificados com os interesses e preocupações das "classes produtoras". De outro, estas foram progressivamente forçadas a pagar para que o Estado pudesse fazer frente aos requerimentos da guerra e persistir na tentativa de criação da indústria básica. Do ponto de vista da classe dominante, a situação tornou-se dia a dia mais incômoda.

É hora de retornar às relações entre o Estado e as principais frações de classe dominantes e verificar como, os grupos industriais e aqueles vinculados à economia exportadora cafeeira, foram atingidos pela ação governamental, na nova conjuntura.

A política governamental para o setor cafeeiro, entre 1942 e 1945, manteve as características básicas e o sentido daquela implementada na primeira fase do Estado Novo: utilizar o sistema de três quotas (38) para manter sem estimular a economia do café e, principalmente, defender a capacidade para importar.

Todavia, circunstâncias de ordem interna e externa contribuíram para uma melhora da situação de conjunto da economia cafeeira. De um lado, fortes geadas, em 1942, afastaram o fantasma da superprodução. Efetivou-se, assim, o chamado "equilíbrio estatístico" entre oferta e demanda do produto, ainda

(37) Incidindo sobre todos os tipos de estabelecimento o imposto consistia numa porcentagem sobre o valor que excedesse em 100% ou mais a média dos lucros obtidos em dois anos, entre 1936 e 1940, a escolha do contribuinte. A percentagem variava de 25% a 50% na razão direta do montante do lucro excedente. Podia ser pago ao Estado ou utilizado na compra de "Certificados de Equipamento" e "depósitos de garantia", com os quais poderiam adquirir no exterior maquinaria industrial, quando assim o permitisse nossa balança comercial.

A íntegra do decreto está publicada em:

CARONE, E.- A Terceira República (1937-1945), pp. 191 a 196.

(38) Para mais detalhes ver:

PELAEZ, C.M.- op.cit., pp. 131 a 137

que significassem a ameaça de ruína de muitos produtores individuais. De outro lado, o Acordo Interamericano do Café, estipulando quotas e fixando preços acima dos que seriam obtidos no mercado livre, e o acordo realizado, em outubro de 1942, entre Brasil e Estados Unidos, (39) garantiram um incremento substancial das rendas do setor exportador a despeito da redução do volume exportado. (40)

Contudo, apesar desse quadro mais animador, permaneciam tensas as relações entre os grupos ligados ao café e o Governo, cuja política de sustentação nem sempre atendia seus reclamos. Se é verdade que os cafeicultores foram satisfeitos com a abolição da quota de sacrifício, em 1944, não conseguiram que o DNC concordasse em financiar pelos custos de produção o conjunto da safra de 1942-43, atingida pelas geadas. Se é verdade que a CREA foi generosa no financiamento direto aos produtores, estes nem por isso sentiram-se menos incomodados por haverem perdido o comando da política cafeeira. Se é verdade que melhoravam os seus negócios, não deixavam de ver que outros setores prosperavam mais, bafejados pelo amparo governamental.

Por tudo isso, o aumento do valor das exportações não tranquilizou as frações de classe vinculadas a economia exportadora cafeeira. Mas, tornou-as mais confiantes para protestar e exigir que seus interesses fossem melhor contemplados.

Assim, em julho de 1944, o VI Congresso da Lavourea, entre outras medidas de amparo à cafeicultura -- e a outras atividades do agro -- pedia:

"1º) Aliviar a agricultura do peso de impostos diretos ou indiretos, in

(39) Como o transporte do café brasileiro aos Estados Unidos fosse muito prejudicado pela entrada dos dois países na guerra, foi firmado em outubro de 1942, um acordo entre os dois países. Por ele, os Estados Unidos se comprometiam a comprar, através da Commodity Credit Corporation, posteriormente substituída pela United States Commercial Co., toda a parte da quota brasileira estipulada pelo Acordo Interamericano do Café, que o país não conseguisse exportar. Idem, Ibidem, pp. 121 a 124

(40) Confrontar QUADRO II deste capítulo.

clusive os decorrentes da proteção alfandegária do comércio e da indústria, quando decorrentes do artificialismo industrial (...)

3º) Extinção do Departamento Nacional do Café demasiadamente oneroso para a cafeicultura e que, atingindo o equilíbrio estatístico, não se justifica mais, transformando o aparelho em organismo mais simples, no Ministério da Fazenda, deliberativo composto de representantes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Paraná, para efeito da unidade nacional da política cafeeira, atribuindo-se aos Estados produtores a execução quanto à circulação, escoamento e consumo de café; ao Banco do Brasil a parte financeira; aproveitados os funcionários a que assistam direitos de estabilidade, em repartições federais". (41)

Nos dois congressos seguintes, realizados em 1945, a mesma posição era reiterada.

Não podiam falar mais claro os senhores do café! Recusavam-se a "financiar" a prosperidade da indústria e a atividade do Estado. Exigiam o fim da intervenção estatal na política cafeeira. Queriam que o Estado pagasse as contas mas lhes devolvesse a iniciativa e o poder de deliberação.

Da luta contra a ingerência estatal na política cafeeira à condenação do intervencionismo do Estado em geral o caminho era curto e fácil, sobretudo quando as frações da burguesia cafeeira tiravam tão pouca vantagem do controle estatal sobre a atividade econômica. A oposição ao regime que facilitava -- e quanto! -- a prática intervencionista foi o passo seguinte, tendo o liberalismo como bandeira.

Não que se cogitasse da não ingerência do Estado no terreno econômico. Desde o Convênio de Taubaté a burguesia cafeeira sabia que não era capaz de sobreviver sem uma ação estatal reguladora. Mas, era preciso definir o âmbito e o sentido dessa ação. E, sobretudo, era preciso, de novo, capturar o Estado. O princípio liberal abstrato surgia assim como bandeira con-

(41) CARONE, F. - A Terceira República (1937-1945), p. 267

tra o intervencionismo concreto do Estado industrializante. E o regime liberal como instrumento mais adequado para lutar pelo controle do mecanismo de governo.

No bojo dessa questão maior, inseria-se, também, a busca da redefinição do peso relativo que indústria e economia exportadora deveriam ter na orientação da política econômica.

Como veremos mais adiante, as frações de classe ligadas à economia cafeeira não foram a vanguarda da luta contra o regime ditatorial, mas ajudaram a solapá-lo, quando as condições tornaram-se mais propícias à contestação política.

Já o relacionamento do Estado com as frações burguesas industriais há que ser pensado a partir de um complexo quadro de fatores.

De um lado, a ação do Estado e a vigência do regime ditatorial permitiram que seus negócios prosperassem e que seus interesses pesassem como nunca nas decisões governamentais.

É inequívoco que a indústria continuou a merecer tratamento privilegiado. Não sofreu, durante o Estado Novo, nenhuma restrição de crédito. (42) Recebeu, quando a guerra se estendeu ao continente americano, incentivos vários para a exportação de seus produtos. Não foi importunada por desagradáveis reivindicações trabalhistas: os sindicatos estavam amordaçados, a agitação política no meio operário submetida a eficiente controle policial. Com a desculpa de participar no esforço de guerra, obteve mesmo a suspensão de muitas das leis de proteção ao trabalho. Inclusive o controle de preços exercido pela Coorde-

(42) "Entretanto, a partir de 1939 a Carteira (de Redesconto) operou em redescontos bancários para evitar qualquer restrição, por mínima que fosse, na assistência às atividades econômicas nacionais, para não restringir empréstimos contraídos especialmente com o mesmo fim ou para incrementar ainda mais o volume dos recursos disponíveis para emprestar às entidades públicas.

"Tendo estas operações provocado emissões sucessivas de papel-moeda do Tesouro Nacional, sem que tivesse havido previamente aumento de produção agravou-se o desequilíbrio econômico do país".

BANCO DO BRASIL - Relatório (apresentado à Assembléia Geral de Acionistas, abril, 1946) Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1946, p. 32.

nação da Mobilização Econômica parece ter atingido menos os produtos industriais do que os agrícolas. (43)

Por outro lado, a representação corporativa possibilitou uma presença nos organismos decisórios, que os grupos industriais jamais conheceram sob os regimes anteriores. Neste sentido, a força política das frações industriais, sem dúvida, aumentara, mesmo que isso não significasse sua transformação em fração de classe dominante e hegemônica.

Em tais circunstâncias, o aumento do controle estatal sobre a atividade produtiva privada, verificado durante o esforço de guerra, por mais incômodo que fosse, não era suficiente para provocar o divórcio entre os industriais e o regime. Mesmo o peso crescente dos tributos, pagos para manter de pé um projeto industrializante com o qual não se identificavam, podia ser suportado em condições normais. Mas as condições não eram normais. Havia a guerra e com ela, uma série de restrições ao bom andamento dos negócios.

O desempenho da indústria, entre 1942 e 1945, foi medíocre quando comparado ao do período imediatamente anterior, e ainda que os estabelecimentos funcionassem a todo vapor, muitos deles durante as vinte e quatro horas do dia. A produção industrial cresceu à taxa anual de 5,4% entre 1940 e 1945, bastante inferior à que se verificou entre 1933 e 1939. As diferenças setoriais podem ser observadas a seguir:

(43) De fato, segundo Anápio Gomes, a C.M.E. foi acusada de "haver tabelado os produtos da lavoura deixando livre os artigos industriais". COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA - Economia de Guerra no Brasil, vol. I, pp. 11-12

QUADRO VII

	1939-1945 %
Indústrias extrativas	
Indústrias de transformação	
Minerais não metálicos	
Metalúrgica	
Material de transporte	
Papel	
Couros e peles	2,5
Borracha	
Óleos e graxas vegetais	
Têxtil	
Calçados	
Produtos alimentares	
Bebidas e Fumo	7,6
Editorial e gráfica	2,3
Construção civil	4,8
Energia Elétrica	7,4
<hr/>	
TOTAL	5,4

Nota: As taxas são calculadas sobre o volume físico

Cf. VILLELA, A.V. e SUZIGAN, M. - op.cit., p. 230

O dados disponíveis sobre a indústria paulista permitem avaliar melhor as dificuldades vividas na fase de participação na guerra. A taxa média anual de crescimento caiu de 7,8% entre 1939 e 1943, para 4,3%, de 1943 a 1945. Para o ramo têxtil as taxas de expansão nos dois períodos foram, respectivamente, 15,9% e -17,4%, enquanto o setor metalúrgico apresentava

um desempenho inverso: 3,4% (1939-43) e 13,6% (1943-45).

A limitação às importações de matérias - primas, máquinas e equipamentos, provocadas pela guerra, foram as principais responsáveis pela quebra do ritmo de expansão industrial. E nesta conjuntura, de crescente dificuldade de suprimento de produtos importados, a indústria privada teve que competir com as importações governamentais de armamentos, mas, também, de insumos e maquinária para os grandes projetos estatais -- o que certamente criou mais de um atrito.

Foi, portanto, em uma situação difícil que o Estado passou a exigir que os industriais pagassem pelo menos parte dos custos do esforço em prol da industrialização pesada. O que significava pedir que os empresários privados renunciassem hoje a parte de seus lucros em nome do progresso industrial futuro. E isso era exigir muito !

Por seu turno, ao mesmo tempo em que se abria a discussão sobre o regime, o governo reafirmava sua disposição de persistir na trilha da industrialização pesada e procurava apoio político entre as forças sociais geradas pela indústria: entre empresários e trabalhadores.

Em 1943, era elaborado o "Plano de Obras e Equipamentos", que deveria dar sequência ao "Plano Especial" de 1939. Com vigência prevista de cinco anos, a partir de 1944, e ele também se apresentava na forma de um orçamento paralelo ao da União, com dotações distribuídas entre vários ministérios, sob a coordenação do Ministério da Fazenda. Nas palavras Mello e Souza:

"O Plano refletia uma evidente conscientização da extrema vulnerabilidade da economia brasileira, com obras de infra-estrutura inadequadas para a integração do mercado interno e com um processo industrial dependente de fornecimentos da indústria básica estrangeira.

Sua ênfase era colocada na execução de obras públicas de infra-estrutura a serem executadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e na criação de indústrias básicas capazes de iniciar a integração do processo industrial brasileiro. Não se indica

como se daria essa integração, com que recursos financeiros e técnicos, nem se explicita das repercussões inevitáveis na dívida externa brasileira".
(44)

Paralelamente ao Plano, que ficou quase que só nas intenções, o governo procurou fortalecer suas bases de apoio políticas, junto aos industriais privados. Com esse fim, constituiu, no Ministério do Trabalho, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, também em 1944. (45) O Conselho reunia figuras representativas da iniciativa privada, como Roberto Simonsen, e técnicos governamentais. Seu objetivo era estudar a política industrial e comercial para o pós-guerra. Na instalação do Conselho, o Ministro Alexandre Marcondes Fº expôs com meridiana clareza a concepção que orientava a iniciativa:

"Assim como no passado, as grandes descobertas marítimas e os inventos tornariam obsoletos os quadros sociais moldados pela experiência medieval, assim nos tempos presentes, a nova realidade vai exigir soluções capazes de exprimi-las e assegurar a cada criatura humana um papel adequado na sociedade. Essa nova realidade está na indústria, compreendida em qualidade e quantidade, como só o mundo moderno a pode conceber, isto é, como u

(44) MELLO E SOUZA, Nelson. - "O Planejamento Econômico no Brasil: Considerações críticas" REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. (4), abr., 1968, pp 60 a 111.

Neste artigo são analisados os aspectos formais do Plano que aparentemente mal chegou a iniciar-se, sendo abandonado quando se instala o regime liberal-democrático no país. Uma de suas consequências foi a constituição da Comissão da Indústria de Material Elétrico (CIME), em 1944. Seu objetivo era a implantação da indústria de material elétrico em larga escala no país, através da criação de uma sociedade de economia mista. A Comissão chegou a produzir um relatório circunstanciado sobre as condições do mercado e a fazer contatos no país e no exterior para a criação da companhia. Suas recomendações foram retomadas no plano SALTE.

(45) Essa interpretação é dada por Rômulo de Almeida, que foi assessor do Ministro Marcondes Fº e membro do CNPIC. Almeida apresenta o plano de Simonsen como "uma jogada política para a continuidade de Getúlio". Cf. "Com o II PND tudo mudou". Entrevista concedida por Rômulo de Almeida. VEJA, São Paulo, 15.9.1976, p.3.

ma forma de organização, segundo seu espírito, seu método, sua técnica, como um novo estilo de vida que atinge, não apenas o domínio da produção, mas envolve toda a vida econômica: as fábricas, os escritórios, a agricultura, a mineração, o comércio, o programa educacional, as chamadas artes liberais, a organização das forças armadas e, até, em último grau, as instituições políticas. A sociedade industrial moderna, como observa Druker, vai fatalmente dominar as formas de organização e de vida engendradas por um mundo pré-industrial irremediavelmente desaparecido". (46)

A atividade do Conselho concentrou-se no diagnóstico da economia brasileira e na elaboração de diretrizes para a política econômica, que se cristalizaram em um relatório intitulado A Planificação da Economia Nacional. Elaborado por Roberto Simonsen, o relatório apontava os pontos de estrangulamento que se opunham à continuidade do processo de industrialização. Concluía pela necessidade de planejamento global, através de um programa cujo núcleo seria a política industrializante, a qual se subordinavam as orientações para os demais setores. (47)

O relatório, que desencadearia a famosa polêmica Gudín-Simonsen, a qual voltaremos mais adiante, significava uma tomada de posição clara face aos destinos econômicos do país. Se levado em consideração, implicaria na subordinação definitiva dos interesses agrários aos requisitos da expansão e diversificação da indústria.

Paralelamente, através do mesmo Ministério do Trabalho, Vargas começava, a partir de 1943, a cortejar também a classe operária.

Ameaçados pelas primeiras contestações liberais ao regime, setores governamentais (48) deslocavam-se em busca

(46) CARONE, E.- A Terceira República (1937-1945), p. 363

(47) SIMONSEN, Roberto C. A Planificação da Economia Nacional, - (Estudos e Anteprojeto). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

(48) Esses setores eram encabeçados pelo Ministro de Trabalho, Marcondes Fg, não por acaso um homem ligado à indústria paulista e fervoroso adepto do regime corporativista.

de apoios sociais, que garantissem a permanência da ordem corporativa. E sintomaticamente o faziam no mundo da indústria. Tudo se passava como se o Estado, antecipando-se uma vez mais às classes, procurasse promover a aliança política entre burguesia industrial e proletariado, em torno do projeto de industrialização.

Essa tentativa frustrou-se. E o regime chegou a seus dias finais precariamente apoiado sobre o movimento sindical operário, enquanto os industriais debandavam.

Ainda que os industriais só abandonassem o barco quando o regime agonizava, é certo que sua desconfiança com relação ao Estado surgira bem antes. Ela nascera, como se viu páginas atrás, tão logo recrudescceu o controle estatal sobre a atividade privada chamada a pagar sua quota para a implantação da indústria básica.

Assim é que no Congresso Brasileiro da Indústria, que em dezembro de 1944 reuniu os representantes do empresariado nacional, aparecia como preocupação importante a necessidade de definir com clareza -- e, portanto, limitar -- o âmbito da intervenção estatal. Euvaldo Lodi, presidente da Associação Industrial do Brasil, resumia a opinião da maioria dos congressistas:

"Ao definir o sentido da planificação no Brasil, no setor das atividades industriais, a Segunda Comissão Especial, encarregada do assunto, fixou conceitos de mais alta relevância, ou seja, o de que sua elaboração deve ser feita à margem do autoritarismo do Estado, que nelas deve colaborar como órgão predominantemente incentivador.

A ação do Estado deve ser, no entender do Congresso, planejadora, suplementiva e auxiliadora. Cabe-lhe menos a autoridade de interferir pelo comando, do que acentuar sua influência no sentido assegurador da permanência do desenvolvimento das atividades produtoras.

O meio legítimo de construir a riqueza pública e de alcançar a prosperidade mundial é o da iniciativa privada, calcada nos princípios de igualdade.

oportunidade para todos e de igualdade perante a lei, com abstenção, pelos Governos, de concorrer com a indústria e o comércio (Muito bem. Aplausos)". (49)

Colocadas em seu contexto, essas palavras ganham todo um conteúdo crítico muito explícito. Pois aí estavam a toda poderosa Coordenação da Mobilização Econômica, o Plano de Obras e Equipamentos, o Imposto sobre os lucros extraordinários e outras iniciativas a indicar que o Estado efetivamente assumia o comando autoritário da atividade produtiva.

Em maio de 1945, reunidos no Congresso de Teresópolis, os industriais voltavam à carga. Iniciavam sua "Declaração de Princípios" afirmando:

"1- Fiéis à sua formação histórica e aos compromissos de política internacional a que a Nação tem dado seu apoio, reconhecem que a ordem econômica brasileira se funda no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, dentro dos preceitos de justiça, atendidas as inelutáveis limitações impostas pelos interesses fundamentais da vida nacional, de modo a garantir a possibilidade de uma existência compatível com a felicidade e a dignidade humana.

2- Esse pensamento não exclui a admissão de um certo grau de interferência estatal, imposto por necessidade comprovada em certos casos limitados, prudentemente contida nos moldes de um largo planejamento de articulação racional das forças produtoras, auxiliando-as, facilitando sua organização e prestando-lhes assistência técnica. Ao Estado caberá uma adequada ação supletiva, extensiva ao campo social, sempre que os empreendimentos necessários ultrapassem o poder, a capacidade, ou a conveniência da iniciativa,

3- Fora desses casos, a intervenção do Estado na economia nacional apenas se justifica nos que se relacionem com a segurança, interna ou externa, ou com o bem comum.

(49) CARONE, E.-A Terceira República (1937-1945), p.319. O grifo meu.

4- Pensam ser preferível a forma indireta de ação do Estado, visando criar condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades produtivas. Nos casos de ação direta, o Estado ouvirá previamente as classes interessadas, atenderá à situação dos consumidores, sempre que possível, dará ao capital particular participação no investimento e na direção". (50)

Proposição tão explícita dispensa comentários.

Os mesmos congressistas afirmavam seu interesse na colaboração do capital estrangeiro e pediam que lhes fossem concedidas todas as garantias. Ao controle estatal, os industriais preferiam a solução que lhes era mais favorável da associação com o capital externo. (51)

Finalmente, já em julho de 1945 a oposição ao intervencionismo estatal incontrolado transformou-se em oposição ao regime estadonovista. Isso ocorreu quando da promulgação da

(50) CARONE, E.- A Terceira República (1937-1945), pp. 341-342.

(51) Estou convencida de que, pelo menos no período que me ocupa é impossível encontrar, de parte do governo ou da fração industrial burguesa, qualquer inclinação mais significativa para o nacionalismo, entendido como propósito de limitar e disciplinar a participação de capitais estrangeiros na economia do país, com vistas a um processo de industrialização nacional e autônomo. Acredito que muito do que se chamou política nacionalista, neste período, disse respeito a dois ordens de fenômenos interrelacionados: o fortalecimento do Estado Nacional e a intervenção estatal na esfera produtiva, particularmente no setor de insumos básicos. Essa observação não nega, obviamente a existência de personalidades civis e militares, vinculadas à burocracia estatal, à atividade privada ou à política, que defendessem posições nacionalistas. Elas certamente existiram, mas não imprimiram sua marca sobre os rumos da política governamental ou sobre as orientações das entidades representativas do empresariado.

"Lei anti-truste" (52) que desencadeia a ira do empresariado brasileiro.

Frente à nova tentativa governamental de multiplicar controles sobre a iniciativa privada, seus representantes esmerneiam e retrucam:

"IV - Em face do exposto, conclue-se que o decreto-lei 7.666, constituindo um impecilho à livre iniciativa e à expansão da produção agrava o encaucamento da vida; entrava a formação de capitais nacionais e a importação de capitais estrangeiros, viola os compromissos internacionais assumidos; perturba a vida das empresas que criam a riqueza do país e estabelece a tutela absoluta de uma comissão governamental sobre seus atos cotidianos. Desaparece a segurança e suprimem-se os meios de defesa. Criam-se males maiores do que os que se tentavam evitar.

Essas são as conclusões a que chegaram as classes produtoras do país.

A seu ver, assunto tão relevante e complexo, só poderia ter solução satisfatória através de um Parlamento onde, representados todos os matizes da opinião pública, fosse possível colher a média do pensamento nacio-

(52) Também conhecido como "Lei Malaia", o D.L. nº 7.666, de 22 de junho de 1945, definia como "atos contrários à economia nacional": os acordos entre empresas para fixar preços, estabelecer controle monopólico do mercado, bem como as incorporações ou fusões de empresas com este mesmo fim; a aquisição de empresas ou propriedades urbanas e rurais, em proporção superior às necessidades da produção; a paralização de empresas que resultassem em desemprego e elevação de preços. Nesses casos, a lei previa a possibilidade de intervenção estatal, realizada pela Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), criada para dar cumprimento a esse mesmo dispositivo legal. O decreto definia também os atos "nocivos ao interesse público" passíveis de punição ainda mais drástica: a desapropriação paga em títulos do Tesouro. Eram considerados nocivos ao interesse público o mesmo tipo de atos anteriormente definidos quando envolvessem indústrias bélicas, básicas, empresas editoriais, jornalísticas, de rádio e teledifusão e de divulgação e publicidade; quando delas participassem empresas estrangeiras ou empresas nacionais vinculadas a trustes ou cartéis internacionais.

A íntegra do decreto pode ser encontrada em:

CARONE, E.- A Terceira República (1937-1945), pp. 197 a 203.

nal nitidamente expressa". (53)

Observada a cronologia desses pronunciamentos sucessivos, torna-se claro que o deslizamento dos industriais para a oposição acompanhou com atraso o processo de desagregação do regime. Pressionaram dentro da ordem, tentando definir as regras que adequassem a intervenção estatal a seus interesses, sem provocar grandes abalos políticos. Neste sentido, não foram os propulsores do estabelecimento de um Estado de direito. Apoiaram sua instalação quando esta já se tomara uma tendência inelutável.

Mas, por outro lado, não se pode negar que seu progressivo distanciamento do Estado foi um elemento importante na crise política que submergiu o regime ditatorial.

Concluindo: os fundamentos da crise do regime não de ser buscados na crescente oposição das principais frações de classe dominantes -- burguesia exportadora cafeeira e burguesia industrial -- à um Estado que avançava à revelia delas pela senda da industrialização pesada.

Os agro-exportadores, mal e mal atendidos durante o Estado Novo, levantaram a cabeça assim que uma conjuntura internacional mais favorável permitiu a melhora de seus negócios. Quando começaram a ganhar logo lhes veio o desejo de ganhar mais. Para isso, tinham que sacudir o peso de um Estado que, não sendo o seu, colocara-os em posição secundária.

Os industriais, beneficiados durante o Estado Novo, não se conformaram quando, numa situação menos propícia a seus negócios, se lhes exigiu que se sacrificassem um pouco pelo progresso industrial da Nação. Começaram a sentir o peso de um Estado, que também não era o seu, mesmo que os protegesse e amparasse.

A burocracia estatal viveu os limites de sua autonomia. Avançara à frente das classes: definira a indústria básica como meta prioritária. Cumprira-a só em parte, mas já o suficiente para tornar a industrialização um processo inelutável, ainda que difícil e cheio de tropeços. Não pode seguir mais a

(53) CARONE, E.- A Terceira República (1937-1945), pp. 376-377. O grifo é meu.

frente ao esbarrar nos interesses concretos das frações dominantes. Por dar forma a um Estado tão autônomo, o regime era muito forte e muito fraco.

Entretanto, burguesia industrial e burguesia exportadora cafeeira não deram-se as mãos para fazer frente ao Estado e mudar o regime. Os interesses concretos que levavam nas a enfrentá-los não eram os mesmos e, inclusive, se opunham.

Os pontos centrais desse conflito estão sintetizados na famosa polêmica sobre os rumos da economia brasileira no após guerra, travada, em 1944 e 1945, por Roberto Simonsen e Eugênio Gudín. Sua importância reside, precisamente, na representatividade social das posições assumidas por esses dois "intelectuais orgânicos" das frações mais significativas das classes dominantes. (54)

Chamado a opinar sobre os princípios fundamentais que deveriam nortear a evolução econômica futura do país, Simonsen apresentou ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, um sucinto parecer, que daria origem ao debate.

Apoiado no Relatório da Missão Cook (55) diagnosticou os males da economia nacional: escassez de combustíveis e consequente dependência da importação de petróleo e carvão mineral; insuficiência do sistema viário nacional; carência de energia elétrica; atraso da indústria metalúrgica, especialmente a do aço; atraso da indústria química pesada; carência de equipamentos industriais; obsolescência da maquinária fabril; falta de

- (54) A íntegra do debate está contida nos textos seguintes:
- SIMONSEN, R. - A Planificação da Economia Nacional. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1945.
- O Planejamento da Economia Brasileira. Réplica ao Sr. Eugênio Gudín, na Comissão de Planejamento Econômico. São Paulo, s.c.p., 1945.
- GUDIN, E. - Rumos de Política Econômica. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert Ltda., 1945.

- (55) Refere-se a missão norte-americana chefiada por Morris L. Cook, que visitou o Brasil em 1942. Composta por peritos americanos, com os quais colaboraram cerca de 100 técnicos brasileiros, a missão fez um levantamento de nossas condições técnicas e econômicas. Apontou a industrialização como meio de alcançar o progresso econômico, mas simultaneamente, indicou os pontos de estrangulamento que caracterizavam a incipiência da estrutura industrial brasileira.

técnicos e mão-de-obra especializada e baixa produtividade industrial; ausência de instituições financeiras capazes de garantir recursos aos novos empreendimentos, estagnação da agricultura de alimentos.

Partindo dessa constatação, o conselheiro do CNPIC encarecia a necessidade de uma verdadeira "guerra ao pauperismo", que lograsse triplicar o consumo e quadruplicar a renda nacional, para em seguida constatar que essa meta não poderia ser atingida pelos meios "clássicos" de estímulo à iniciativa privada. E concluía pela urgência da planificação econômica, cujos alvos eram explícitos:

"A parte nuclear de um programa dessa natureza, visando a elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento de nossa produção agrícola a que está visceralmente vinculada.

(...) As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte.

Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção de meios apropriados à intensificação de nossa produção agrícola em geral.

Seriam criadas indústrias-chaves, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa auto-suficiência ao nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional.

Toda uma série de providências correlatas deveria ser adotada: a montagem de novas escolas de engenharia, a vulgarização de Institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas; a intensificação do ensino profissional.

Impõe-se, na forma, a criação de bancos industriais e outros estabelecimentos de financiamento.

Uma imigração selecionada e abundante de técnicos e operários eficientes, cooperaria em larga escala, pa-

ra prover as diversas atividades, assim como para um mais rápido fortalecimento de nosso mercado interno, pelo alto padrão de consumo a que estariam habituados esses imigrantes". (56)

A empreitada seria financiada, de início, com parte das disponibilidades do país no Exterior e, a seguir, através da negociação de empréstimos com os Estados Unidos. Simonsen sugeria que não se colocasse qualquer obstáculo aos investimentos estrangeiros e propunha, prudente uma participação estatal controlada e moldada aos interesses privados. (57)

A proposta de Simonsen traçava, sem meias palavras, uma estratégia econômica que implicava em utilizar o Estado para realizar uma política claramente industrializante e em benefício dos interesses da indústria privada. Sua realização significaria consagrar o predomínio das frações burguesas industriais no assim chamado bloco no poder.

Encaminhado à Comissão de Planejamento Econômico, organismo criado, em 1944, no Conselho de Segurança Nacional, com objetivos semelhantes aos do CNPIC, o parecer de Simonsen foi submetido à crítica áspera e minuciosa de Eugênio Gudin.

Dizendo concordar com Simonsen quando apontava a debilidade da economia nacional e a miséria de sua população Gudin divergia radicalmente dos métodos indicados para sanar os problemas do país. Assestava suas baterias contra a idéia de planificação e de intervenção estatal no domínio econômico. Quanto ao primeiro problema dizia:

"Não será com as 'doutrinas' de Karl Mannheim e de outros tão invocados filósofos do 'plano' que salvaremos a economia nacional.

"Mas, a mística do plano não é só o produto da metafísica mais ou menos

(56) SIMONSEN, R.- A Planificação da Economia Nacional, pp. 24/26.

(57) De fato, afirmava:

"O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe, para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes". Idem, ibidem, p. 27

manicômica dos 'sociólogos'. Eles apenas suprem o palavreado da nebulosa ideologia. Mas cá embaixo, bem junto à terra, há vários grupos sociais e econômicos para os quais a mística do plano pode constituir precioso instrumento para a vitória de suas doutrinas políticas ou de seus interesses econômicos.

São, primeiro, os socialistas-comunistas, partidários da supressão da propriedade privada, dos meios de produção, que veem no 'plano' formulado e dirigido pelo Estado, um excelente instrumento, que de fato é, para a invasão pelo Estado, do campo da economia e da iniciativa privada e portanto para o caminho da socialização. Segundo, a burocracia, que no regime do plano passa a enfeixar nas mãos uma soma considerável de poderes (e talvez de proventos) na direção da economia.

Terceiro, 'last but not least', os chamados 'interesses reacionários' - (vested interests), que veem, e com razão, no plano um excelente instrumento de eliminação da liberdade de concorrência e de consolidação, sob a égide governamental, das situações adquiridas, de que são a expressão estereotipada, com o sacrifício do consumidor à tirania dos produtores".
(58)

No que respeita à intervenção estatal direta, o importêrrito liberal alinhava argumentos contra as empresas públicas: parasitam o Tesouro e sugam o consumidor, afugentam o capital estrangeiro, conduzem ao capitalismo de Estado, incompatível com a ordem democrática. E circunscrevia a órbita legítima de atuação dos poderes públicos:

"Além das medidas de ordem geral que serão adiante apontadas, pode o Estado incentivar e impulsionar a iniciativa privada, concedendo-lhe favores proporcionais à importância econômica do empreendimento, favores esses que podem ir da simples redução de direitos aduaneiros, à isenção des-

ses direitos, à isenção ou redução de impostos diretos durante certo período, de imposto de renda para os lucros proveitosamente reinvestidos, até a garantia de juros ou à subvenção". (59)

Embora a todo momento reafirmasse não se opor à indústria em geral, investia furioso contra a indústria de fato existente no país, filha do protecionismo estatal descabido, incapaz de resistir à concorrência, auferindo gordos lucros à custa do consumidor. E não havia dúvida de que eram industriais os que chamava de "interesses reacionários". (60)

Em contrapartida, propunha um conjunto de medidas de política econômica, em boa medida destinadas a dar combate à inflação e que, se levadas a cabo, significariam freiar o processo de industrialização e arrastar o parque industrial existente ao desastre.

Receitava o equilíbrio orçamentário, com drástico corte dos investimentos públicos. Imprecava contra a manutenção de uma taxa de câmbio sobre-valorizada e propunha sua desvalorização até o nível da depreciação real da moeda brasileira. Pregava o fim do protecionismo aduaneiro às indústrias nacionais em nome do "princípio das vantagens comparativas" de produtos estrangeiros importados, como forma de estimular a modernização e o aumento de produtividade de nosso parque fabril.

Não há sombra de dúvida sobre quem seriam os beneficiários de uma orientação econômica tal como a que sugeria Gudin: precipuamente as fracções agrárias e mercantis vinculadas à economia de exportação.

A desvalorização da taxa de câmbio aumentaria a

(59) Idem, ibidem, pp. 61-62

(60) Comentando o documento de Simonsen, afirma, por exemplo: "Nitidamente divergente da orientação do digno Conselheiro Relator, é ainda meu parecer no tocante à sua constante preocupação de garantir a proteção paternalística do Estado aos interesses existentes", especialmente aos dos atuais industriais, de cuja associação de classe é o Conselheiro Simonsen operoso presidente, não hesitando o ilustre em proclamar a 'necessidade de não se prejudicarem as atividades já em funcionamento, no país, com a instalação de novas indústrias concorrentes'. GUDIN, E. op.cit., p. 21

renda em cruzeiros de suas exportações. As medidas anti-inflacionárias -- e as anti-protecionistas -- impediriam que a indústria se beneficiasse às suas custas, através das elevações constantes dos preços dos produtos industriais que, enquanto componentes dos custos de produção do setor agrário, aviltavam suas margens de lucro.

Dessa forma, não se pode negar que, na crise do Estado Novo, fossem de fato contraditórios os interesses dos setores industriais e agro-mercantis exportadores.

Sintetizadas por Simonsen e Gudín, estavam em jogo propostas bem distintas de estratégia econômica e que, politicamente, significavam de fato o predomínio seja de fração industrial seja de frações agro-mercantis da burguesia. Se seus desígnios políticos tendiam a fazê-las convergir na oposição ao regime ditatorial -- a uma e à outra interessava colocar o Estado sob controle -- seus interesses econômicos concretos porém as apartavam.

Insisto: a ditadura estadonovista foi solapada pelo conflito entre os interesses imediatos das frações de classe dominantes mais poderosas e o crescente intervencionismo de um Estado, que lhes escapava ao controle.

Nesse processo de luta por um alvo muito concreto, desenhou-se -- em segundo plano é verdade -- a disputa entre aquelas forças dominantes. Não se tratava apenas de domar o Estado, colocando um freio aos segmentos da burocracia estatal que em nome do interesse nacional, pareciam desconhecer os anseios das "forças vivas da Nação", v.g., os interesses da propriedade privada. Domando-o era preciso fixar-lhe o rumo, ou seja, definir a hierarquia em que seriam contemplados os interesses divergentes. Os setores agro-exportadores continuariam a pagar pela prosperidade industrial e, mais além, pela continuidade do processo de industrialização? Ou pelo contrário, a prosperidade da economia mercantil exportadora definiria os limites permitidos à expansão industrial? Em termos políticos: que fração da classe exerceria o predomínio através de um Estado menos

autônomo?

Divirjo, por conseguinte, da interpretação corrente que vê na crise do Estado Novo o reflexo interno da polarização política entre fascismo e democracia em escala internacional (61)

Ficaria por explicar, entre outras coisas, por que a cruzada democrática internacional refletiu-se no Brasil com força suficiente para provocar a desagregação do Estado Novo e não causou abalos mais sérios em regimes tão aparentados ao fascismo como os de Portugal e Espanha, países bem próximos ao palco das operações bélicas. (Os ideais democráticos não lograram sequer cruzar as fronteiras do país e passar pela alfândega da vizinha Argentina, onde, no ano mesmo de derrota das forças nazi-fascistas, instalava-se um regime que pouco tinha a ver com democracia liberal)

(61) Campello de Souza, por exemplo, afirma:

"A conjuntura dos últimos anos do Estado Novo foi essencialmente determinada por fatores políticos internacionais que se refletiram internamente, tornando dominante a contradição entre fascismo e democracia e não, como frequentemente é entendido, a contradição entre interesses ligados à agricultura de exportação e interesses vinculados à industrialização nacional. Os problemas políticos do pós guerra, ligados à disputa pela hegemonia política mundial sob a forma de luta entre as democracias e o nazifascismo, foram o real foco e ponto de conflito fundamental na conjuntura da redemocratização brasileira".

SOUZA, Maria do Carmo Campello de - Estado e Partidos Políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-ômega, 1976, p.64, nota 3
Interpretações semelhantes podem ser encontradas em autores das mais diferentes orientações teóricas, tais como: SKIDMORE, Thomas F. - Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 - 1965). 3a.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, pp.72 a 88.

BASBAUM, Loôncio - História Sincera da República. 3a. ed., São Paulo, Alfa-ômega, 1975, vol. III, pp. 132 a 140.

CARONE, E. - O Estado Novo (1937-1945), p. 4, parte IV - passim.

Diversamente dos autores acima mencionados, Sola procura detectar os conflitos internos que minaram as bases do regime. Partindo de uma conceituação do Estado brasileiro da qual divirjo, sua análise arguta aproxima-se em muitos pontos daquela que tento esboçar neste capítulo. Ver SOLA, Lourdes - O Golpe de 37 e o Estado Novo. (in: MOTA, Carlos Guilherme (org.) - Brasil em Perspectiva. São Paulo, DIFEL, 1968, pp. 313 a 315.

É certo que, a partir de 1943, a questão da liberdade e da democracia tornou-se o foco da luta política no Brasil. Mas o que importa saber é que forças empunharam essa bandeira e por que o fizeram. E, certamente, não o foi por mimetismo ou devido à pressões externas. (62)

Por outro lado, concordo que, para explicar a crise da ditadura getulista, não basta desvendar o caráter real dos interesses materiais que opuseram frações de classe dominantes umas contra as outras e cada uma delas contra o Estado. A crise foi política e só no plano da política pode ser cabalmente apreendida. Portanto, há que elucidar como e porque os interesses em conflitos manifestaram-se politicamente sob a forma de projetos institucionais divergentes. E como do enfrentamento político entre as forças sociais saiu vitorioso o projeto liberal-democrático.

Nos primeiros anos do Estado Novo não se pode falar propriamente em oposição interna articulada e muito menos de parte dos setores descontentes das classes dominantes. Jamais deixou de existir resistência: organizada e subterrânea daquelas que o regime proscreevera e perseguia ferozmente; esporádica, inorgânica e à luz do dia, de personalidades isoladas e setores estudantis e intelectuais de tendências liberais.

(62) Não nego a existência de pressões externas, que se tornaram mais fortes na medida em que, na crise final do regime, Vargas e seus fiéis aproximaram-se mais e mais dos trabalhadores e por outro lado, esboçaram movimento concreto no sentido de limitar e controlar a ação dos investidores estrangeiros. A conduta do embaixador Adolfo Berle foi a manifestação mais gritante -- mas não a única -- da ingerência norte-americana na política interna do país. O que recuso é atribuir papel decisivo ou preponderante a essa interferência no desmoronamento do Estado Novo. Com mais vigor, ainda, rechaço, a idéia de que as autoridades norte-americanas tenham se imiscuído nos assuntos internos do Brasil, movidas pela sua fé inabalável nos ideais democráticos. Penso que a violenta pressão externa só foi eficaz porque pode medrar no terreno trabalhado pelas contradições sociais que internamente minavam o regime. Para uma análise percuciente e exaustiva dos móveis e métodos da política dos Estados Unidos com relação ao Brasil, ver:

BANDEIRA, Moniz- Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1973, Parte III, pp.219 a 38.

Uma brecha se abriu quando as pressões, mormente externas, pelo alinhamento do Brasil às potências aliadas engendrou a primeira crise governamental. A divisão no governo tornou possível as manifestações públicas pela entrada do país na Guerra contra o Eixo. E, a medida em que foi se tornando clara a posição brasileira, estalou o conflito que resultaria na demissão dos ministros simpáticos ao campo nazifascista e, não por acaso, diretamente comprometidos com os organismos de coação: o Ministro da Justiça, Francisco Campos e seu chefe de gabinete, Vasco Leitão da Cunha, o chefe de polícia do Distrito Federal, Felinto Müller, o diretor do DIP, Lourival Fontes. (63)

O regime experimentou ligeira distensão, que não beneficiou a oposição radical e clandestina, mas permitiu os primeiros ensaios de manifestação e organização legais e a volta de alguns exilados, em sua maioria chefes dos velhos partidos oligárquicos.

Neste mesmo momento, colocava-se na ordem do dia a sempre espinhosa questão do término do mandato presidencial. A Constituição de 1937 fixara-o em seis anos e estabelecera que neste período haveria de se realizar o plebiscito, que sancionaria ou não a carta constitucional outorgada. Ao declarar guerra contra o Eixo, o governo, alegando razões de segurança nacional, postergara o pronunciamento popular -- e conseqüentemente seu mandato -- até a data incerta de retorno à paz. Ao fazê-lo, dava pretexto legal à contestação da ordem institucional imposta.

Por tudo isso, comparado aos anos anteriores, 1943 viu multiplicarem-se organizações e pronunciamentos, que, abertas ou veladamente, colocavam o problema das liberdades democráticas e do Estado de Direito.

O Manifesto dos Mineiros, que circulou em outubro, foi apenas uma dessas manifestações. Em janeiro, Oswaldo

(63) A realização de uma Passeata Estudantil Antitotalitária, organizada pela UNE em Julho de 1942, foi o estopim da crise ministerial. Enquanto Oswaldo Aranha e Amaral Peixoto apoiavam a iniciativa, Filinto Müller tentou por todos os modos impedi-la. Os detalhes do conflito estão narrados por CARONE, E.- O Estado Novo (1937-1945), pp. 295 a 296.

Aranha e Manoel Rabelo fundavam a Sociedade dos Amigos da América, publicamente prestigiada pelo embaixador americano Jefferson Caffery. Logo a seguir, liberais e simpatizantes do comunismo revitalizavam a Liga da Defesa Nacional, fundada em 1915. Em maio, estudantes e intelectuais realizaram a Semana Antifascista. Em julho, o VI Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE) cindia-se entre os partidários da política de união nacional com Getúlio e os que pensavam que a unidade da nação não devia incluir o ditador.

Em novembro Getúlio Vargas falou. Situando-se frente a discussão que se vinha processando, acenou com a realização de eleições através dos sindicatos, tão logo a guerra chegasse ao fim (64)

Definiam-se assim duas alternativas institucionais: a liberal-democracia e o fruto da inesgotável imaginação criadora dos homens de Estado brasileiros, um arcabouço corporativo sancionado por um corpo eleitoral "classista".

A solução governamental tinha destinatários definidos: empresários e trabalhadores urbanos, já razoavelmente organizados em sindicatos. Ela casava-se com todo o resto da política econômica e social que se vinha delineando com crescente coerência. Seria a forma política de estruturação das bases sociais que o governo agora cortejava e de que carecia. Não por acaso, a proposta corporativista foi reiterada mais de uma vez, até ser a contragosto descartada em meados de 1945.

Já a alternativa liberal-democrática teve como suportes forças políticas e setores sociais heterogêneos e que se foram ampliando com o passar do tempo, a medida em que a situação econômica e a política governamental expandiam o círculo dos descontentes.

O fato de que estudantes e intelectuais se tornassem responsáveis pelas manifestações mais estridentes, en-

(64) Cf. WEFFORT, Francisco C.- "Origens do sindicalismo populista no Brasil" (a conjuntura do pós-guerra). ESTUDOS CEBRAP 4. São Paulo, CEBRAP, abr/mai/jun 1973, p. 73.

tre 1943 e 1945, não deve levar à conclusão equivocada de que a eles coube o papel central na liquidação do regime, ou de que fossem eles, enquanto portavozes das camadas médias, os únicos setores interessados na solução liberal-democrática. Es tudantes e intelectuais -- de tendência liberal esquerdizante ou comunista -- foram efetivamente os primeiros. Mas seu movimento só teve continuidade porque forças sociais mais decisivas jogaram-se na mesma direção. E o manifesto dos Mineiros já foi disso um sintoma.

Não tenho dúvidas que as frações da burguesia cafeeira desde logo engrossaram as fileiras da oposição liberal. É fato notório a ação oposicionista da Sociedade Rural Brasileira, sediada em São Paulo. De fato, naquela conjuntura específica a ordem liberal-democrática afigurava-se-lhes como a mais adequada para por termo ao intervencionismo estatal de senfreado e para disputar sem os entraves da ditadura, atenção maior a seus interesses concretos. Não foi, pois, por fidelidade aos princípios ou amor à causa democrática reavivada internacionalmente, que os homens do café passaram a exigir liberdade e democracia, mas por oposição a uma ditadura que lhes prejudicava e marginalizava. E naturalmente, combateram-na à sombra, como fazem sempre aqueles que tem muito a perder. Manter o diálogo e as pressões sobre o governo, enquanto veladamente se articulam e conspiram, eis o método de oposição típica das classes dominantes.

Paralelamente, as difíceis condições de vida re sultantes da economia de guerra -- escassez de mercadorias, ra cionamento, alta de preços -- certamente suscitaram malestar e descontentamento entre as camadas médias urbanas, criando, assim terreno fértil à pregação anti-ditatorial.

Nesta situação, o ano de 1944 transcorreu marcado pela contra-ofensiva do governo, que apesar dos instrumentos repressivos postos em atividade, não logrou impedir o pro nunciamento de um número crescente de importantes personalidades políticas em prol da abertura democrática.

Em julho, Benedito Valadares encareceu publica-

mente a necessidade de volta à democracia. Em agosto, o governo fechava a Sociedade dos Amigos da América, provocando a demissão de um dos mais antigos colaboradores de Vargas, o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha. No mês seguinte, o presidente reiterava a promessa de eleições para o pós-guerra. Em outubro, Pedro Aleixo, em entrevista à imprensa fala na democratização. Forças oposicionistas heterogêneas iniciam a articulação da candidatura presidencial de Eduardo Gomes, lançando as bases para a Constituição da União Democrática Nacional (UDN).

À debandada de políticos de projeção para o campo democrático e à ruidosa cisão na própria equipe governamental com a saída de um elemento da projeção de Aranha, somava-se o malestar crescente entre os militares. O regime se debilitava a passo a passo.

Em janeiro de 1945, enquanto o 19 Congresso de Escritores pedia anistia e democratização, nos círculos governamentais buscava-se uma saída honrosa, que conseguisse contornar os reclamos da chamada "opinião pública", ao tempo em que mantinha as vigas mestras do regime. Assim, Marcondes F9 apresentou ao ministério um ante-projeto de reforma constitucional, que estabelecia mecanismo eleitoral em moldes corporativistas. (65) Sua proposta foi objetada até mesmo pelo General Goes Monteiro, figura tão comprometida com a implantação e permanência do Estado Novo. Em menos de um mês, Goes Monteiro pediria eleições diretas e anistia política.

A 22 de fevereiro a histórica entrevista de José Américo de Almeida, publicada em O Globo, marcaria o fim da censura à imprensa. Seis dias depois Vargas promulgaria a Lei Constitucional nº 9, prevendo a convocação de eleições em prazo de 90 dias. O regime ditatorial estava por terra. (66)

(65) Cf. COUTINHO, Lourival - O General Goes depõe... (Rio de Janeiro. Ed. Coelho Branco, 1955, p. 409)

(66) A entrevista de José Américo de Almeida está reproduzida na íntegra em MELLO FRANCO, Virgílio A. de - A Campanha da UDN (1944-1945). Rio de Janeiro. Livr. Ed. Zélio Valverde, 1946, pp 136 a 146.

A lei institucional nº 9, que mereceu vivas críticas da oposição liberal, por sua ambigüidade quanto ao papel do Executivo no processo de reforma constitucional, está publicada em: CARONE, E. - A Terceira República (1937-1945) pp. 111 a 117

O fracasso dos diversos ensaios de reforma pelo figurino corporativista, revelava, entre outras coisas, que fora infrutífera a tentativa de estabelecer uma aliança entre burguesia industrial e operariado para dar lastro ao regime.

Se é fato que o empresariado não teve papel ativo no robustecimento da oposição liberal, é verdade, também, que não foi grande sua disposição de manter o status quo. De um lado, seus interesses objetivos levavam-no, também, a tentar circunscrever a intervenção estatal. E nesse sentido, liberalismo era, no mínimo, uma bandeira política que lhes podia ser útil. Por outro lado, acostumados que estavam à "paz social", promovida pelos departamentos de ordem política e pelo tribunal de segurança nacional, é mais do que provável que vissem com desconfiança o governo a cortejar a classe operária. Não fizeram oposição aberta, mas cruzaram os braços diante das investidas liberais contra o regime.

O período que vai da edição da Lei Constitucional nº 9 à deposição de Vargas, pelo seu círculo militar mais íntimo, revelou como as manobras de Vargas só encontraram precário suporte no movimento sindical, e, mesmo assim, por um preço bem elevado. Fechadas as portas de um pacto social entre burguesia e proletariado, promovido pelo governo e soldado nas instituições estatais corporativas, a Vargas e seus seguidores restou a alternativa do pacto político entre "queremistas" e comunistas.

E isso implicou na liberalização do controle ministerial sobre os sindicatos e na liberdade de atuação para o Partido Comunista, depois de anos de perseguição implacável (67)

Um estado burguês, em condições muito especiais pode avançar à frente das frações burguesas. Mas, nunca contra elas e, ainda por cima, apoiado no movimento sindical e popu -

(67) Em fevereiro de 1945, foi abolida o dispositivo que exigia prévia anuência do Ministério do Trabalho para a instauração de processos de dissídio coletivo pelos sindicatos.

A 18 de abril era promulgado o D.L. 7474 que concedia a anistia a todos os presos políticos, o que beneficiava particularmente os comunistas.

Embora derrotados, os partidários da manutenção da ditadura, que viabilizara um elevado grau de autonomia do Estado, deixaram sua marca sobre as instituições da nova república liberal-democrática. E uma vez mais se adiantaram às forças sociais atuantes no momento, contrariando o que seria sua tendência natural de aglutinação política. Com efeito, a 25 de maio era promulgado o nono Código Eleitoral (D.L. 7586) que impunha a obrigatoriedade de partidos nacionais, quando as agremiações políticas que renasciam espontaneamente à sombra da liberalização do regime assumiam, como outrora, feição estadual.

Mesmo a U.D.N., primeiro agrupamento a se articular, já em fins de 1944, formou-se como congregação de partidos estaduais que atuariam em conjunto no plano federal. (68) E não foi por acaso que um de seus eminentes fundadores, Virgílio de Mello Franco, viu na constituição de partidos nacionais mais

(68) Segundo Hélio Silva, a composição inicial da UDN era das mais heterogêneas. "Nela se encontravam elementos alijados pela Revolução de 30, cujo expoente maior era Otávio Mangabeira; integrantes da Aliança Liberal e partidários da Revolução de 30, que tinham se incompatibilizado com o Governo Provisório ou com Getúlio Vargas; líderes paulistas, mineiros e gaúchos envolvidos no movimento de julho de 1932, exemplificados por Artur Bernardes e Raul Pilla; elementos que resistiram à implantação do Estado Novo, como Flores da Cunha, Carlos Lima Cavalcanti e Juracy Magalhães; partidários iniciais do Estado Novo e que mais tarde cindiram com ele, como Oswaldo Aranha; antifascistas; socialistas; os comunistas, virtualmente dispersos mas ainda em busca de uma linha de ação organizada; partidários e admiradores do Brigadeiro Eduardo Gomes. Os dois candidatos alijados em 37, Armando Sales de Oliveira e José Américo de Almeida". Cf. SILVA, Hélio - 1945: Por que de puseram Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pp. 164 a 166.

Fundada a 7 de abril de 1945, logo a seguir verificaram-se as primeiras cisões. Em agosto, os grupos ligados aos velhos partidos republicanos de Minas, Maranhão e Pernambuco, e um pequeno número de republicanos paulistas, afastaram-se da UDN para constituir um novo Partido Republicano em escala nacional, que se comprometia a sustentar a candidatura de Eduardo Gomes.

Em junho já se articulava no interior da UDN, a Esquerda Democrática, que mais tarde se transformaria no Partido Socialista Brasileiro. MELLO FRANCO, V.A. de - op.cit., passim.

uma manobra varguista contra a oposição:

"Forte do apoio do povo, que ainda em Belo Horizonte e Barbacena novamente se manifestou, a organização heterogênea e informe, que se improvisara, resistia às forças da reação, articuladas pelos 'senhores do povo' com desesperada violência.

A primeira arma forjada pelo inescrupuloso ministro que o ditador chamava o seu 'bruxo' "(refere-se a Agamenon Magalhães)" e seus coadjuvantes o 'ministro da injustiça' fora a lei eleitoral, montada adrede, com a mesma malícia com que os caboclos armam os 'mundêus', na triilha da caça. Pressentindo as dificuldades internas com que se defrontavam os grupos esparsos da reação democrática, a condição preliminar exigida pelo legislador 'catingueiro', para a estruturação partidária, foi a de que os partidos só se poderiam constituir no âmbito nacional" (69)

Desse modo, a "Lei Agamenon" fixou a pauta segundo a qual se estruturaria o sistema partidário. (70) Ao fazê-lo, de certa maneira forçou os interesses ainda regionais das frações de classe dominantes a se acomodarem às formas nacionais de ação política.

A atuação autônoma do Estado não fora capaz de criar um mercado verdadeiramente nacional e de estabelecer o predomínio da burguesia industrial sobre o conjunto da Nação. Isto é, não lograra estabelecer as condições para que os diversos interesses de base regional -- que existem em qualquer país capitalista de dimensões razoáveis -- se subordinassem aos da fração de classe social e politicamente mais poderosa. A

(69) MELLO FRANCO, V.A. de - op.cit., p. 31

(70) Para uma narrativa da constituição dos principais partidos, em particular daqueles que aglutinaram as hostes governistas -- PSD e PTB, ver: SILVA, H.- 1945: Porque depuseram Vargas, pp. 162 a 187

Para uma interpretação desse mesmo processo, ainda que sob ângulo bem diverso do aqui exposto, consultar: SOUZA, M.C.C.de - op.cit., II Parte, cap. V, pp.105 a 136

crise de hegemonia não se resolvera, ainda que se houvessem ampliado as bases de domínio dos proprietários fabrís.

Todavia o que não lograra no plano sôcio-econômico, o Estado tentava impor no nível das instituições políticas: a unidade nacional contra o particularismo local. (71)

O resultado não podia deixar de ser partidos que expressavam um estranho amálgama de variáveis interesses, que cabe aos estudiosos da nossa vida partidária decifrar.

Por outro lado, ainda que se desfizesse o regime corporativista, a prática da expressão dos interesses privados no interior do aparelho de Estado manteve-se, durante os dezoito anos de democracia-liberal. Disso são provas os inúmeros conselhos e grupos executivos de ponderável importância nas decisões cruciais de política econômica, convivendo lado a lado com o Parlamento.

Menos do que a origem "bastarda" dos partidos criados por lei, creio que a permanência desses dois canais diversos de expressão de interesses sociais está na raiz da tão propalada fraqueza e a suposta falta de representatividade do sistema partidário entre 1945 e 1964.

Essa duplicidade de canais, por seu turno, indica que a relação peculiar entre Estado e classes sociais, que se tentou descrever e explicar no período pós-30, permaneceu -- transformada e adaptada ao novo regime -- nos momentos poste-

(71) Pouco importa que o móvel imediato do Ministro da Justiça ao impor a criação de partidos nacionais tenha sido, competir em melhores condições com a oposição liberal aglutinada pela UDN. Como denuncia Mello Franco, e parece endossar Campello de Souza, era fácil aos varguistas estruturar agremiações políticas nacionais a partir das intervenções (como foi o caso do PSD) ou do Ministério do Trabalho (o que ocorreu com o PTB). Bem mais difícil era para os pobres liberais, às voltas com uma "sociedade civil" - fragmentada em tendências regionais e locais, fazê-lo com a mesma agilidade e eficiência. O fundamental é perceber que a iniciativa governamental - mantinha uma linha de coerência com o propósito já há muito explicitado de lograr a unidade nacional, e logrã-la pelo método de Oliveira Viana, a partir do Estado.

riores. Pois não era acontecimento fortuito, mas refletia um processo de transição capitalista que, na ausência de uma burguesia industrial capaz de se constituir em grupo hegemônico, foi impulsionado pelo Estado.